

Alessandra Knoll

**O PROGRAMA PRÓ-CATADOR E A NOVA POLÍTICA
NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS: uma análise da Associação
de Coletores de Materiais Recicláveis**

Dissertação submetida ao Programa de
Mestrado da Universidade Federal de
Santa Catarina para a obtenção do
Grau de Mestre em Administração

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Luís
Boeira

Florianópolis
2014

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Knoll, Alessandra

O programa pró-catador e a nova Política Nacional de Resíduos Sólidos : uma análise da Associação de Coletores de Materiais Recicláveis / Alessandra Knoll ; orientador, Sérgio Boeira - Florianópolis, SC, 2014.
217 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico. Programa de Pós-Graduação em Administração.

Inclui referências

1. Administração. 2. Resíduos Sólidos. 3. Reciclagem. 4. Catadores de material reciclável. I. Boeira, Sérgio. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Administração. III. Título.

Alessandra Knoll

**O PROGRAMA PRÓ-CATADOR E A NOVA POLÍTICA
NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS: uma análise da Associação
de Coletores de Materiais Recicláveis**

Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de Mestre, e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Administração.

Florianópolis, 25 de fevereiro de 2014

Prof. Marcus Vinícius Andrade de Lima, Dr.
Coordenador do Curso

Banca Examinadora:

Prof. Sérgio Luís Boeira, Dr.
Orientador
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. André Leite, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof^a. Andressa Sasaki Vasques Pacheco, Dr.^a
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof^a. Ariane Kuhnen, Dr.^a
Universidade Federal de Santa Catarina



Imagem 01: papelões separados para reciclagem

Dedico esta dissertação a todos aqueles que separam o resíduo comum do reciclado.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Professor Dr. Sérgio, por ter me orientado a seguir minhas pesquisas envolvendo sustentabilidade. Obrigada pela sabedoria e pelas longas conversas.

Obrigada à professora Dra. Andressa Sasaki Vasques Pacheco por ter aceitado seguir me acompanhando, da orientação na graduação para membro da banca avaliadora deste trabalho.

Agradeço à Nara, por compartilhar das mesmas angústias. Ao Dorival pela sua paixão e comprometimento com o Movimento, e à ACMR por ter aberto as portas para minha pesquisa.

Aos professores Dr. Dante Girardi, Dr. Luís Moretto Neto, Dr. Marcos Baptista Dalmau, Dr. Maurício Serva e Dr. Maurício Pereira, por toda auxílio tanto na tutoria, nos corredores e na especialização em Gestão de Pessoas. Obrigada aos professores do curso de Administração por terem me forçado a superar meus limites, principalmente no que diz respeito à área contábil, especialmente aos professores Dr. Hans Michael van Bellen e Dr. Marcus Vinicius Andrade de Lima. Obrigada a todos que apoiaram minha trajetória como estudante de graduação e pós-graduação nesta Instituição (2005-2014). Ao meu amigo e incentivador Rafael Rodrigues, por termos percorrido todo este caminho sempre juntos. Rumo ao doutorado!

Ao meu noivo, Diego Simão Rzatki, por me apoiar nas minhas prioridades. Aos meus amigos, por me supervalorizarem de uma forma verdadeira e fiel, Flávia Brum e Gabriel de Bittencourt Aguiar. Às antigas amigas de ontem, hoje, e sempre: Daniela de Lima Galdino, Isabel Ottani, Luana de Souza Ramalho, e Mayra da Silva Andrade Magalhães, e aos seus filhos: Danilo e Júlia.



Imagem02: mesa de triagem de resíduos sólidos.

“L’homme est né libre, et partout
il est dans les fers.”

(Jean-Jacques Rousseau, 1762)

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo central analisar o desenvolvimento do Programa pró-catador em Florianópolis. Para tanto, considerou-se a atuação da Associação de Coletores de Materiais Recicláveis (ACMR), e, complementamente, iniciativas de outras organizações envolvidas paralelamente com o tema, tais como a Companhia de Melhoramentos da Capital (COMCAP) e o Movimento Nacional dos Coletores de Materiais Recicláveis (MNCR). Tomou-se como ponto de partida no referencial teórico as ideias de Boaventura de Sousa Santos (razão indolente) e de Guerreiro Ramos (razão instrumental). Outros conceitos foram utilizados, de forma complementar, como o de clientelismo, uma noção central nas políticas públicas brasileiras. Buscou-se, como objetivos específicos, primeiramente identificar como a política governamental federal tem influenciado a atuação da ACMR, desde que foi criado o Comitê Interministerial para a Inclusão Social de Catadores de Lixo, em 2003. Em seguida buscou-se analisar a atuação da ACMR no contexto da atuação do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR). Finalmente, objetivou-se descrever iniciativas locais que envolvem a ACMR no que se refere ao Programa Pró-catador, considerando-se a efetividade do mesmo segundo a percepção dos catadores. Como complemento aos objetivos específicos acima, considerou-se relevante atualizar informações censitárias sobre associados da ACMR, observando-se aspectos relativos à estrutura e aos valores compartilhados na organização. A metodologia abordada foi o método reflexivo de Alvesson e Sköldbberg (2001), que pressupõe quatro níveis de reflexão. Os dados, por sua vez, foram coletados utilizando-se questionários, entrevistas, análise de dados primários, história oral temática e observação. Foi descoberto que a ACMR encontra-se (pela sua ótica) desvinculada do Movimento Nacional. Percebeu-se que não há uma grande participação nem da ACMR, nem da sociedade neste sentido de parcerias entre a associação e a sociedade civil. Os membros da ACMR aguardam melhorias relativas a aspectos físicos do ambiente de trabalho, e essas melhorias poderiam ser conseguidas através do Programa Pró-Catador, pois estão ligados às diretrizes estabelecidas pelo mesmo, no entanto os associados não demonstram interesse em se informar sobre o Programa.

Palavras-chave: Resíduos Sólidos¹. Reciclagem². Catadores³.

ABSTRACT

This research was mainly aimed to analyze the development of “pro-catador Program” in Florianópolis. Was considered the performance of the Association of Collectors of Recyclable Materials (Associação de Coletores de Materiais Recicláveis - ACMR) , and the relationship with other organizations involved in parallel with the theme, such as the Company 's Capital Improvements (Companhia de Melhoramentos da Capital - COMCAP) and the National Movement of Collectors Recyclable materials (Movimento Nacional dos Coletores de Materiais Recicláveis - MNCR). As starting point the theoretical framework the ideas of Boaventura de Sousa Santos (lazy reason) and Ramos (instrumental reason). Other concepts were used as complementary measures, such as patronage, a central concept in Brazilian public policies. In the specific objectives, first identify how the federal government policy has influenced the work of ACMR, since the Interministerial Committee was created for the Social Inclusion of Waste Pickers in 2003. Then we sought to analyze the performance of ACMR regarding the performance of the National Movement of Recyclable Materials (MNCR), highlighting in what sense ACMR adhere or not to the demands and proposals of the movement. Finally, this research was aimed to describe local initiatives (agreements, conventions, partnerships) that involve ACMR regarding the “pro-catador Program”. Complementing the above specific objectives, it was considered important to update census information associated with the ACMR, observing aspects of their structure and shared values in the organization. The methodology discussed was the method of reflective Sköldbberg and Alvesson (2001), which assumes four levels of reflection. The data, in turn, were collected using questionnaires, interviews, analysis of primary data, oral history and observation. It was discovered that the ACMR is (by its optics) untied the National Movement. It was noticed that there is a great interest nor the ACMR, or of society in this sense of partnership between the association and civil society. ACMR members await improvements related to physical aspects of the work environment, and these improvements could be achieved through the “pro-catador Program”, because they are linked to the guidelines established by the same, however the members are not interested in finding out about the program .

Keywords: Solid Waste 1. Recycling2.Collectors 3.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Tipos de organizações segundo França Filho.....	46
Figura 02: Variação de preços de venda coletiva de resíduos sólidos..	69
Figura 03: Símbolo do primeiro Congresso Nacional de catadores.....	93
Figura 04: Folder do II Congresso Latino-americano de Catadores.....	94
Figura 05: Organograma do MNCR –Comitê Regional.....	94
Figura 06: Organograma do MNCR– Coordenação Estadual.....	95
Figura 07: Organograma do MNCR – Comissão Nacional.....	95
Figura 08: Mapa de Florianópolis com as redes da COMCAP.....	105
Figura 09: Histórico da coleta seletiva em Florianópolis.....	109
Figura 10: Localização da ACMR no município de Florianópolis.....	116
Figura 11: Localização da ACMR dentro do terreno da COMCAP ...	116
Figura 12: Vista aérea da ACMR	117

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Artigos acadêmicos sobre o tema	Error! Bookmark not defined.
Quadro 02: Trabalhos acadêmicos sobre o tema.....	28
Quadro 03: Níveis de interpretação.....	75
Quadro 04: Objetivos do estudo <i>versus</i> procedimentos metodológicos.	76
Quadro 05: Ordem das entrevistas e método correspondente.....	78
Quadro 06: Entrevistados.....	78
Quadro 07: Coleta convencional <i>versus</i> seletiva em 2012.....	107
Quadro 08: Plano de adequação da COMCAP à PNRS.....	215
Quadro 09: Plano (2) de adequação da COMCAP à PNRS.....	215

LISTA DE IMAGENS

Imagem 01: Caixas de papelão	02
Imagem 02: Mesa de triagem de resíduos sólidos da ACMR	0Error! Bookmark not defined.
Imagem 03:Fachada da ACMR antes da reforma.....	118
Imagem 04: Fachada da ACMR depois da reforma.....	118
Imagem 05: Material pronto para venda no terreno da ACMR.....	119
Imagem 06: Moscas nas latas de alumínio.....	119
Imagem 07: Símbolo da ACMR na camiseta de associado.....	121
Imagem 08: Uniforme da ACMR.....	122
Imagem 09: Mesa de triagem dentro do galpão da ACMR.....	139
Imagem 10: Mesa de triagem encostada na parede do galpão	139
Imagem 11: Máquinas utilizadas na ACMR.....	147
Imagem 12: Outras máquinas utilizadas na ACMR.....	147
Imagem 13:Caminhão despejando material na ACMR.....	151
Imagem 14: Caminhão da COMCAP	191
Imagem 15:Fotografia (2) de caminhão da COMCAP	192
Imagem 16: Frente do galpão da ACMR antes da reforma.....	192
Imagem 17: Novo galpão, durante a reforma.....	194
Imagem 18:Fotografia (2) de parte do novo galpão.....	195
Imagem 19:Fotografia (3) de parte do novo galpão.....	195
Imagem 20: Antigo galpão durante a reforma	196
Imagem 21: Containers na parte de trás do galpão.....	196
Imagem 22: Associado trabalhando com máquina.....	197
Imagem 23: Máquinas da ACMR.....	197
Imagem 24: Dentro do galpão, vista dos fundos.....	198
Imagem 25: Plásticos tipo “PET”- embalagens de refrigerante.....	198

Imagem 26: Vista interna do galpão.....199

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: Quantidade de resíduos sólidos recolhidos no Brasil.....	56
Gráfico 02:Tipos de resíduos sólidos recolhidos no Brasil.....	56
Gráfico 03: Principais componentes do RESUD de Florianópolis:.....	104
Gráfico 04: Motivos de permanência do Associado na ACMR.....	128
Gráfico 05: Mulheres que pretendem continuar na ACMR.....	129
Gráfico 06: Homens que pretendem continuar na ACMR.....	130
Gráfico 07: Motivos que levam os associados a sair da ACMR.....	132
Gráfico 08: Escolaridade dos membros associados à ACMR.....	133
Gráfico 09: Escolaridade dos associados do sexo masculino.....	133
Gráfico 10: Escolaridade das associadas do sexo feminino.....	134
Gráfico11: Antigo emprego – associados do sexo feminino.....	135
Gráfico 12: Antigo emprego – associados do sexo masculino.....	135
Gráfico13: Outras alternativas de emprego - homens da ACMR.....	136
Gráfico 14: Outras alternativas de emprego- mulheres da ACMR.....	137
Gráfico 15: Aassociados que sentem dor durante o trabalho.....	138
Gráfico 16: Local do corpo onde os associados sentem dores	140
Gráfico 17: Frequência com que sentem dores durante o trabalh.....	140
Gráfico 18: Número de associados que fazem tratamento médico.....	141
Gráfico 19: Número de associados que tomam algum remédio.....	141
Gráfico 20: Remédios que os associados tomam regularmente.....	142
Gráfico 21: Associados que conhecem o Programa Pró-Catador.....	145
Gráfico 22: Opinião sobre o Programa pró-catador.....	145
Gráfico 23: Opinião sobre melhoras na ACMR.....	146
Gráfico 24: Opinião dos associados em relação ao MNCR.....	147
Gráfico 25: Associados que se informam sobre o MNCR.....	148

Gráfico 26: Porcentagem dos associados da ACMR que têm uma fonte alternativa de renda.....	159
Gráfico 27: Tipos de renda alternativa das mulheres da ACM.....	159
Gráfico 28: Tipos de renda alternativa dos homens da ACMR.....	160
Gráfico 29: Estado Civil – associadas do sexo feminino.....	160
Gráfico 30: Estado Civil – associadas do sexo masculi.....	161
Gráfico 31: Porcentagem dos associados que têm filhos.....	161
Gráfico 32: Quantidade de filhos dos associados da ACMR.....	162
Gráfico 33: Maior sonho dos membros da ACMR.....	162

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACMR: Associação de Coletores de Materiais Recicláveis.

AREsp: Associação de Recicladores Esperança.

CBO: Classificação Brasileira de Ocupações.

CEMPRE: Centro Empresarial para Reciclagem.

CNPJ: Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica.

COMCAP: Companhia de Melhoramentos da Capital.

CPF – Cadastro de Pessoa Jurídica.

CTREs: Centro de Transferência de Resíduos Sólidos da COMCAP.

FGTS: Fundo de Garantia e Tempo de Serviço.

IDH: Índice de Desenvolvimento Humano.

IGEOF: Instituto de Geração de Oportunidades de Florianópolis.

INSS: Instituto Nacional de Seguro Social.

MNCR: Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis.

ONU: Organização das Nações Unidas.

PASEP: Programa de formação do patrimônio do Servidor Público. É uma contribuição social de natureza tributária, devida pelas pessoas jurídicas, com objetivo de financiar o pagamento do seguro-desemprego, abono e participação na receita dos órgãos e entidades para os trabalhadores públicos.

PIB: Produto Interno Bruto.

PIS: Programa de Integração Social, similar ao PASEP, o PIS serve para empregados do setor privado e o PASEP para servidores e funcionários públicos.

PNRS: Política Nacional de Resíduos Sólidos.

PPC: Programa Pró-Catador

UFSC: Universidade Federal de Santa Catarina.

UNIVALI: Universidade do Vale do Itajaí.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS.....	07
LISTA DE QUADROS.....	09
LISTA DE IMAGENS.....	11
LISTA DE GRÁFICOS	13
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGL.....	15
1 INTRODUÇÃO.....	17
1.1 ESTRUTURA DO TRABALHO.....	21
1.2 DELIMITAÇÃO DO TEMA.....	21
1.3 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA.....	22
1.4 OBJETIVOS.....	22
1.4.1 Objetivo Geral.....	22
1.4.2 Objetivos Específicos.....	22
1.5 JUSTIFICATIVA.....	23
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	31
2.1 A CRISE EPISTEMOLÓGICA E RACIONALIDADE.....	31
2.1.1 Boaventura Sousa Santos e a crítica à razão indolente.....	32
2.1.2 Alberto Guerreiro Ramos e a crítica à razão instrumental.....	39
2.2 A CRISE SOCIOAMBIENTAL.....	47
2.3 LEGISLAÇÃO BRASILEIRA DE RESÍDUOS SÓLIDOS.....	55
2.3.1 Nova Política Nacional de Resíduos Sólidos.....	55
2.3.2 Políticas Públicas em Benefício dos Catadores.....	61
3 <i>METODOLOGIA</i>	73
3.1 CARACTERIZAÇÃO E TIPOS DE ESTUDO.....	76
3.1.1 Pesquisa documental.....	81
3.1.2 Questionário.....	81
3.1.3 Observação.....	82

3.1.4 História oral temática.....	83
3.1.5 Entrevista.....	85
3.2 COLETA DE DADOS.....	87
4 RESULTADOS.....	91
4.1 Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis.....	91
4.2 companhia Melhoramentos da Capital.....	102
4.3 Associação de Cletores de Materiais Recicláveis.....	113
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	169
6 REFERÊNCIAS.....	181
APÊNDICES.....	191
APÊNDICE I - OBSERVAÇÕES DE CAMPO.....	191
APÊNDICE II - TERMO DE CONSENTIMENTO.....	201
APÊNDICE III - VERSÃO FINAL DO QUESTIONÁRIO.....	203
ANEXOS - TABELAS DO RELATÓRIO COMCAP 2012.....	207

INTRODUÇÃO

O resíduo é o resultado tanto do sistema de produção como da visão cultural hegemônica ocidental. O sistema atual de produção é pautado em duas vertentes: produção e venda. De tal modo, o consumidor necessita jogar fora aquilo comprado anteriormente e trocar por um novo, gerando assim o resíduo, lixo, ou descarte. Aliado a isso ainda há o transporte e a propaganda, ambos resultando no aumento de embalagens. Tais embalagens também são jogadas no lixo e acabam fazendo mais volume ao total de resíduos. O transporte aumenta a quantidade de embalagens em virtude da necessidade de manutenção do produto e a propaganda gera embalagens devido aos apelos de marketing.

A visão cultural desenvolvida com este sistema de produção atual é o consumismo. Na cultura consumista o indivíduo é medido pela quantidade de bens que possui, pois o sistema de produção é moderado pelo número de vendas e quem não consome é desvalorizado perante o julgamento do conjunto social. Em consequência desse processo (de produção, venda e descarte), é produzida grande variedade de resíduos. Estes resíduos são de vários tipos: industriais (de produção), hospitalares, tóxicos, e domésticos. O lixo doméstico é formado por restos de comida, embalagens e diversos objetos que perderam seu valor comercial (ou por estarem quebrados, ou por estar fora de moda, ultrapassado tecnologicamente ou por terem sido comprados em excesso, não sendo utilizados).

A hegemonia consumista compactua com a ideia de maior produção possível, e para esta produção excessiva é preciso um número quase ilimitado de matéria-prima (para produzir são necessários três tipos de recursos: naturais, econômicos e humanos). Assim, se retira ao máximo da natureza para produzir bens e gerar renda (PIB). Para se comprar mais é necessário jogar o antigo produto no lixo, havendo uma sequência contínua de compra-descarte-compra.

Desta forma, a sociedade consumista gera muitos resíduos, resultado do consumo excessivo. Uma das causas do comportamento consumista está na ilusão de progresso ilimitado, bem como na ilusão de recursos ilimitados¹. Nesta lógica, o indivíduo é capaz de realizar todos seus desejos,

¹ Tal visão ignora a segunda lei da termodinâmica, a entropia, assim como ignora as características fundamentais dos ecossistemas, especialmente das fontes de energia.

mesmo que à custa da destruição da natureza ou da exploração de trabalhadores.

A visão de progresso e recursos ilimitados advém do pensamento positivista ocidental e está estampada na nossa bandeira nacional: “ordem e progresso”. Esta visão de progresso foi uma das responsáveis pela destruição das culturas indígenas, ditas inferiores, pois a visão hegemônica desconsidera outros saberes e cria uma noção de superioridade.

Paradoxalmente, justifica-se esta destruição para fins de desenvolvimento, pois neste pensamento o que importa é o avanço, o crescimento: a grande promessa de progresso ilimitado.

A grande promessa de progresso ilimitado – a promessa de sujeição da natureza, de abundância material, da maior felicidade para o maior número de gente, e a liberdade individual sem peias – manteve a fé e as esperanças de gerações após gerações desde o início da era industrial. (FROMM, 1982, p.23).

Contudo, o lixo é parte consequente desta ilusão de abundância de matéria-prima. Nesta visão a produção não tem limites, e quanto mais o país produz mais rico ele é.

Sendo assim até mesmo um ser humano pode ser descartável, se este não produz (não acrescenta valor ao PIB) ou não consome. E os que não têm emprego são marginalizados por não contribuírem para a lógica de acumulação e produção.

Estes indivíduos inferiorizados, excluídos do consumo (por falta de condições financeiras), acabam percebendo no lixo (na coleta e revenda do resíduo reciclável) uma forma de sobreviver, embora na marginalidade e em condições de trabalho nem sempre seguras.

Mais do que uma dualidade social, o que se torna visível é a existência de uma maioria expulsa do consumo e da própria produção, cristalizando-se um cotidiano de não-cidadania, onde a tese dos direitos se mantém presente apenas nos discursos. (JUNCÁ; GONÇAVES; AZEVEDO, 2000, p. 11).

Na ânsia por satisfazer o consumo, o consumidor não contabiliza o trabalho daqueles que produziram a mercadoria recebendo baixos salários. O consumidor, igualmente, não contabiliza o trabalho daquele que terá que resolver o problema do descarte das embalagens

edos resíduos de produção. No caso do Brasil quem executa esta tarefa é o coletor de resíduos sólidos recicláveis. Porém o consumidor ao descartar embalagens recicladas sem o devido cuidado com a limpeza, por exemplo, não está visualizando que outro ser humano irá colocar as mãos nesse material sujo.

O fetichismo da mercadoria é outra arma de defesa dos interesses dos capitalistas. A mercadoria funciona como um fetiche, descaracterizando o processo de sua constituição. O trabalhador não reconhece na mercadoria seu trabalho, tão só o dinheiro necessário para possuí-la. **Da mesma forma, o consumidor que apenas vê na mercadoria um produto para a sua satisfação direta não imagina a quantidade de trabalho social necessário para a sua existência.** (FARIA, 2009, p. 33, negrito meu.).

O consumidor, na maioria dos casos, não percebe nem o trabalho daquele que produziu sua mercadoria, e nem o trabalho daquele que cuidará dos resíduos gerados pelo consumo.

Com o foco em aumentar a visibilidade e a valorização do trabalho dos catadores de materiais recicláveis (e das associações e cooperativas de coletores de resíduos recicláveis) foi decretada a lei que institui o Programa Pró-Catador.

Também na linha de valorizar a questão dos resíduos no Brasil, a nova lei de resíduos sólidos (lei 12.305, que entrou em vigor no país em dois de agosto de 2010) estabeleceu a nova Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) com intuito de melhorar a questão ambiental e de coleta de resíduos. Tal lei preconiza, dentre outros:

- a) Que União, Estados e Municípios elaborem estratégias para tratar do lixo, estabelecendo metas e programas de reciclagem;
- b) Embalagens deverão ser fabricadas com materiais que propiciem a sua reutilização ou reciclagem;
- c) Deve ser observada a seguinte ordem de prioridade: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento e disposição final adequada;
- d) Ficam proibidos os lixões e fica proibido lançar resíduos a céu aberto, exceto os provenientes de mineração;

Destarte, a nova lei de resíduos pretende despertar a sociedade para a importância econômica do lixo. Caso os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes repassem para o Estado suas atribuições no âmbito da logística reversa, terão que remunerá-lo por isso.

O Governo estabeleceu nos últimos dez anos diversas políticas públicas que influenciaram na questão dos materiais recicláveis e dos catadores. A última grande mudança foi o Programa Pró-catador(PPC). Foram sancionadas várias leis anteriores até o desenvolvimento do PPC. Primeiramente, em 2002, no Código Brasileiro de Ocupações houve o reconhecimento do catador à categoria profissional de Catador de Material Reciclável. Já no Decreto nº 5.940 de 2006, houve a instituição da coleta seletiva solidária, com destinação dos materiais recicláveis para os catadores de resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta.

Em 2007 com a Lei nº 11.445, institui-se a permissão da contratação de cooperativas de catadores pelo poder público municipal com dispensa de licitação para coleta de resíduos sólidos nos municípios.

Uma grande mudança em termos legais foi instituída com a nova Política Nacional de Resíduos Sólidos em 2010 (Lei 12.305), que objetiva, entre outros, a gestão integrada de resíduos. A lei também prioriza, nas aquisições e contratações governamentais, a integração dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis nas ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos.No mesmo ano (2010) foi instituído o Programa Pró-Catador.

O Programa Pró-Catador foi instituído pelo decreto número 7.405 em dezembro de 2010. Além de instituir o Programa, o decreto também instituiu Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis substituindo o antigo Comitê Interministerial da Inclusão Social de Catadores de Lixo criado pelo decreto de 11 de setembro de 2003.

No seu artigo primeiro o decreto número 7.405 explicita sua finalidade:

Fica instituído o Programa Pró-Catador, com a finalidade de integrar e articular as ações do Governo Federal voltadas ao apoio e ao fomento à organização produtiva dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, à melhoria das condições de trabalho, à ampliação das oportunidades de inclusão social e econômica e à expansão da coleta seletiva de resíduos sólidos, da reutilização e da reciclagem por meio da atuação desse segmento. (BRASIL, 2010, s/p.).

A definição de catador² fica definida no parágrafo único do mesmo artigo primeiro do decreto número 7.405:

Parágrafo único. Para os fins deste Decreto, consideram-se catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis as pessoas físicas de baixa renda que se dedicam às atividades de coleta, triagem, beneficiamento, processamento, transformação e comercialização de materiais reutilizáveis e recicláveis. (BRASIL, 2010, s/p.).

Dentre os vários objetivos do Programa Pró-Catador, destacam-se os incisos a seguir, do artigo segundo da lei:

- I - capacitação, formação e assessoria técnica;
- II - incubação de cooperativas e de empreendimentos sociais solidários que atuem na reciclagem;
- III - pesquisas e estudos para subsidiar ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos;
- IV - aquisição de equipamentos, máquinas e veículos voltados para a coleta seletiva, reutilização, beneficiamento, tratamento e reciclagem pelas cooperativas e associações de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis;
- V - implantação e adaptação de infraestrutura física de cooperativas e associações de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis;
- VI - organização e apoio a redes de comercialização e cadeias produtivas integradas por cooperativas e associações de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis;
- VII - fortalecimento da participação do catador de materiais reutilizáveis e recicláveis nas cadeias de reciclagem (BRASIL, 2010, s/p.).

² Com essa definição de catador versada pela lei, os associados da ACMR (sujeitos deste estudo) são considerados catadores porque fazem a triagem do resíduo sólido. Então para fins deste estudo os trabalhadores da Associação de Coletores de Materiais Reciclados, que mesmo instalados no galpão (e não catando o lixo na rua) serão denominados de catadores, conforme o parágrafo único do artigo primeiro do decreto 7.405. Ou serão chamados de coletores, pois assim eles se denominam, ou serão chamados de associados, pois pertencem à Associação ACMR.

O programa Pró-Catador inclui na sua política estudos envolvendo a participação de órgãos do governo e podendo também ter a ajuda de universidades, pois como explica o seu artigo terceiro: “o Programa Pró-Catador poderá ser realizado em cooperação com órgãos ou entidades da administração pública federal e órgãos e entidades dos Estados, Distrito Federal e Municípios que a ele aderirem” (BRASIL, 2010, art.3).

A nova lei foca tanto na questão ambiental do resíduo quanto na questão social do catador. Porquanto além do inquestionável aspecto ambiental, a reciclagem possibilita ganhos sociais ao absorver na sua cadeia produtiva os catadores de materiais recicláveis, os quais são o objeto deste estudo, por meio da pesquisa realizada na Associação de Coletores de Materiais Recicláveis (ACMR), sediada no município de Florianópolis.

1.1 ESTRUTURA DO TRABALHO

No que se refere ao escopo teórico esta pesquisa orientou-se por dois prismas críticos. Na primeira etapa do referencial teórico (subcapítulo 2.1) foram consideradas duas vertentes críticas: foram descritas tanto a crítica à razão indolente de Boaventura Sousa Santos quanto a crítica à razão instrumental de Alberto Guerreiro Ramos.

Em seguida, na segunda etapa do referencial teórico (subcapítulo 2.2) foi realizada uma análise sobre a crise social que levou a população a um novo exame de comportamento em relação ao meio ambiente e à natureza.

Por fim, ainda no escopo teórico (subcapítulo 2.3), foram notadas as questões legais brasileiras referentes aos resíduos sólidos. Dentro deste tema, foi analisada a evolução das políticas públicas brasileiras em benefício dos catadores e em seguida foi também estudada a Nova Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Na coleta e análise de dados foi utilizado o método reflexivo de Alvesson e Sköldbberg (2001) fazendo-se valer dos quatro níveis de reflexão.

1.2 DELIMITAÇÃO DO TEMA

Estudou-se a Associação de Coletores de Materiais Recicláveis (ACMR), sediada em Florianópolis, no bairro do Itacorubi. Portanto, a questão dos catadores individuais, ou seja, os catadores de resíduos autônomos que recolhem lixo de forma individual (ou com suas

famílias, porém sem estarem inseridos em uma cooperativa ou associação de catadores) não foi o foco deste estudo.

Vale lembrar também que os coletores estudados não são realmente coletores, são receptores do material, realizando apenas triagem e revenda. Desde a transferência de atividades para o atual galpão (no bairro Itacorubi) eles não mais coletam visto que recebem o material diretamente no galpão. Porém, pela definição legal eles são considerados catadores. Além disso, eles mesmos se nomeiam de coletores, inclusive no nome de sua associação.

Esta associação chamada Associação de Coletores de Materiais Recicláveis, teve seu início em 1998, na cabeceira da Ponte Colombo Sales. Mais tarde ocupou a Passarela do Samba Nego Querido (paralela à Avenida Gustavo Richard). Depois foi transferida para um terreno pertencente à COMCAP (terreno do antigo “lixão”), no bairro Itacorubi, onde hoje ainda se localiza e conta com cerca de sessenta associados. Todos os locais por onde a associação passou são dentro do município de Florianópolis.

Em relação a esta associação foi realizada uma revisão sobre a história da mesma, e foram aplicados questionários para se verificar como a Nova Política Nacional de Resíduos Sólidos e o Programa Pró-Catador influenciam, ou não, a referida associação. Foi também verificada a ligação da ACMR com o movimento Nacional de Coletores (MNCR) e com outros parceiros.

1.3 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA

O problema desta pesquisa foi analisar como têm sido implementadas as políticas públicas de inclusão social de catadores de material reciclável em Florianópolis desde 2003 (criação do Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis) considerando-se, especialmente, a atuação da ACMR, e, complementarmente, iniciativas de outras organizações envolvidas, tais como a COMCAP, o Movimento Nacional dos Catadores, o Ministério Público, entre outros.

1.4 OBJETIVOS

1.4.1 Objetivo Geral

Analisar como tem sido implementadas as políticas públicas de inclusão social de catadores de material reciclável em Florianópolis desde 2003 (criação do Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis) considerando-se, especialmente, a atuação da ACMR, e, complementarmente, iniciativas de outras organizações que se destacam nesse sentido, como a COMCAP, o Movimento Nacional dos Catadores, o Ministério Público, entre outros.

1.4.2 Objetivos Específicos

4.2.1 Objetivo Específico 1

Identificar como a política governamental federal tem influenciado a atuação da ACMR, desde que foi criado o Comitê Interministerial para a Inclusão Social de Catadores de Lixo, em 2003.

4.2.2 Objetivo Específico 2

Analisar a atuação da ACMR no contexto da atuação do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), destacando em que sentido a ACMR adere ou não às reivindicações e propostas do movimento.

4.2.3 Objetivo Específico 3

Descrever iniciativas locais (acordos, convênios, parcerias) que envolvem a ACMR no que se refere ao Programa Pró-Catador, considerando-se a efetividade do mesmo segundo a percepção dos catadores.

Como complemento aos objetivos específicos acima, considerou-se relevante atualizar informações censitárias sobre associados da ACMR, observando-se aspectos relativos à estrutura e aos valores compartilhados na organização.

1.5 JUSTIFICATIVA

Em relação à importância do trabalho do coletor de resíduos recicláveis, este estudo enfatiza a importância da figura do coletor. O trabalho do catador é importante tanto sob a ótica social, quanto econômica e ambiental. Sob o aspecto social, o catador é relevante na manutenção da limpeza da cidade, pois a separação do resíduo reciclável é parte de uma solução importantíssima para o bem-estar do município. Em relação à economia, os catadores geram receita e fazem do lixo sua sobrevivência (e de sua família), contribuindo com o aumento do PIB, e gerando a inclusão dos mesmos no mercado de trabalho e de consumo.

Quanto à questão ambiental do resíduo reciclável, em função do trabalho do catador o resíduo é reutilizado. Também o resíduo deixa de ser armazenado em depósitos de lixo a céu aberto, diminuindo assim o impacto ambiental.

Referindo-se a importância da pesquisa em virtude de sua originalidade, há várias pesquisas sobre coleta de resíduos (segundo o banco de dados Scielo Brasil - <http://www.scielo.br/>), porém após a nova lei (PNRS, de 2010) ainda pouco foi discutido sobre o tema, havendo alguns artigos e um livro sobre o assunto.

Em relação ao estudo de caso na ACMR, há outra dissertação nesse sentido, todavia com foco em qualidade de vida e embasada teoricamente na área de Recursos Humanos. Encontrou-se, ainda, pesquisa desenvolvida na UNIVALI, pela acadêmica Júlia Cristiane Schultz Pereira, intitulada “qualidade de vida dos catadores de materiais recicláveis da ACMR: um estudo etnográfico” que consiste em diversas entrevistas com os catadores sobre o seu trabalho com intenção de descobrir se gostam ou não do que fazem. Novamente não envolve a mesma área desta pesquisa, além disso, apesar de ser na mesma organização estudada nesta pesquisa, o foco da aluna da UNIVALI foi outro e ainda não havia sido decretada a nova Política Nacional de Resíduos Sólidos e nem o Programa Pró-Catador.

Na mesma linha de pesquisas envolvendo coletores de materiais recicláveis, há uma pesquisa produzida na Colômbia no ano 2002, por César Rodríguez, sobre as cooperativas de recicladores de lixo daquele país.

Há ainda um livro na área do serviço social, resultado de uma pesquisa de extensão realizada no ano de 1994 (por Denise Juncá, Marilene Gonçalves e Verônica Azevedo) na região de Campos (RJ) onde foram analisados dados demográficos e sociais sobre catadores daquela região que trabalham em “lixões” a céu aberto

Estes estudos serviram como base para esta dissertação. Assim como alguns dados das pesquisas anteriores realizadas na ACMR também foram utilizadas para coleta de dados históricos acerca da associação de coletores. Com base nos artigos que foram encontrados relacionados com o tema, construiu-se esta tabela a seguir:

Quadro 01: Lista de artigos acadêmicos já realizados sobre o tema

Autor(es)	Título		Metodologia	Conclusões
Pedro Roberto Jacobi e Gina Rizpah Besen	Gestão de resíduos sólidos em São Paulo: Da sustentabilidade	2 0 1 1	Análise de dados	Considera-se que não é possível, em especial nas metrópoles brasileiras, avançar para uma gestão mais eficiente e sustentável sem que haja uma cobrança justa dos serviços prestados.
Gemmelle Oliveira Santos e Luiz Fernando Ferreira da Silva	Os significados do lixo para garis e catadores de Fortaleza (CE, Brasil)	2 0 1 1	Consultas a documentos, entrevistas e visitas <i>in loco</i>	Perfil geral dos trabalhadores do lixo em Fortaleza
Diego Bonaldo Coelho e Arilda Schmidt Godoy	De catadores de rua a recicladores cooperados: um estudo de caso sobre empreendimentos solidários	2 0 1 1	Estudo de caso de natureza interpretativista. A pesquisa de campo apoiou-se em três estratégias: observação não participante, análise de documentos e entrevistas.	A Cooperlários tem algumas características dos empreendimentos solidários, mas não todos.
Beatriz Graveli de Sousa Barbosa,	Efeitos de um programa de educação infantil em	2 0 1 1	Análise documental	O ato de cuidar e educar dispensados pelos seus

Marisa Ribeiro Teixeira Duarte, e Adriana Cancela Duarte	famílias de catadores de papel de Belo Horizonte			funcionários aos alunos ajuda a minimizar os efeitos perversos da sociedade desigual na qual vivem, mas não possibilitam por si a superação da situação de pobreza.
Lucimare Ferraz e Mara H. de Andréa Gomes	Uma existência precarizada: o cuidado da prole no trabalho de catação de material reciclável	2 0 1 2	Estudo de caso, Análise de conteúdo	Os pais das crianças vêem o trabalho no lixo como uma oportunidade (e não uma coisa ruim) e por isso encaminham a criança para este trabalho.
Maria Cecília Gomes Pereira e Marco Antônio Carvalho Teixeira	A inclusão de catadores em programas de coleta seletiva: da agenda local à nacional	2 0 1 2	O modelo de Múltiplos Fluxos, de Kingdon	O modelo de Múltiplos Fluxos, de Kingdon não consegue abarcar algumas questões da realidade investigada.
Lucimare Ferraz, Mara Helena de Andrea Gomes, e Maria Assunta Busato	O catador de materiais recicláveis: um agente ambiental	2 0 1 2	Entrevistas	Perfil do catador
Nelson Gouveia	Resíduos sólidos urbanos: impactos socioambientais e perspectiva de manejo sustentável	2 0 1 2	Análise de dados	Melhorar o aspecto ambiental sem esquecer de incluir socialmente o catador

Fonte: elaborada pela pesquisadora (2013)

E em relação a trabalhos de conclusão de curso e dissertações encontradas sobre o tema, destacam-se estes a seguir:

Quadro 02: Lista de trabalhos acadêmicos já realizados sobre o tema

Autor(a)	Título	Ano Grau e área	Metodologia	Conclusões do estudo
Simone Aparecida Ribeiro	Associação de recicladores esperança: uma alternativa de geração de trabalho e renda	2002 Monografia a Serviço social	Quantitativo: Questionários	Foi traçado o perfil socioeconômico dos associados da AREsp e relatar o trabalho da assistente social
Eloisa Amábil Kurth de Azambuja	Proposta de gestão de resíduos sólidos urbanos: análise do caso de Palhoça	2002 Mestrado Engenharia de produção	Qualitativa: Estudo de caso, observação direta, análise documental e entrevista.	Embora haja serviço de recolhimento de resíduos em 98% dos lares, há pouco envolvimento da população para melhorar a qualidade deste serviço e também diminuir a quantidade. A autora também conclui que é preciso ter medidas jurídicas mais enérgicas para conter os resíduos jogados em terrenos baldios.
Adalberto Koodi	Análise de gestão dos	2002	Quantitativo: Análise de	“A coleta seletiva não é

Takeda	resíduos sólidos urbanos da cidade de Curitiba, com abordagem na coleta seletiva e domiciliar	Mestrado Engenharia ambiental	dados	uma atividade lucrativa de um ponto de vista de retorno imediato, pois a receita obtida com a venda dos recicláveis não cobre as despesas do programa. No entanto é fundamental considerar os custos ambientais e sociais, que são relevantes” (TAKEDA, 2002, p.128)
Daiani Barboza	O movimento de potência e/ou impotência de ação dos catadores de material reciclável de Criciúma /SC no que se refere à construção de sua cidadania	2003 Mestrado Psicologia	Qualitativo: Questionários, entrevistas diário de campo, análise de conteúdo	Foi verificado que apesar do estigma dos catadores, estes são trabalhadores, criativos, e sabem da sua condição de exclusão e não são passivos quanto a isso, buscando melhorar.
Adenilson Perin	Geração de renda a partir de resíduos recicláveis: análise a partir de duas associações de Florianópolis	2003 Mestrado Engenharia de produção	Qualitativa: Estudo de caso observação direta, análise documental e entrevistas semiestruturadas	Dentre os principais problemas (apontados pelo autor) como impeditivos de crescimento da ACMR, estão:

				desinteresse pela mudança, falta de apoio da prefeitura, precariedade de dados, desunião do grupo.
Monique Carina Caliri Schmidt	Rede de catadores e gestão socioambiental de resíduos sólidos recicláveis: experiência contemporânea no município de Itajaí – SC	2007 Mestrado Gestão de políticas públicas	Qualitativa: Pesquisa bibliográfica, pesquisa documental histórica, entrevistas.	A gestão dos resíduos em Itajaí, segundo a autora, é resultado de uma ação política.

Fonte: elaborada pela mestranda (2013)

Em relação à viabilidade do estudo de campo na ACMR, a estudante teve acesso ao local, o que facilitou na coleta de dados, fotos e entrevistas. Em relação aos dados coletados com a COMCAP e Universidade o acesso foi por *e-mail* primeiramente e depois com encontros conforme viabilidade dos contatados.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A CRISE EPISTEMOLÓGICA E A NOVA RACIONALIDADE

A racionalidade hegemônica ocidental recebeu algumas críticas nos últimos anos, dentre elas destacam-se (em relação ao tema deste estudo) as obras do brasileiro Alberto Guerreiro Ramos e do sociólogo português Boaventura de Sousa Santos.

O primeiro, em sua obra *a nova ciência das organizações* (RAMOS, 1981), traça severa crítica à razão instrumental, cujas ações são baseadas no cálculo utilitário de consequências. A racionalidade instrumental é limitada e para lhe contrapor o autor sugere o uso da racionalidade substantiva (*Wertrationalität*), pois esta é determinada independentemente das suas chances de sucesso. A racionalidade substantiva também não se preocupa com o que irá resultar de seu esforço, tendo como base a ética e não no resultado esperado.

Para Ramos (1981) a razão instrumental é limitada a apenas um ângulo: o mercado. Isso torna a vida social, cultural e organizacional guiadas pelas regras e demandas do mercado e com predomínio de imposição dos meios pelos fins.

Sousa Santos, por sua vez, indica que a ciência está em crise devido à sua indolência, ou seja, a ideia central de que a ciência é a única que pode explicar todos os fenômenos físicos e sociais. Desta forma, o pensamento científico positivista limita a ciência porque exclui outras formas de racionalidade. Para mudar o cenário, o autor português sugere que se opte por uma ecologia de saberes, através da razão cosmopolita.

Ambas as teorias são úteis para explicar a questão em estudo, visto que os coletores de materiais recicláveis fazem parte de um grupo desvalorizado pela sociedade devido à informalidade da atividade que exercem e por trabalharem em meio ao lixo (o que foi excluído pela sociedade). Ocorre que, os coletores têm imenso saber sobre seu trabalho que exercem apesar de desenvolverem uma tarefa sem *status social*. Os catadores têm um *saber* desenvolvido com o seu trabalho, porém eles continuam sendo desvalorizados, pois seu trabalho é realizado no lixo, um local onde está tudo aquilo que não tem mais valor para a sociedade consumidora.

Para estudar os coletores e suas questões, deve-se ter em mente não uma razão utilitarista nem indolente, mas sim um olhar substantivo e aberto a aprender sobre novos saberes.

Portanto, este estudo irá expor o que cabe salientar, em função do tema da pesquisa, da obra destes dois autores, conforme parágrafos a seguir.

2.1.1 Boaventura Sousa Santos e a crítica à razão indolente

Boaventura de Sousa Santos é doutor em sociologia do direito pela Universidade de Yale, e aponta uma crise epistemológica da ciência hegemônica ocidental atual, cuja razão (segundo ele) é indolente e excludente.

A razão hegemônica ocidental, segundo Boaventura, é indolente porque acredita que pode explicar tudo. Esta razão acredita, também, ser o único meio válido para explicar o mundo e os fatos. Porém, o que ocorre é que a razão ocidental é precária e não consegue explicar os fenômenos sociais, visto que “a compreensão do mundo excede em muito a compreensão ocidental do mundo” (SANTOS, 2002, p.239).

A mesma razão também é excludente, porque quando não consegue explicar todos os fenômenos ela exclui tudo aquilo que não segue a sua linha de raciocínio, visto que ela desacredita os demais saberes, considerando-os inferiores, e desta forma mantém uma falsa coerência interna.

O conhecimento técnico-científico preside à globalização neoliberal e **baseia a sua hegemonia na forma credível com que desacredita todos os saberes rivais, sugerindo que não são comparáveis, em termos de eficácia e de coerência, à cientificidade das leis do mercado.** Dado que a globalização neoliberal é hegemônica, não surpreende que ela esteja enraizada no saber, não menos hegemônico, da ciência moderna de base ocidental (SANTOS, 2005, p.19, negrito da autora.).

Ao excluir ou rebaixar tudo que lhe quebra a coerência (tudo que sai da sua simetria) a razão hegemônica causa a exclusão das demais formas de racionalidade, consideradas alternativas. Assim, a mentalidade científica dominante é um modelo totalitário, “[...] na medida em que nega o caráter racional a todas as formas de conhecimento que não se pautarem pelos seus princípios epistemológicos e pelas suas regras metodológicas” (SANTOS, 2009, p. 61).

Para contrapor esta razão indolente e excludente, o autor sugere que em troca de uma hegemonia da ciência haja uma ecologia dos

saberes. Na ecologia de saberes a experiência humana descartada pelo pensamento hegemônico passa a ter seu lugar, sua importância e seu valor.

Porém, a razão ocidental deixa fora de debate os demais saberes (marginalizando-os ante o discurso hegemônico) e os mesmos são considerados, por vezes, inferiores, não civilizados ou incoerentes.

Este modelo de ciência e pensamento filosófico ocidental hegemônico prepondera há mais de 200 anos (SANTOS, 2002) e se desenvolveu tendo como pano de fundo histórico o Estado Liberal, a Revolução Industrial, o capitalismo e o colonialismo. Desta forma, uma crítica ao consumismo ou ao capitalismo é na verdade uma crítica à toda esta visão dominante antes mesmo do surgimento do capitalismo. “Não cabe continuar analisando o capitalismo com as mesmas categorias de sempre, pois implicaria colocar a realidade a serviço da teoria” (DEMO, 1998, p.25). Até mesmo “as exceções parciais, o romantismo e o marxismo, não foram nem suficientemente fortes nem suficientemente diferentes para poderem ser uma alternativa à razão indolente” (SANTOS, 2002, p.240), visto que, segundo o autor, toda tentativa de análise social (por mais crítica que tente ser) que estiver ligada a esta forma de pensar, estará fadada ao fracasso. “Nem para o mercado, nem para a assistência indiscriminada. As democracias precisam de outros caminhos mais bem pautados nos direitos humanos e na cidadania” (DEMO, 1998, p. 15). Mesmo os movimentos feministas, marxistas, ambientalistas, entre outros, estão ainda ligados ao modo de produção de ciência ditado pela cultura hegemônica.

O paradigma dominante nas ciências está profundamente articulado ao padrão linear e tradicional do processo produtivo fundado na história do industrialismo (taylorismo, fordismo e, em grande, medida também o processo recente de flexibilização informatizada). A redução, a coleta seletiva, o reaproveitamento e a reciclagem de resíduos, por outro lado, são processos não lineares, complexos, inovadores. (BOEIRA; SILVA, 2004, p.37-38).

O assunto tratado neste estudo (os resíduos e a Associação de coletores de materiais Recicláveis após o Programa Pró-catador) é precipuamente complexo e seus saberes fazem parte de um saber não linear, inovador, porém de uma minoria. Além disso, é um saber não valorizado pela cultura hegemônica.

Por não valorizar outras formas de saber, como o *saber* dos catadores, a ciência carece de uma nova forma de razão, com intuito de

englobar todas as formas de pensamento. A atual razão científica é limitada, ela não consegue compreender o mundo e gera exclusão social, visto que:

Os processos ditos pós-industriais em grande medida aceleram a produção industrial sob o impacto da computação, flexibilizando as organizações em geral, que se rearticulam em unidades menores, com redução de funcionários, para viabilizar adaptação contínua aos mercados. Em cada país, em cada região, vivencia-se um processo diferenciado, de acordo com as histórias de seus respectivos processos produtivos, porém com um eixo comum, que divide os *incluídos* no processo produtivo informatizado e os *excluídos* desse novo processo. (BOEIRA; SILVA, 2004, p.28).

Para mudar esta antiga fórmula (*incluídos versus excluídos*) e criar uma nova forma de pensar a analisar o mundo o autor cria o conceito de *razão cosmopolita* (SANTOS, 2002, p.239). Esta razão engloba três vertentes: a sociologia das ausências, a sociologia das emergências e o trabalho de tradução. Em vez de criar uma teoria geral que a tudo explica, o autor propõe que se faça um processo de tradução dos saberes já existentes, porém desconsiderados, desvalorizados.

A razão indolente sofre ainda quatro críticas. Primeiramente ela é impotente, porque impõe à ciência uma imparcialidade. Esta imparcialidade tem como consequência a ilusão de que a ciência nada poder fazer para mudar a realidade, pois seu papel é apenas descrevê-la (porque, nessa visão, a realidade não pode ser modificada, apenas estudada). A razão indolente é também arrogante porque se imagina livre. É, ainda, metonímica, pois imagina ser a única forma de razão possível. Conforme o autor, a razão ocidental “[...] julga que sabe tudo a respeito dele e o concebe como uma superação linear, automática e infinita do presente” (SANTOS, 2002, p. 240).

A primeira forma proposta de crítica e desmistificação da razão hegemônica é o uso da *sociologia das ausências* cujo objetivo é “transformar objetos impossíveis em possíveis e com base neles transformar ausências em presenças” (SANTOS, 2002, p. 246). O foco desta proposta é transformar o não visto em visto, o excluído em incluído o marginal em central, o sem voz em discurso.

A razão indolente promove “*não-existências*” (SANTOS, 2002, p. 247) através de cinco aspectos: a monocultura do saber, a monocultura do tempo linear, a monocultura da naturalização das

diferenças, a lógica da escala dominante e a lógica produtivista. Estas lógicas geram, respectivamente, o ignorante, o residual, o inferior, o local e o improdutivo (SANTOS, 2002, p.248). Estas são formas de *não existência*, de exclusão, de marginalização de tudo aquilo o que difere da (aparente) sincronia da lógica ocidental hegemônica.

Neste sentido, a monocultura do saber, ou, o rigor do saber é definido por Boaventura como:

O modo de produção de não existência mais poderoso. Consiste em transformação da ciência moderna e da alta cultura em critérios únicos de verdade e de qualidade estética, respectivamente [...] A não existência assume aqui a forma de ignorância ou de incultura. (SANTOS, 2002, p. 247).

A monocultura do saber, através da criação de *não existências*, estigmatiza estes excluídos como incultos, ignorantes, embora exista um saber nos marginalizados, porém este saber não é valorizado por estar (segundo a razão hegemônica) em desconformidade com os objetivos ou métodos que se pretende alcançar.

Já a lógica da monocultura do tempo linear, dita que a história é linear e previsível. Ou seja, concebe a ideia de que há uma direção em função da evolução do homem, da civilização, do desenvolvimento, da globalização.

Esta lógica exclui e aniquila tudo que é considerado atrasado, tudo que está atrás da linha do mais evoluído socialmente, politicamente e culturalmente.

A razão indolente acredita que apenas a sua forma de ciência, de política e de filosofia são corretas e são também mais evoluídas que as demais. Nesta linha, então, todas as outras formas de conhecimento estão pra trás, são inferiores, marginais e minoritários. E, por serem minoritários (estes modos alternativos) considera-se que o fato de serem em menor número é mais uma prova de que a razão indolente seria a correta.

A monocultura do tempo linear versa que a história foi um conjunto de acontecimentos em função da evolução humana, econômica e cultural e que tudo que está fora deste padrão está, portanto, atrasado no tempo.

Comum a todas estas formulações é a ideia de que o tempo é linear e que na frente do tempo seguem os países centrais do sistema mundial e, com eles, os conhecimentos, as instituições e as formas de sociabilidade que neles dominam. Esta lógica

produz a não existência declarando atrasado tudo o que, segundo a norma temporal, é assimétrico em relação ao que é considerado avançado. (SANTOS, 2002, p. 247).

Assim, mesmo o que é contemporâneo, mas não está inserido no hegemônico, é considerado atrasado. Ou seja, o contemporâneo pode ser considerado não contemporâneo (um paradoxo da razão indolente) apenas por não se adequar, ao padrão estabelecido. Assim, na economia o que difere do Estado Liberal é considerado atrasado do seu tempo. Porém o capitalismo apesar de hegemônico nunca foi único, ao longo do tempo diversas formas alternativas coexistiram (embora marginais) tanto de economia, de política estatal e de trabalho.

Dentre estas formas alternativas de empresa e trabalho, têm-se como exemplo as cooperativas e associações. Estas diferem do comum trabalho assalariado e competitivo para um trabalho em conjunto e onde o dono do capital é também o mesmo que produz e o mesmo que lucra. Estas formas sempre estiveram presentes, embora muitas vezes marginalizadas e ditas como alternativas.

Seguindo as lógicas da razão indolente, Santos (2002) critica ainda a lógica da monocultura da naturalização das diferenças, também chamada de lógica da classificação social, ou das hierarquias sociais. O maior exemplo desta monocultura é divisão racial ou sexual. Novamente, assim como na dicotomia anterior entre civilizado e não civilizado (atrasado), há aqui a ideia de superioridade *versus* inferioridade. Um exemplo desta dicotomia é a ideia culturalmente aceita de que o homem é superior à mulher. Em detrimento deste pensamento a mulher encontra obstáculos à sua participação em cargos de liderança, bem como na política³. Assim a racionalidade preponderante cria hierarquias e dicotomias, e gera diferenças, e exclusões.

Assim, a visão assistencialista de pobreza, ao lado de praticar um funcionalismo atroz, “normaliza” a situação de pobreza, fazendo-a dependente de favores alheios. O que pode “curar” a pobreza, não são benefícios, mas a construção de um sujeito social capaz de história própria, individual e coletiva. O debate sobre “exclusão social” tem, como uma de suas maiores precariedades, a expectativa assistencialista frente à pobreza, o que

³Sobre este tema, vide: <<http://www.feebpr.org.br/Mulher/Estatisticas.htm>>. Acessado em 03 de fev. de 2014.

leva a uma fé excessiva no Estado e à desobrigação do sistema produtivo, deturpando pela raiz os horizontes de emancipação (DEMO, 1998, p. 16).

Há ainda a lógica da escala dominante. Esta define que toda a razão indolente é exercida em escala global. E finalmente tem-se a lógica produtivista, baseada na forma de produtividade capitalista, cujo crescimento econômico é visto como o objetivo racional inquestionável da civilização. Desta forma, outras medidas de desenvolvimento (humano, social, ambiental, etc.) são desconsideradas. Ou são apenas consideradas se, e somente se, ao final forem benéficas para a economia. Assim (a título de exemplo) aumenta-se a oferta de empregos aos mais pobres, somente se for benéfico para o PIB ou se melhorar os índices econômicos; ou (ainda como exemplo) preserva-se a natureza, somente se isso representar mais matéria-prima no futuro e mais capacidade de produção, resultando e mais produtividade e melhores números financeiros para o país.

Mantém-se, então, uma lógica utilitarista, ou faz-se (como será visto a seguir com RAMOS, 1981) um cálculo utilitário das consequências.

Igualmente, a economia durante muito tempo se baseou fundamentalmente em princípios financeiros, e a natureza era vista como uma forma de obter lucro, sem considerar se o lucro advinha da degradação ambiental ou da exploração dos recursos naturais, como reafirma Sachs:

De certo modo, todas as principais civilizações do passado foram civilizações fundamentadas na biomassa, uma vez que dependiam quase que exclusivamente de produtos da biomassa para sua vida material: alimento ração animal e também combustível, fibras para vestimentas, madeira para construção de abrigos e mobiliário (SACHS, 2002, p. 30).

Dessa forma, a competição por produção aumenta, gerando problemas de trabalho, transtornos psicológicos, e disfunções sociais. Em contrapartida, formas de economia que valorizam o lado humano das organizações são boas soluções para a competição. Estas formas alternativas de economia visam o crescimento social, cultural, familiar, ou local.

Esta lógica de criação de *não-existências* (gerada pela razão indolente) acarreta no desperdício da experiência, pois tudo que difere da lógica dominante é aniquilado ou tratado como inferior.

Seu mundo vai carregando a marca da falta, da insegurança, da instabilidade, marca expressa através das rendas insuficientes, das precárias

condições de moradia, do não acesso a direitos trabalhistas e previdenciários, do atendimento apenas emergencial aos problemas de saúde, da expulsão do processo de educação formal, provocando um estado de imersão no cotidiano para desenvolver uma luta quase que exclusiva: a luta pela sobrevivência. (JUNCÁ, GONÇALVES; AZEVEDO, 2000, p. 12).

Para incluir o catador de materiais recicláveis no mundo dos direitos trabalhistas e previdenciários, é preciso substituir as lógicas de monoculturas para a lógica das ecologias. Mudar da lógica do uno, para a lógica do plural, sair do exclusivo para o inclusivo.

A começar, Santos (2002, p. 250) sugere uma substituição da monocultura do saber por uma *ecologia dos saberes*, a fim de incluir saberes e ciências alternativos.

A seguir o autor afirma a substituição da monocultura do tempo linear pela *ecologia das temporalidades*. Esta ecologia tem o intuito de considerar contemporâneos tanto um camponês como um agricultor *hi-tech* dos EUA (SANTOS, 2002, p. 251) e não um atrasado no tempo em relação ao outro. Nessa ecologia das temporalidades ambos têm a sua importância, mesmo um deles sendo mais produtivo que outro. Todavia, a produção econômica não deve ser a única forma de medir o valor de um trabalho.

Outro passo importante na crítica à razão indolente é substituir a lógica da classificação social pela *ecologia dos reconhecimentos*, acabando com a ideia vinda do colonialismo de que uma civilização possa ser mais avançada que outra, ou que um tipo de trabalho ou ocupação seja mais digno que outro. Toda ocupação, se ética, deve ser reconhecida como de valor, sem hierarquias.

Por sua vez, para quebrar com a lógica da escala global, devem-se concentrar olhares para a *ecologia das trans escalas*, em esforço para que o local não fique marginalizado ou excluído perante o global. Na ecologia de Santos não há divisão entre Norte e Sul, entre desenvolvidos e subdesenvolvidos.

Há também o rico do etnocentrismo “todavia, não se pode, de uma parte, fazer do pobre a figura perversa do sistema, e, de outra, fazer do sistema uma figura intocável, escamoteando suas grosseiras perversidades históricas. É evidente, porém, que o hemisfério Norte nos olha com desprezo, estigmatizando-nos como improdutivos,

corruptos, avessos ao trabalho duro e disciplinado” (DEMO, 1998, p. 15).

E finalmente, Santos pretende substituir a lógica de produção econômica pela *ecologia de produtividade*. Esta, segundo o autor:

[...] consiste na recuperação e valorização dos sistemas alternativos de produção, das organizações econômicas populares, das cooperativas operárias, das empresas autogeridas, da economia solidária, etc., que a ortodoxia produtivista capitalista ocultou ou descredibilizou (SANTOS, 2002, p.253).

A crítica à razão indolente é condição de entendimento das experiências e saberes diversos, através da razão cosmopolita, pois aquela razão ofusca esta. “Para combater o desperdício de experiência social, não basta propor um outro tipo de ciência social. Mais do que isso, é necessário um modelo diferente de racionalidade.” (SANTOS, 2002, p.238). É em relação à racionalidade que se continua este debate, na seção seguinte, com a teoria de Alberto Guerreiro Ramos.

2.1.2 Alberto Guerreiro Ramos e a crítica à razão instrumental

Com sua obra “a nova ciência das organizações” Alberto Guerreiro Ramos se tornou conhecido pela sua teoria acerca dos modelos de racionalidade das organizações. Para Ramos (1981) as ciências sociais estão pautadas numa concepção de ciência errônea, e “também se fundamenta numa racionalidade instrumental, particularmente característica do sistema de mercado” (RAMOS, 1981, p. 02). Assim toda relação se torna monetária, “com isso, realiza-se a previsão marxista da mais valia relativa, ligada a um capitalismo extremamente avançado e produtivo, mas cada vez mais centrado na mercantilização de tudo na sociedade” (DEMO, 1998, p.69).

Nesse sentido, o mercado dita regras meramente econômicas e utilitaristas, tendo então a sociedade uma visão cega focada apenas num elemento: o elemento econômico. “O mercado somente inclui os pobres que apresentam alguma utilidade econômica, por menor que seja, ou mesmo na posição de contrapeso para rebaixamento salarial” (DEMO, 1998, p. 49).

No capitalismo, o processo de inclusão social passa pelo mercado; tornando-se cada vez mais problemática na globalização competitiva, soa o

alarme mais alto, a ponto de se imaginar uma nova questão social (DEMO, 1998, p. 34).

O sentido de racionalidade, da forma como foi posto pela ciência ocidental reconfigurou seu antigo significado. Assim, “[...] na sociedade moderna, a racionalidade se transformou num instrumento disfarçado de perpetuação da repressão social, em vez de ser sinônimo de razão verdadeira” (RAMOS, 1981, p. 08).

A racionalidade preponderante atualmente (chamada pelo autor de razão instrumental) é voltada para os aspectos econômicos das relações e com isso tornou a sociedade utilitarista. “Sua principal preocupação passou a ser a prosperidade material, de preferência ao bom ordenamento da associação humana” (RAMOS, 1981, p. 35). Neste tipo de conduta focada precipuamente na prosperidade material, o comportamento não é pautado na ética comum, mas em valores do exterior, do mercado. O comportamento pode mudar conforme a situação, sendo “um tipo de conduta mecanomórfica, ditada por imperativos exteriores” (RAMOS, 1981, p.51). No comportamento, o ser humano pode até realizar uma conduta pautada na ética de validade geral, porém esse não será o porquê de seu comportamento. Visto que a decisão para o comportamento será realizada segundo um cálculo utilitário das consequências, importando somente o que é útil. E o que não é útil se torna lixo, descartado.

Há então uma diferença entre a razão utilitarista e a razão substantiva ocorre quando o indivíduo faz uma ação sem interesses diversos. Ou seja, o indivíduo procura algo pelo fim em si mesmo (ARISTÓTELES, 2004). Um exemplo de uma ação com fim em si mesmo ocorre quando alguém procura a felicidade, pois esta já é um fim em si mesmo. Diferente de alguém em busca de um emprego, com interesse em receber salário, para então com este dinheiro comprar algo e com este produto então procura o homem ser feliz. A razão utilitarista ocorre quando o ser humano realiza algo para outro fim que não seja a ação em si mesma, este fim diverso do fim último (o fim em si mesmo) é o que Aristóteles (2004) chama de utilidade ou consequência.

Assim, há uma diferença entre ação e comportamento. Sendo que a ação ocorre quando o indivíduo se comporta e realiza algo pelo fim daquilo sem esperar outra coisa em troca e comportamento é quando o indivíduo realiza algo não pensando no fim em si mesmo, mas em outra vantagem que aquilo irá lhe proporcionar.

Nestes termos, Ramos teoriza a Síndrome Comportamentalista como aquela onde os membros da sociedade “regulam e limitam as próprias paixões, de modo a não ameaçarem seus interesses práticos. A

sociedade é o próprio mercado amplificado. Os valores humanos tornam-se valores econômicos [...]” (RAMOS, 1981, p.38).

Segundo esta visão, os valores do mercado se tornaram os valores dos países e, mais tarde, os valores das pessoas.

A necessidade de competir tornou-se orgânica e transferiu-se das empresas para os Estados tornando-se também uma regra de convivência entre as pessoas. Uma nova ética e novos valores operacionais tornam-se imperativos em face aos mecanismos de globalização. (SILVA, 2000, p.31, negrito meu).

A necessidade de competir, e o individualismo acabaram se desenvolvendo em todos os campos da vida, tanto no mercado, quanto nas empresas, nas escolas (onde os alunos concorrem pelas melhores notas e por vagas limitadas nas melhores escolas) e até na vida privada.

Ao mesmo tempo, o desenvolvimento da autonomia individual acarretou a autonomia e a privatização da ética [...] o individualismo, fonte de responsabilidade pessoal pela sua conduta de vida, é também fonte de fortalecimento do egocentrismo. **Este se desenvolve em todos os campos e tende a inibir as potencialidades altruístas e solidárias, o que contribui para a desintegração das comunidades tradicionais** (MORIN, 200, p. 26, negrito meu).

Desta forma, a síndrome comportamentalista aponta para patologias desenvolvidas por uma sociedade que é voltada para o mercado. “Os traços de caráter engendrados por nosso sistema socioeconômico, isto é, nosso modo de vida, são patogênicos e de fato produzem uma pessoa doente, e por conseguinte, uma sociedade doente” (FROMM, 1982, p. 29).

Em uma “Sociedade aquisitiva”(FROMM,1982 p.80) a maior necessidade é de produzir para adquirir ganhos financeiros e, assim, adquirir bens materiais. Tendo o consumismo como foco a sociedade se torna utilitarista. De forma que o indivíduo que não consome é visto como marginal, como uma pessoa estranha. Enquanto o indivíduo que perde o caráter, porém se volta para o mercado (e para o cálculo utilitário das consequências) é visto como alguém que se enquadra à sociedade, ou ao “jogo” capitalista.

Dessa forma o indivíduo vale o que tem, e se ele não tem bens não é valorizado pela sociedade e pelo mercado:

A Alternativa ter contra ser não fala imediatamente ao senso comum. Ao que tudo indica, ter é uma função normal de nossa vida: a fim de viver nós devemos ter as coisas. Além do mais, devemos ter coisas a fim de desfrutá-las. Numa cultura em que a meta suprema é ter – e ter cada vez mais – e na qual se pode falar de alguém como “valendo um milhão de dólares”, como poderá haver alternativa entre ter e ser? Pelo contrário, tem-se a impressão de que **a própria essência de ser é ter: de que se alguém nada tem, não é.** (FROMM, 1982, p. 35, negrito meu).

No anseio de adquirir um bom emprego, uma boa condição de vida, o indivíduo passa a ter comportamentos destrutivos para o seu caráter. Numa sociedade em que o importante é o que compramos, o caráter fica cada dia mais flexível em função dos objetivos profissionais almejados.

É claro, a fim de ficar rico ou famoso, os indivíduos devem ser muito ativos no sentido do atarefamento, mas não no sentido de nascer dentro. Quando tenham conseguido seu objetivo, é possível que fiquem emocionados, intensamente satisfeitos, sintam que atingiram o auge. Mas que auge? Talvez um auge de excitação, de satisfação, algo como um transe ou estado orgiaco. Mas podem ter chegado a esse estado movidos por paixões que, embora humanas, são, não obstante patológicas, tanto mais que não conduzem a uma solução intrinsecamente adequada da condição humana. (FROMM, 1982, p.121).

Quem não produz, não compra, não tem renda, não se insere nos números do PIB e da população economicamente ativa, não existe. “De onde segue que pobre é aquele que não trabalha ou não quer trabalhar. Nos Estados Unidos, expressões típicas como *self-mademan*, ou *american way of life* traduzem esta maneira de ver e que logo estigmatizam os excluídos, culpabilizando-os” (DEMO, 1998, p.14, itálico do original). Ou seja, o homem não pode almejar férias, não pode ansiar por tempo de ócio criativo porque ele deve contribuir com toda sua energia para o trabalho e assim para o crescimento do país. Como afirma Alberto Guerreiro Ramos:

Na sociedade de mercado, a noção de lazer tem sido degradada porque se tornou sinônimo de

ociosidade, passatempo, diversão – conotações que o lazer nunca teve antes. Este fato é sintomático das premissas de valor do sistema de preços de mercado, **em que o trabalho foi transformado no critério *par excellence* de valia e merecimento**(RAMOS, 1981, p. 130, negrito meu, itálico do original).

Desta forma, quem não tem um trabalho não existe para o mundo, não é digno. Pois o emprego é o que concede dignidade ao homem:

Todos os levantamentos sobre indivíduos desprovidos de emprego, desocupados, retirados e assistidos sob títulos diversos, demonstram que, de fato, o trabalho restou, em todo caso até hoje, o fundamento da dignidade dos homens (SCHNAPPER, 1996, p. 28 apud DEMO, 1998, p. 20).

Assim, o indivíduo é avaliado de forma restrita, em que ele *é* o seu trabalho. E quem não tem trabalho deve ou ser excluído ou ser ajudado, pois é inferior.

Qualquer visão centrada na democracia reconhecera que a assistência para a população incapaz de autosustentação precisa separar-se do mundo do trabalho, o nó capitalista é este: como inventar forma de inclusão do pobre que seja mais determinante que o mercado, algo que nunca sucedeu de maneira estrutural (DEMO, 1998, p. 35).

Assim, formas de crescimento e de exercício de paz e tranquilidade (mental, espiritual, etc.) são descartadas em detrimentos de atividades que tenham rendimento e resultado econômico. Neste cenário do catador se lixo, apesar de seu trabalho ser extremamente útil e importante para a sociedade, ainda há em seu trabalho um forte estigma:

Se, em nosso mundo, vigora a máxima de que “o trabalho dignifica o homem”, se ele é o atributo que qualifica como “bom” um chefe de família e que, em contrapartida, lhe assegura respeito e integração social à sociedade, que dignidade emerge desta atividade tão rejeitada e estigmatizada? (JUNCA; GONÇAVES; AZEVEDO, 2000, p. 14).

Sendo a sociedade capitalista uma sociedade mercantil por excelência, o indivíduo improdutivo, é considerado descartável.

Segundo Wallerstein (1984) isto ocorre devido à mercantilização, ou seja, tudo e todos se tornam mercadorias. O trabalho é uma mercadoria e o próprio homem é uma mercadoria. Se o ser humano nada produz, nada vale.

Assim há o conceito de *lumpemproletariado*, ou seja, aqueles que o mercado de trabalho não absorve, ou que são subempregados, ou desvalorizados. Muitos destes acabaram no trabalho informal, é o caso de alguns coletores de materiais recicláveis.

Nessa época, a coleta nas ruas de material reaproveitável era feita por migrantes ou mendigos, que recolhiam o que poderia ser comprado por donos de depósitos de material, que por sua vez revendiam os materiais em volumes maiores, por preços melhores, às empresas que os utilizava nos meios produtivos para reduzir custos de matéria-prima ou suprir falta de insumos. Este processo ganha um novo impulso nas décadas de 1980 e 1990, a partir das reestruturações administrativas e econômicas, geradoras de desemprego. Moradores de rua (mendigos) e desempregados, além de migrantes, passam a formar um movimento silencioso de *lumpens*, tendo contra si toda a carga histórica de preconceitos existente sobre os que estão fora do processo produtivo industrial (ou do mercado convencional) acrescida da imagem de sujeira do lixo. (BOEIRA; SILVA, 2004, p.29, itálico do original).

Com intuito de diminuir esta informalidade dos catadores de materiais recicláveis, e valorizar a atividade do coletor, o governo instituiu o Programa Pró-Catador (analisado mais adiante, neste estudo).

Como alternativa a este pensamento voltado para o mercado, e todos os conflitos gerados (não apenas na mentalidade do indivíduo, mas na sociedade) Alberto Guerreiro Ramos propõe que se estenda o conceito de economia em função de uma *Paraeconomia*, termo empregado por Ramos para fazer referência à necessidade de um modelo de análise da dinâmica organizacional que não se restringe à regulação pelo mercado autorregulado, pois a sociedade é constituída de uma variedade de enclaves e o mercado é apenas um deles, não o único.

As organizações (não apenas as empresas, mas as igrejas, as escolas e outras organizações de diversos campos sociais) estão mais

focadas em uma abordagem unidimensional, onde o foco principal é o interesse econômico:

A afirmação inadequada de que o interesse pelas pessoas pode ser harmonizado com o interesse pela produção de mercadorias só se justifica à base de uma abordagem unidimensional da organização. E esse é, precisamente, o erro característico das atuais tendências do pensamento e da prática, no campo administrativo. (RAMOS, 1981, p. 142).

Quer dizer, a ação voltada para o mercado é uma abordagem unidimensional, enquanto a *Para economia* pressupõe uma abordagem multidimensional. O paradigma atual coloca o emprego como o único valor do indivíduo (quem não trabalha não tem valor), já o paradigma *Para-econômico* não restringe o valor do ser humano apenas ao valor econômico produzido pelo mesmo.

Em comparação, o paradigma paraeconômico envolve uma concepção de produção e consumo que leva em conta, de maneira formal, tanto as atividades remuneradas quanto as não remuneradas. O indivíduo produtivo não é, necessariamente, um detentor de emprego. (RAMOS, 1981, p. 180).

A noção de pessoa está, no paradigma econômico, ligada fortemente à ideia de progresso material, aquisição. Segundo Boltanski e Chiapello (2009).

Esse imenso trabalho social realizado para instaurar o progresso material individual como um – se não o – critério do bem-estar social permitiu que o capitalismo conquistasse uma legitimidade sem precedentes, pois assim se tornavam legítimos ao mesmo tempo seus propósitos e seu modelo. (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p.45).

Para entender o paradigma para-econômico, Ramos (1981) apresenta seis conceitos-chave, quais sejam: anomia, motim, economia, isonomia, *fenonomia* e isolado.

A *anomia* é um termo já anteriormente utilizado por Émile Durkheim (1979) e “refere-se a indivíduos desprovidos de normas orientadoras, que não têm o senso de relacionamento com outros indivíduos” (RAMOS, 1981, p.147). Assim, eles vivem em sua própria realidade.

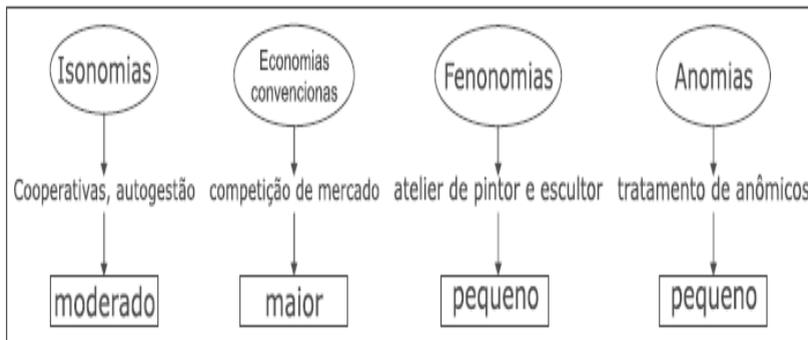
A designação *motim* é utilizada quando um grupo de indivíduos encontra-se desprovido de normas. Já termo *economia*, por sua vez, diz respeito a “um contexto organizacional altamente ordenado, estabelecido para produção de bens e/ou para a prestação de serviços” (RAMOS, 1981, p.147-148).

Por sua vez, a *isonomia* refere-se a um contexto organizacional de livre associação de pessoas, marcado pela absoluta igualdade entre seus membros, onde prepondera o consenso e a gratificação pessoal. Já a *fenonomia* é dirigida “por um indivíduo, ou por um pequeno grupo, e que permite a seus membros o máximo de opção pessoal e um mínimo de subordinação” (RAMOS, 1981, 0. 152).

Ou seja, a *fenonomia* é representada por um grupo inserido no mercado, porém com certa autonomia interna. Além disso, este grupo não está sujeito às regras operacionais formais. E por último, a definição do *isolado* refere-se a um indivíduo que rejeita o ambiente em que se encontra.

Tendo em vista estas definições, podem-se dividir as organizações conforme a Figura 01, a seguir:

Figura 01: Tipos de organizações segundo França Filho



Fonte: FRANÇA FILHO, 2010, p. 184.

Com base na divisão acima, percebe-se que o conceito de isonomia é importante para entender a realidade das associações sem fins lucrativos. Em princípio, o conceito de isonomia pode servir de referência para compreender a ACMR. Porém a Associação de Coletores de Materiais Recicláveis pode também ser estudada utilizando-se dos conceitos dados a uma *fenonomia* visto que foi formada por uma associação livre de coletores que começaram a se agrupar antes do ano 2000 e que (como será descrito no estudo de caso

adiante) têm como base de sua associação a gratificação pessoal e a autonomia.

2.2. A CRISE SOCIOAMBIENTAL

Além da questão social do lixo e dos que nele trabalham, há também, aliado a isso, diversas questões ambientais. O ser humano além de ser um animal social⁴ é também um animal que tem consciência do ambiente que o cerca. O indivíduo retira o máximo que consegue da natureza para seu benefício, seja com objetivo de sobrevivência ou geração de lucro.

Muitas vezes sem se importar com o que será descartado ao final deste processo, o ser humano gera novas tecnologias, novas modas e novos *designs* para tornar os novos produtos desejáveis e os antigos (já vendidos) obsoletos, e, portanto, descartáveis.

Este pensamento se perpetuou durante muito tempo, pois o foco dos economistas, estudiosos e empreendedores não era voltado para a preservação ambiental, mas ao contrário, o foco estava em formular tecnologias para extrair com mais rapidez os recursos naturais, pois não havia ainda uma consciência ecológica, a visão era de que a natureza era uma fonte ilimitada de recursos naturais.

A compreensão tradicional das relações entre sociedade e a natureza desenvolvidas até o século XIX, vinculadas ao processo de produção capitalista, considerava o homem e a natureza como polos excludentes, tendo subjacente a concepção de uma natureza objeto, fonte ilimitada de recursos à disposição do homem. (BERNARDES; FERREIRA In: CUNHA; GUERRA, 2010, p.17).

Durante muitos séculos o meio ambiente não foi uma preocupação da sociedade, percebe-se que “a humanidade tem uma longa história de destruição do meio ambiente, especialmente do solo e da cobertura florestal” (HAWKEN; LOVINS; LOVINS, 2008, p.139). O foco estava voltado para o crescimento econômico em detrimento de conservação ambiental, visto que a qualidade de vida estava ligada a noção econômica.

Podemos perceber, portanto, um *trade off* entre crescimento econômico e preservação do meio ambiente. Se, por um lado, o crescimento

⁴ ARISTÓTELES, 2004.

econômico melhorou as condições de vida da população, gerando maior quantidade de bens e serviços disponíveis para satisfação das necessidades, por outro lado provocou problemas ambientais, que não se restringem à atividade industrial, Como a ocupação desordenada do solo nas vizinhanças das unidades industriais, a qual, ao agravar as condições ambientais, causa danos à saúde humana e à qualidade do meio ambiente (LUSTOSA, 2003, p.156. *itálico meu*).

Porém, a degradação ambiental chegou num limite arriscado, em que países com baixa quantidade de recursos naturais perceberam a importância da conservação do meio ambiente. Percebeu-se que mesmo o país tendo uma boa economia esta por si não é o suficiente para garantir a qualidade de vida, visto que a riqueza de uma nação atualmente é entendida não apenas em relação aos seus recursos financeiros, mas também contabiliza os recursos humanos (força de trabalho) e seus recursos naturais. Há então um limite humano e ecológico em relação ao crescimento econômico, pois um está vinculado aos demais.

A questão ambiental surge, então, como um sintoma da crise civilizatória, demonstrando a necessidade de se transformar a racionalidade produtiva pela consciência sobre sua crise e sobre os limites ecológicos do crescimento econômico e/ou pela reestruturação produtiva induzida via mercados “ambientalizados”. (SILVA, 2000, p. 15).

Não obstante, a degradação do meio ambiente, até então ignorada, começou a ser notada e a partir, principalmente, da década de 60:

Até então se acreditava que o crescimento econômico não tinha limites e que o desenvolvimento significava dominar a natureza e os homens. Entretanto, nos anos 60/70 percebeu-se que os recursos naturais são esgotáveis e que o crescimento sem limites começava a se revelar insustentável, (BERNARDES & FERREIRA In: CUNHA; GUERRA, 2010, p.17).

Começou a haver uma conscientização a este respeito, visto que “a degradação ambiental, o risco de colapso ecológico e o avanço da desigualdade e da pobreza são sinais eloquentes da crise do mundo globalizado” (LEFF, 2001, p. 09).

No final da década de 1960, o mundo despertou para uma realidade assustadora que se transformaria numa questão central no debate internacional nos decênios seguintes: a degradação do meio ambiente.

Houve um tempo em que as ações dos seres humanos não influenciavam muito no ambiente natural. Contudo, hoje somos mais de 6 bilhões de humanos, e tudo que fazemos tem uma força multiplicadora enorme, que atualmente é utilizada sem o devido cuidado para a preservação do futuro da humanidade. (SCHENINI, 2009, p. 13).

Aos poucos os estudos se voltaram para a questão da conservação do meio ambiente e das consequências da degradação ambiental.

Hoje sabemos que nossa civilização e até mesmo a vida em nosso planeta estarão condenadas, a menos que nos voltemos para o único caminho viável, tanto para os ricos quanto para os pobres. Para isso, é preciso que o Norte diminua seu consumo de recursos e o Sul escape da pobreza. O desenvolvimento e o meio ambiente estão indissolvelmente vinculados e devem ser tratados mediante a mudança do conteúdo, das modalidades e das utilizações do crescimento (SACHS, 1998, p.07).

Desta forma, ficou consagrada a opinião de que o meio ambiente se degrada com a ação humana e começou a haver uma maior discussão acerca do assunto.

Neste caminho, em 1961, foi criado o WWF (Fundo Mundial para a conservação do Meio Ambiente), também conhecido como Fundo Mundial para a Natureza. Em 1968 surgiu a *World Conservation Strategy* (Estratégia Mundial para a Conservação do Meio Ambiente) e em seguida a ONU lançou o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. Assim, os anos 1960 e 1970 os movimentos ambientalistas começaram a fazer parte da vida, principalmente de jovens, no final da década de 1980.

Algo extraordinário aconteceu no fim dos anos 80. Em muitos países as pessoas começaram a se sentir infelizes em como a raça humana estava tratando seu planeta. Passaram a reclamar mais alto contra a sujeira do ar e da água, a destruição da floresta úmida, o desaparecimento de espécies, o buraco na camada de ozônio e o efeito estufa. (CAIRNCROSS, 1992, p.15).

Esta evolução da mentalidade da população, e dos estudiosos em geral foi acontecendo de forma gradativa. Primeiramente o PIB (Produto Interno Bruto) deixou de ser considerado o único indicador de riqueza de um país, e assim passou-se a atribuir importância para outros índices que levavam em conta fatores também sociais (principalmente o IDH). Estes índices socioeconômicos se originaram de pesquisas que concluíram que para um país crescer precisa-se mais que recursos financeiros. Precisa-se de recursos humanos, saúde, educação e outros fatores sociais.

Principalmente a partir do século XXI passa-se a falar em ESI (*Environmental Sustainability Index*– Índice de sustentabilidade Ambiental) que contabiliza não apenas as dimensões econômicas, mas também dimensões ambientais:

O ESI é composto por 68 variáveis agrupadas em 20 indicadores básicos e abrange cinco dimensões: sistemas ambientais, estresses, vulnerabilidade humana, capacidade social e institucional e responsabilidade global. Nos sistemas ambientais estão inseridos o ar, o solo e os ecossistemas. O estresse trata dos tipos de poluição excessivos e exploração exagerada de recursos naturais. Na vulnerabilidade humana encontram-se dados referentes à relação existente entre o meio ambiente e situação nutricional e de saúde da sociedade. A capacidade institucional trata sobre a forma como instituições e sociedade encara os problemas ambientais. Por último, a responsabilidade global trata sobre a integração internacional no sentido de unir esforços e elaborar esquemas de cooperação que representam a responsabilidade global. (DEBALI, 2011, p. 46).

Os índices de uma economia foram tomando corpo gradativamente. Inicialmente observava-se apenas a dimensão econômica (o produto interno bruto por pessoa ou chamado PIB per capita), mais tarde surgiram diversos outros índices (IDH, ICV e IPH) que indicaram que para um país crescer economicamente deveria haver fatores sociais atrelados aos valores econômicos. Atualmente incluem-se as dimensões ambientais para haver crescimento econômico. Desta forma, surgiu também o famoso método da pegada ecológica, que calcula o quanto cada cidadão retira (ou destrói) da natureza para ter determinado padrão de vida e consumo.

Nessa linha, tem-se o ESI, a “pegada ecológica” e também o chamado “Painel da sustentabilidade”, que avalia questões socioeconômicas e ambientais. Ocorre que estes índices que levam em conta a questão social ou ambiental não são largamente utilizados. E ainda assim alguns deles ainda têm problemas, deixando fatores de fora do cálculo.

O crescimento econômico aliado ao desenvolvimento de questões sociais, forma o crescimento socioeconômico. Aquele, aliado às questões ambientais, culmina no que atualmente é chamado de responsabilidade ambiental. E a dita sustentabilidade é a junção dos três elementos: econômico, social e ambiental (ecológico). Segundo Schenini:

A origem do conceito de desenvolvimento sustentável pretendeu reunir íntima simbiose a gestão ambiental e o desenvolvimento econômico. Podemos observar, com isso, que o desenvolvimento sustentável apresenta, além da questão ambiental, tecnológica e econômica, uma amplitude cultural e política, exigindo a participação democrática da sociedade na tomada de decisão para mudanças necessárias na sua implementação. (SCHENINI, 2009, p. 24).

Com o surgimento do termo capital natural, fica mais evidente que os recursos naturais são importante elemento econômico nacional, pois há a transformação da natureza em recurso:

Os seres humanos vivem em sociedade e, em suas variadas atividades, relacionam-se com o meio ambiente. As diferentes formas de relacionar-se economicamente com o ambiente é que caracterizam a transformação de elementos da natureza em recursos naturais. (BELLIA, 1996, p.19).

A dificuldade que permeia a utilização deste capital é que uma vez destruído, é muito difícil recuperá-lo, tornando-o ainda mais valioso, pois “o capital natural não aparece por obra de um milagre singular; é, isso sim, o produto do trabalho permanentemente executado por milhares e milhares de espécies em interação complexa” (HAWKEN; LOVINS; LOVINS; 2008, p.140).

Ocorre que, o estilo de vida capitalista necessita de muito capital natural e de forma constante, e até mesmo crescente (praticamente ilimitada) para aumentar o lucro:

O crescimento da população capitalista depende de novos mercados e, portanto, da criação de novas necessidades para os consumidores. Assim, as necessidades da população aumentam juntamente com a escala da produção industrial, com a demanda por recursos naturais e com os rejeitos dos processos produtivos. (LUSTOSA, 2003, p.156).

Não só as indústrias utilizam o capital natural em excesso, como também poluem, ou seja, muitas vezes degradam o meio ambiente sem nem ao menos dele extrair matéria-prima. “Além da utilização intensiva dos recursos naturais, os rejeitos dos processos produtivos lançados no meio ambiente resultaram no acúmulo de poluentes acima da sua capacidade de absorção, gerando a poluição” (LUSTOSA, 2003, p.155). Mesmo assim, ainda há muito desmatamento e desperdício.

A variável determinante nesta análise são os recursos não renováveis: o seu esgotamento faria o sistema marchar para um colapso. O raciocínio: o crescimento na proporção do seu esgotamento relativo. Cada etapa de crescimento exige mais capital para que se obtenham os mesmos recursos, fazendo com que, em algum momento, os investimentos não sejam suficientes para fazer face às amortizações. (BELLIA, 1996, p.25).

A sociedade de consumo, após vários desastres naturais, e danos causados ao meio ambiente e ao homem, repensou seu *modus operandi*, devido à pressão governamental e, principalmente devido à pressão não governamental. Ocorre que, juntamente com os movimentos de proteção ao meio ambiente, originaram-se diversos movimentos contrários ao modo de vida consumista, não apenas pela questão ecológica, mas pela questão cultural, como forma de negação da dominação dos países capitalista do chamado primeiro mundo, ou países desenvolvidos:

No aspecto cultural, a sociedade de consumo, representante e representada por esse modelo de desenvolvimento, vem sendo criticada pelo processo de massificação cultural. É um processo hegemônico por uma deificação (endeusamento) de uma cultura dita moderna, que tem sua gênese situada nos países do norte. Essa massificação de uma cultura dominante, símbolo do desenvolvimento, vem acompanhada de um empobrecimento da diversidade cultural

(BERNARDES; FERREIRA. In: CUNHA; GUERRA, 2010, p.85).

O consumo exagerado alerta para o desperdício, “O grau de desperdício de recursos e de pessoas aparece, de fato, no produto interno bruto. Dos nove trilhões de dólares que se gastam anualmente nos Estados Unidos, pelo menos dois trilhões são desperdiçados” (HAWKEN; LOVINS; LOVINS, 2008, p.51).

Que quer dizer desperdício neste contexto? Em termos simples, representa o dinheiro gasto sem que o comprador tenha adquirindo nenhum valor. Um exemplo de desperdício conhecido por todos é ficar preso no trânsito congestionado de uma via expressa. Está se perdendo dinheiro em gasolina, tempo e desgastando o automóvel e o motorista, mas o valor que isso produz é zero. Caprichos como dirigir um carro de luxo ou atravessar o Lake Mead com uma lancha de 600 hp não contam como desperdício aqui. O desperdício é o apanágio de um sistema industrial fora de moda que solapa a nossa força nacional. (HAWKEN; LOVINS; LOVINS, 2008, p.51).

Outra questão que aumenta o consumo é a moda e o *design* em geral, pois força os consumidores a jogarem ou considerarem inapto algum bem de consumo que ainda se encontra em perfeito uso:

Se todos, na sociedade, devem ter uma coisa qualquer, quantas coisas é preciso fazer por ano? Apenas o suficiente para acomodar o número que se quebra, se desgasta ou se perde, mais o necessário para atender ao crescimento do número de pessoas. Uma variável decisiva nos níveis de produção é, naturalmente quanto tempo esse bem dura. Se se trata de um objeto usado para beber, precisamos de muito menos canecas de cerâmica que de copos de plástico ou papel, pois a cerâmica dura praticamente a vida inteira, a menos que a joguemos fora, ao passo que os copos descartáveis só podem ser usados uma ou duas vezes antes de se inutilizar. (HAWKEN; LOVINS; LOVINS, 2008, p.67).

Portanto, uma gama de movimentos a favor do consumo consciente se espalhou pelo mundo, um deles se originou nos Estados Unidos da América e se chama “buy nothing day”, chamado no Brasil de “um dia sem compras”. O nome é autoexplicativo, ou seja, é a campanha para que no dia 21 de novembro não se compre coisa alguma.

A função deste dia não é fazer com que o consumidor não compre naquele dia exato, mas que neste dia além de não comprar o consumidor reflita a respeito do consumismo, principalmente do consumismo compulsivo. Se o movimento convencer certa quantidade de pessoas a não comprar naquele dia, no dia seguinte pode ser que este consumista desista da compra, percebendo que teria sido apenas uma compra por impulso.

Pesquisas indicam que a compra compulsiva já se tornou uma doença que atinge cerca de três por cento dos brasileiros:

A doença do consumismo tem nome e preocupa autoridades na área de saúde do Brasil: chama-se onemania, ou consumo compulsivo. Segundo dados do Instituto de psiquiatria do hospital das clínicas de São Paulo, 3 % dos brasileiros, a maioria mulheres, compram compulsivamente. É gente que usufrui apenas no momento da compra, mas não o produto, que muitas vezes é deixado de lado por não ter utilidade alguma. A baixa autoestima e o sentimento de vazio são constantes. Depois da compra vem a sensação de culpa (TRIGUEIRO, 2005, p. 25).

Em contrapartida a este consumismo exagerado há, por outro lado, uma crescente conscientização de outra parte da população. “Mais do que nunca, os consumidores estão interessados em atividades e produtos socialmente responsáveis que são benéficos ao meio ambiente” (NICKELS, WOOD, 2000, p. 114).

O desenvolvimento, tal como vinha sendo realizado, levava ao desastre geral. O desenvolvimento sustentável, porém será aquele alcançado com formas de produzir e consumir não predatórias, voltadas para garantir condições duráveis de progresso e bem-estar para todos (MINEIRO, 2002, p.40).

A questão da sustentabilidade tem três pilares, quais sejam: a) tecnologias verdes, que ajudem no processo de preservação do meio ambiente; b) diminuição da população, gerando assim menor consumo, c) consumo consciente. Segundo Singer

A razão do não reaproveitamento integral do lixo parece ligada à falta de incentivo econômico. O reaproveitamento de latinhas de alumínio é quase total, no Brasil, porque ele é lucrativo para as empresas fabricantes. Já o de muitos outros materiais incluídos no lixo ele não deve ser

lucrativo, comparando-se o custo de fabricação do novo com o custo de reaproveitamento do usado e descartado. (SINGER, 2005, p. 09).

Percebe-se uma mudança de paradigma de uma economia de exploração da natureza para uma economia voltada para a manutenção da natureza, vista agora como um capital. Assim, “as preocupações com a saúde do meio ambiente são importantes, mas deve equilibrar-se com as exigências do crescimento econômico se quiser manter um alto nível de vida” (HAWKEN; LOVINS; LOVINS, 2008, p.06). A antiga concepção de que a natureza mudou.

Embora tenham havidos nos últimos anos inúmeros avanços, iniciativas, e muitas possibilidades de inovações. Sabe-se que tanto o ESI quanto a *pegada ecológica*, têm ainda suas falhas, além de não serem os indicativos mais utilizados. O desenvolvimento sustentável é ainda mais uma promessa do que uma realidade, porém uma promessa que em grande medida vem sendo absorvida pelo mercado.

2.3. LEGISLAÇÃO BRASILEIRA SOBRE RESÍDUOS SÓLIDOS

2.3.1 Nova Política Nacional de Resíduos Sólidos

No Brasil os movimentos a favor do meio-ambiente começaram a se estabelecer mais fortemente a partir da década de 1970

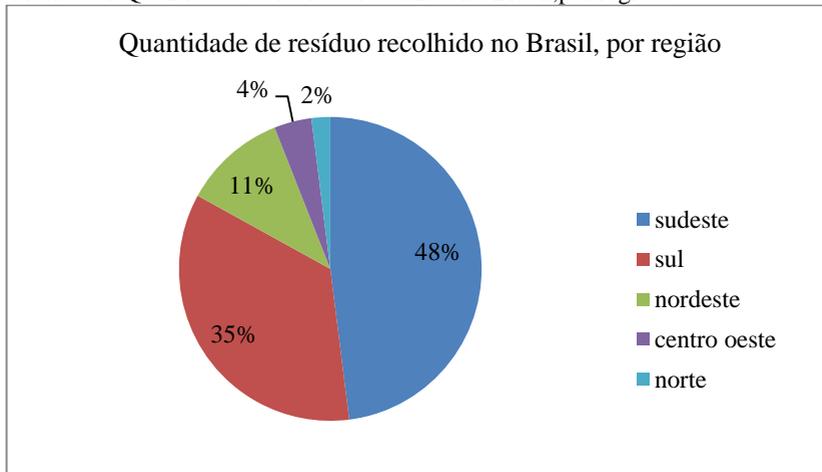
Os primeiros antecedentes do ambientalismo no Brasil são de caráter preservacionista e remontam a 1958, data de criação da Fundação Brasileira para Conservação da Natureza. Mas a escassa importância de seu desempenho no espaço público traz para os anos 70 o processo de constituição do ambientalismo brasileiro, quando começam a configurarem-se propostas provenientes tanto do Estado quanto da sociedade civil (LEIS; VIOLA, 1996, p.97).

Com a *Rio 92* o Brasil entrou no mapa dos movimentos ambientalistas

O ano de 1990 constitui-se em um ponto de inflexão na definição da problemática ambiental no Brasil, que é precipitada pela decisão do governo brasileiro, respaldada pela ONU, de sediar a conferência das nações unidas sobre meio ambiente e desenvolvimento (LEIS; VIOLA, 1996, p. 109).

O lixo no Brasil é levado basicamente para lixões e nem todo é recolhido, pois apenas sete por cento dos municípios têm programas de coleta seletiva. Como demonstra o gráfico 01, conforme região do Brasil e quantidade de lixo recolhido:

Gráfico 01: Quantidade de resíduo recolhido no Brasil, por região.

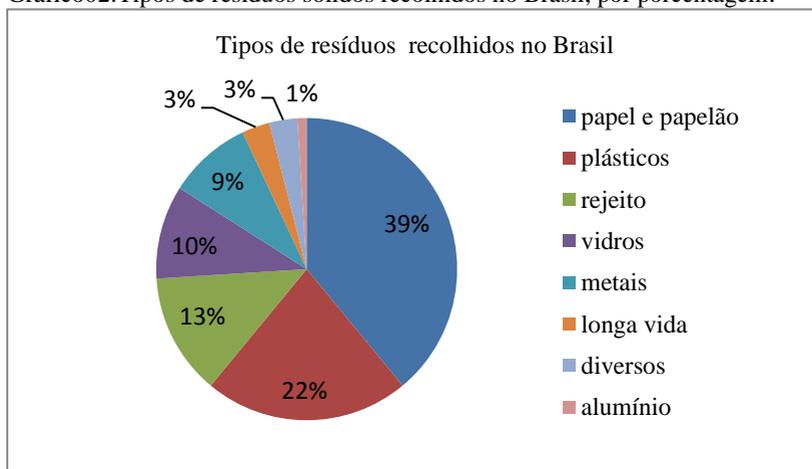


Fonte: adaptada de CEMPRE (2008).

Embora o número de municípios seja, ainda, relativamente pequeno, são os maiores que adotam esta prática. “O sistema utilizado na coleta seletiva no Brasil é basicamente o mesmo em todas as cidades. Notadamente algumas cidades são expoentes no cenário nacional.”(KUHNNEN, 1995, p. 34).

Os municípios maiores (que geralmente têm melhor coleta de lixo) representam aproximadamente quatorze por cento da população. Em números absolutos, 405 dos municípios, têm a coleta seletiva. Do lixo recolhido, treze por cento é rejeito e o restante pode ser ainda reciclado ou reaproveitado, conforme mostra o gráfico 02, a seguir:

Gráfico02:Tipos de resíduos sólidos recolhidos no Brasil, por porcentagem.



Fonte: adaptada de CEMPRE (2008).

Em virtude da problemática do lixo estar cada dia mais relevante para a sociedade, em 2010 foi decretada a nova Política Nacional de Resíduos Sólidos que pretende implementar algumas mudanças em relação a este tema.

A promessa da nova Política Nacional de Resíduos Sólidos, entre outras, é colocar catador em debate e lhe conceder mais direitos. Com o Programa Pró-catador (Decreto número 7.405 de 2010), o trabalho deste deverá ser reconhecido. Instituiu-se com o Programa o Comitê para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis e também o Comitê Interministerial da Inclusão Social de Catadores de Lixo.

O lixo, no conceito usual, é todo material inútil, descartado por ser considerado nocivo. Mas há vários tipos de lixo. Há o lixo doméstico que é o produzido pelas residências e compõe-se de restos de comidas (lixo orgânico) e embalagens. O lixo comercial que é das empresas, e constitui-se principalmente de material reciclável como papel, papelão, plásticos e embalagens. O lixo industrial é o resto do material não utilizado na produção. O entulho é um tipo de lixo mais utilizado na construção civil e demolições ou reformas, e consistem em móveis antigos, madeiras e tijolos. O lixo hospitalar é todo o resíduo resultante de procedimentos cirúrgicos, testes de laboratórios médicos etc. O lixo público é o urbano, recolhido pelos garis. Já o lixo agrícola inclui

fertilizantes e pesticidas, e pode ser tóxico. O lixo mais tóxico é o nuclear e também o mais perigoso em caso de acidentes.

A Lei nº 12.305 de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), em seu artigo terceiro define resíduos sólidos como

Todo aquele material, substância, objeto ou bem descartado resultante de atividades humanas em sociedade, a cuja destinação final se procede, se propõe proceder ou se está obrigado a proceder, nos estados sólido ou semissólido, bem como gases contidos em recipientes e líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou em corpos d'água, ou exijam para isso soluções técnica ou economicamente inviáveis em face da melhor tecnologia disponível (BRASIL, 2010, s/p).

De acordo com o dicionário Michaelis (*online*) de língua portuguesa o termo “lixo” significa

1 Aquilo que se varre para tornar limpa uma casa, rua, jardim etc. 2 Varredura. 3 Restos de cozinha e refugos de toda espécie, como latas vazias e embalagens de mantimentos, que ocorrem em uma casa. 4 Imundície, sujidade. 5 Escória, ralé. 6 Inform Interferência de canais adjacentes. 7 Inform Conjunto de dados ou informações desatualizadas ou erradas, e que não são mais necessárias. L. hospitalar: lixo formado por materiais usados em hospitais, como seringas descartáveis, ampolas de remédio vazias e outros objetos. (MICHAELIS, 2013, s/p).

O mesmo dicionário de língua portuguesa classifica o termo “resíduo” como:

adj (latresidui) Que resta; restante, remanescente. *sm* 1 Aquilo que resta, que subsiste de coisa desaparecida. 2 *Quím* Radical. 3 Parte insolúvel depois da filtração. 4 Cinzas após ignição. 5 Substância que resta depois de uma operação química ou de uma destilação; resto, sobra. 6 O que se acha no fundo. 7 Fezes, borra, lia, sedimento. 8 *Sociol* Elemento cultural que sobreviveu a mudanças com as quais está em contradição. *R. halogênico, Quím*: o que se obtém privando os ácidos oxigenados do seu hidrogênio básico. (MICHAELIS, 2013, s/p).

Apesar do termo “lixo” ser popularmente conhecido como algo sem utilidade, sabe-se que muito do que se considera lixo pode ser reutilizado ou reciclado. O resíduo orgânico (nessa categoria se inclui os restos de comida e varrição dos resíduos das residências, estabelecimentos comerciais e refeitórios) pode ser reutilizado para adubo, por exemplo, ou para gerar energia com a compostagem.

O lixo é o resíduo, o que não foi utilizado, porém percebe-se que ele pode ainda ter algum uso ou pode ser reciclado. Há também o rejeito, que é quando não se tem mais nenhum uso possível para o resíduo sólido, é o caso do resíduo hospitalar e também do nuclear.

Outro destino que pode ser dado a certos resíduos é a reciclagem. Esta, além de proporcionar uma redução da demanda de matérias-primas e energia para a fabricação de novos produtos, contribuindo também para o aumento da vida útil dos aterros sanitários.

Os aterros sanitários são uma solução rápida, porém não há reutilização ou reciclagem do material, fazendo com que haja mais desperdício de matéria-prima no mundo. Os aterros exigem, além de uma grande quantidade de terra, muitos cuidados com o solo para não haver contaminação devido ao chorume é gerado. A construção do aterro sanitário requer a instalação prévia de mantas impermeabilizantes, que impedem a infiltração do chorume no solo e no lençol freático.

Mais impactantes que os Aterros são os popularmente conhecidos como “lixões” que são depósitos a céu aberto, sem medidas de proteção ao meio ambiente ou à saúde pública. Há também a incineração, método que reduz o resíduo a cinzas (muito utilizado para a destruição de lixo hospitalar, que pode conter agentes causadores de doenças potencialmente fatais). No século passado até meados dos anos cinquenta era prática comum, o resíduo industrial e até a matéria orgânica serem eliminados com uso de grandes fornos por dissipação atmosférica das chaminés.

O consumismo é a mola propulsora da enorme geração de lixo, e a melhor solução deste problema é a diminuição do consumo. Apenas em segundo lugar aparece como solução a reutilização do produto, e só em última opção deve ser considerada a reciclagem. Porém, “embalada pela mídia, a reciclagem assoma como expressão do politicamente correto por engajar-se nos esforços de redução de resíduos e apresentar uma viabilidade ao desenvolvimento econômico sustentável” (MAGERA, 2005, p.17) gerando muitas embalagens recicláveis, que na verdade geram mais resíduos.

Assim, o setor industrial é apontado como um dos grandes vilões da poluição, de forma que as empresas passaram a ser cobradas

tanto dos Estados – Governo - como da população por medidas de segurança:

O setor industrial é um dos que mais provoca danos ao meio ambiente, seja por seus processos produtivos ou pela fabricação de produtos poluentes e/ou que tenham problemas de disposição final após sua utilização. Se, por um lado, as tecnologias adotadas levaram à degradação ambiental, elas também possibilitaram maior eficiência no uso dos recursos naturais e a substituição de insumos no processo produtivo – um exemplo marcante foi o melhor aproveitamento energético dos derivados de petróleo e a sua substituição parcial por outras fontes energéticas após o primeiro choque do petróleo em 1973, portanto, o desenvolvimento tecnológico na direção de um padrão de produção menos agressivo ao meio ambiente é visto como uma solução parcial do problema (LUSTOSA, 2003, p. 157-158).

Os materiais descartáveis são apontados como geradores de uma grande quantidade de lixo e poluição. Tendo como exemplo o copo descartável de café, este é feito de plástico (derivado de petróleo, que é uma fonte não renovável) que mesmo se for reciclado não será totalmente reaproveitado. Se fosse utilizado copo de vidro no local dos recicláveis estaria se usando a água (que é um recurso renovável, podendo inclusive ser lavado utilizando a captação da chuva) para limpeza e reutilizando-o, estendendo a vida útil por décadas. Porém, sem um consumo consciente, usa-se o mais cômodo e mesmo quando se usa o copo de vidro, há quem jogue o copo antigo fora para ter um mais moderno.

Desta forma, a ideologia consumista começa a sofrer críticas e surge um novo tipo de consumo: o consumo consciente. “Que susto o consumidor verde provocou nas companhias no final dos anos 80! Varejistas e fabricantes foram repelidos pela mais espantosa mudança que já haviam experimentado na preferência dos consumidores” (CAIRNCROSS, 1992, p 161). Nesta onda surgiu também o conceito (criado por Mathis Wackernagel e William Rees) de “pegada ecológica”, que significa o quanto de recursos naturais cada pessoa precisa para se manter. A pegada ecológica pode ser maior ou menor conforme o estilo de vida, quantidade e tipos de produtos e serviços que o indivíduo utiliza.

Em virtude da conscientização geral da população, há também uma diversidade de leis de proteção ao meio ambiente, o que indica que a conscientização de preservação ou manutenção do meio ambiente não é apenas um conceito utópico e abstrato da mente de alguns chamados naturalistas. Visto que o conceito de ecologia torna-se prática diária e mais comum:

A humanidade herdou um acúmulo de 3,8 bilhões de anos de capital natural. Em se mantendo os padrões atuais de uso e degradação, muito pouco há de restar no final do próximo século. Não é apenas questão de estética e moralidade, trata-se do mais elevado interesse prático da sociedade e de todas as pessoas. Malgrado as copiosas denúncias da imprensa quanto ao estado do meio ambiente e a profusão de leis que buscam impedir novas perdas, o estoque de capital natural vem diminuindo e os serviços fundamentais de geração de vida que dele fluem estão tornando-se críticos no que diz respeito à nossa prosperidade. (HAWKEN; LOVINS; LOVINS, 2008, p.03).

Uma grande mudança veio com a nova Política Nacional de Resíduos Sólidos em 2010 (Lei 12.305), que objetiva, entre outros, a gestão integrada de resíduos. A lei também prioriza, nas aquisições e contratações governamentais, a integração dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis nas ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos. No mesmo ano (2010) foi decretado ainda o Programa Pró-Catador.

2.3.2 Políticas Públicas em Benefício dos Catadores

O Governo estabeleceu nos últimos dez anos diversas políticas públicas que tiveram influências na questão dos materiais recicláveis e dos catadores, a última grande mudança foi o Programa Pró-Catador.

Foram sancionadas várias leis anteriores até se estabelecer o Programa. Primeiramente, em 2002, no Código Brasileiro de Ocupações ocorreu o reconhecimento do catador à categoria profissional de Catador de Material Reciclável.

Já no Decreto nº 5.940 de 2006 houve a instituição da coleta seletiva solidária, com destinação dos materiais recicláveis para os catadores de resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta.

E em 2007 com a Lei nº 11.445, institui-se a permissão da contratação de cooperativas de catadores pelo poder público municipal com dispensa de licitação para coleta de resíduos sólidos nos municípios.

Ainda em relação aos materiais recicláveis, em 2009, com o Plano Nacional de Mudanças Climáticas, foram estabelecidas metas voluntárias de aumento da reciclagem para vinte por cento do total de resíduos sólidos produzidos até 2015.

O Programa Pró-Catador foi instituído pelo decreto número 7.405 em dezembro de 2010, mesmo decreto que instituiu o Programa, ainda cria o Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis substituindo o antigo Comitê Interministerial da Inclusão Social de Catadores de Lixo criado pelo decreto de 11 de setembro de 2003.

No seu artigo primeiro o decreto 7.405 versa sobre o que pretende tratar:

Fica instituído o Programa Pró-Catador, com a finalidade de integrar e articular as ações do Governo Federal voltadas ao apoio e ao fomento à organização produtiva dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, à melhoria das condições de trabalho, à ampliação das oportunidades de inclusão social e econômica e à expansão da coleta seletiva de resíduos sólidos, da reutilização e da reciclagem por meio da atuação desse segmento. (BRASIL, 2010, s/p).

A definição do catador que será abrangido pelo Programa Pró-Catador fica definida no parágrafo único do mesmo artigo primeiro:

Parágrafo único. Para os fins deste Decreto, consideram-se catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis as pessoas físicas de baixa renda que se dedicam às atividades de coleta, triagem, beneficiamento, processamento, transformação e comercialização de materiais reutilizáveis e recicláveis. (BRASIL, 2010, s/p).

Dentre os vários objetivos do PPC, destacam-se:

Capacitação, formação e assessoria técnica; pesquisas e estudos para subsidiar ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos; implantação e adaptação de infraestrutura física de cooperativas e associações de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis; organização e apoio a

redes de comercialização e cadeias produtivas integradas por cooperativas e associações de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis; fortalecimento da participação do catador de materiais reutilizáveis e recicláveis nas cadeias de reciclagem. (BRASIL, 2010, s/p).

O desafio do Programa é, portanto, transformar os catadores informais em profissionais, através de capacitação e organização em torno de cooperativas e associações. Muitas ações, pesquisas e estudos podem receber o apoio das Universidades e ONGs para a sua melhor implantação. Versa no artigo quarto do decreto que:

Art. 4o Para fins de execução das ações do Programa Pró-Catador, os órgãos do Governo Federal envolvidos poderão, observada a legislação vigente, firmar convênios, contratos de repasse, acordos de cooperação, termos de parceria, ajustes ou outros instrumentos de colaboração, com:

I - órgãos ou entidades da administração pública federal, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

II - consórcios públicos constituídos nos termos da Lei no 11.107, de 6 de abril de 2005;

III - cooperativas e associações de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis; e

IV - entidades sem fins lucrativos que atuem na incubação, capacitação, assistência técnica e no desenvolvimento de redes de comercialização, de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, ou na sua inclusão social e econômica. (BRASIL, 2010, s/p).

A partir dessas novas diretrizes nacionais a respeito dos resíduos e do catador, novas medidas devem ser tomadas tanto no âmbito nacional quanto local, e este trabalho visou investigar estes novos rumos.

O governo lançou em 2013 editais para a liberação de mais de R\$ 200 milhões para capacitar cooperativas e associações de catadores de resíduos sólidos em todo o Brasil, conforme comunicado da Agência Nacional:

Em cerimônia realizada nesta quarta-feira, 31, no Palácio do Planalto, o governo anunciou R\$ 200 milhões em créditos para empreendimentos de catadores de materiais recicláveis. O crédito é

para ações que permitam a inserção de cooperativas no mercado da reciclagem e a agregação de valor na cadeia de resíduos sólidos. A iniciativa faz parte da terceira fase do Programa Cataforte e tem ênfase em negócios sustentáveis em redes solidárias. (BRASIL, 2013, s/p).

Os recursos são destinados à terceira etapa do programa Cataforte Negócios Sustentáveis em Redes Solidárias e servirão para ações que permitam a inserção de cooperativas no mercado da reciclagem. A verba concedida poderá ser usada para compra de máquinas, caminhões e equipamentos, bem como capacitar os catadores para gestão das cooperativas e associações. Segundo Bem, Giacomini e Schutz

A nova lei apresenta duas abordagens que se complementam: uma quantitativa e a outra qualitativa. Sob a ótica quantitativa, o objetivo é a redução da geração de resíduos sólidos. Qualitativamente o objetivo geral é incentivar a reciclagem do lixo e o correto manejo dos produtos utilizados com potencial de contaminação no meio ambiente. (BEM; GICOMINI; SCHUTZ; 2012 p. 154).

Em relação aos catadores, Juncá, Gonçalves e Azevedo apresentam que na sua pesquisa (sobre catadores que trabalham em “lixões” abertos) perceberam:

[...]três dimensões: no lixo tem sempre trabalho e se pode obter algum dinheiro todo dia, o trabalho é “autônomo”, o que assegura a liberdade de ir e vir e , por último, mas não menos importante, possibilita contato direto com um mundo d consumo e desperdício que eles, de outra forma, não conseguiriam alcançar. Catar o que os outros jogaram fora acaba por se tornar a única via de acesso a “coisas de valor”, tais como: relógios, rádios, joias, roupas, ou mesmo alimentos, como carnes e linguiças, por vezes ainda congelados e em embalagens não violadas, estando em sua avaliação, adequadas para o consumo. (JUNCÁ, GONÇALVES; AZEVEDO, 2000, p. 61).

A questão da reciclagem do lixo envolve a conexão dos interesses das empresas com o interesse de sobrevivência dos catadores e resulta num bem comum a todos: a preservação ambiental. Assim, há diversos movimentos ecológicos ao redor do mundo com diferentes

focos e diferentes resoluções. Dentre estes vários movimentos ecológicos, o movimento dos coletores de resíduos sólidos (ou catadores de lixo) é um exemplo que atua no campo deste estudo. Apesar de resolver em parte o problema do lixo e em parte também a questão da sobrevivência dos moradores de rua as cooperativas não incluem socialmente os catadores, que continuam à margem da sociedade, numa vida de trabalhos degradantes.

Contrariando a ótica predominante na sociedade, que atribui tantos rótulos à população tida como carente, a fala de alguns catadores apontava para a existência de um mundo marcado por tensões ainda pouco reveladas. Neste mundo um dos aspectos de destaque parecia ser a auto identificação enquanto trabalhador, salientando o gabarito da atividade com o lixo, em contraposição às representações socialmente construídas, que colocam em destaque a figura de um processo de desqualificação, pois quem trabalha com o refugio urbano, com o resto, com ele acaba por se confundir (JUNCÁ, GONÇALVES; AZEVEDO, 2000, p. 22).

As cooperativas e associações, historicamente, são uma forma alternativa de economia frente à exploração capitalista, como uma “luta direta dos movimentos sociais pela geração de trabalho e renda, contra a pobreza e a exclusão social” (SINGER, 1998, p. 05 apud RIBEIRO, 2002, p. 20)

A economia solidária foi inventada por operários, nos primórdios do capitalismo industrial, como resposta à pobreza e ao desemprego resultantes da difusão “desregulamentada” das máquinas, ferramentas e do motor a vapor no início do século XIX. As cooperativas eram tentativas por parte de trabalhadores, de recuperar trabalho e autonomia econômica, aproveitando as novas forças produtivas. Sua estruturação obedecia aos valores básicos do movimento operário de igualdade e democracia, sintetizados na ideologia do socialismo. (SINGER, 2002, p. 83).

Desta forma, associativismo e cooperativismo surgem como modelos de unidade produtiva que tentam superar os obstáculos impetrados pelo capitalismo, como o desemprego e a precarização do trabalho, dos valores e da vida social.

Se observarmos a realidade que estamos vivenciando, podemos detectar que, ao lado de um intenso processo de precarização social, surge um conjunto de formas de organização da produção e do exercício do trabalho que se diferenciam da tradicional forma capitalista (RIBEIRO, 2002, p. 19)

Em resposta a estas inquietações apareceram formas alternativa de trabalho, como as cooperativas e ONG. “como explicamos em parágrafos anteriores, as condições econômicas, políticas e sociais contemporâneas são próprias ao ressurgimento do pensamento associativo e das práticas cooperativas” (SANTOS; RODRÍGUEZ, 2002, p.41).

A organização coletiva do trabalho nasce da reflexão sobre essa perversa questão social que se configurava. Pensadores começaram a indagar sobre o funcionamento estrutural do capitalismo e de seus impactos no contexto social (exclusão), o que, aos poucos, acabou por formar correntes de pensamento que buscavam refletir e prescrever saídas para essa situação legada aos trabalhadores, tida como insustentável. (COELHO; GODOY, 2010, p. 726).

Então, mesmo os pensamentos de conservação ambiental estão intimamente ligados ao pensamento econômico. Isto pode ser visto através de muitas cooperativas de catadores de lixo, pois o principal foco destas é na inclusão econômica dos catadores na sociedade. As cooperativas, como forma de economia alternativa, são uma opção que:

Depende em boa medida da sua capacidade de sobreviver no contexto do domínio do capitalismo. O que se pretende, então, é centrar a atenção simultaneamente na viabilidade e no potencial emancipatório das múltiplas alternativas que têm sido formuladas e praticadas um pouco por todo o mundo e que representam formas de organização econômica baseadas na igualdade, na solidariedade e na proteção do meio ambiente (SOUZA SANTOS; RODRÍGUEZ, 2002, p.25).

Assim, muitas vezes as cooperativas servem apenas como um modo de sobrevivência e não tiram realmente os cooperados da situação de extrema pobreza. Além disso, muitos dos catadores são crianças, o que torna ainda mais grave a questão da precarização do trabalho, remetendo a épocas já ultrapassadas pela legislação atual. “Algumas

estimativas projetam que o número de trabalhadores nesse segmento chega perto de um milhão (estimativa aproximada, visto a informalidade do setor)” (MAGERA, 2005, p.18)

Mesmo as ONGs, as cooperativas e outras formas apresentadas como soluções ao capitalismo, também estão sujeitas a perversidade humana e à corrupção, pois “tais cooperativas são formadas sob o manto da legalidade, mas escondem no seu bojo princípios predatórios de exploração capitalista, que muito lembram relações de trabalho servis do assado não muito distante no Brasil” (MAGERA, 2005, p.17).

Ainda que as cooperativas estejam baseadas em valores e princípios não capitalistas – isto é, contrários à separação entre capital e trabalho e à subordinação deste àquele -, sempre foram concebidas, e operam, como unidades produtivas capazes de competir no mercado. (SANTOS; RODRÍGUEZ, 2002, p.36).

As cooperativas acabam não sendo uma solução por completo, muitas vezes por falta de uma melhor gestão e conhecimento. Segundo Magera (2005) nelas, geralmente, ocorre apenas a separação do lixo e a venda do material separada para sucateiros que, então, juntam uma grande quantidade para revendê-los às indústrias. E as indústrias reutilizam este material transformando-os em outra mercadoria.

Assim, o trabalho desumano dos catadores se transforma em lucro para as empresas que já recebem o material separado e em grande quantidade, enquanto os catadores ganham migalhas. Este sistema injusto, o autor nomeia de *eco capitalismo*. Ocorre também que:

Há, entre as nações do mundo, um *consensus omnium* de que o lixo é, sem dúvida, um dos grandes problemas atual e futuro da humanidade. Nunca, em nenhuma época da história, o homem foi estimulado a consumir tanto e, cada vez mais e seus desejos postos a prova por meio da mídia universalizada, como é agora. (MAGERA, 2005, p.13. itálico do original).

Os catadores, mesmo os que tenham consciência ambiental, dificilmente têm como principal foco do seu trabalho a preocupação com a questão ambiental.

A maioria deles está na função por falta de outra opção de sobrevivência. “Hoje em dia a coleta do lixo para separação dos materiais que têm mercado para reciclagem é a atividade da população de rua, predominantemente” (SINGER, 2005, p. 10).

A reciclagem está sendo feita por cooperativas formadas, em sua maior parte, por desempregados e pessoas sem formação educacional hoje fora do mercado de trabalho, sem opção de um emprego melhor, cuja remuneração, com certeza ultrapassaria o que recebem nas cooperativas de reciclagem de lixo. (MAGERA, 2005, p.14).

Muitas vezes as cooperativas e associações servem apenas como forma de sobrevivência e não tiram realmente os cooperados da situação de extrema pobreza, pois “os cooperativados encontram-se em um ambiente de precariedade das relações de trabalho, explorados pela própria cooperativa, que os coloca a serviço de outrem” (MAGERA, 2005, p.14).

Apesar de terem um discurso socioambiental as cooperativas, na prática, são uma forma dos moradores de rua sobreviverem.

Quanto à consciência sobre a relevância ambiental do processo de reciclagem, na AREsp, esse aspecto é mais destacado, embora em nenhuma das organizações tal consciência esteja muito desenvolvida. Predomina a valorização da sobrevivência, da sustentabilidade financeira de curto prazo. (BOEIRA; CAMPOS; FERREIRA, 2007, p.49).

E devido a esta fraqueza dos catadores, algumas cooperativas acabam aproveitando a extrema pobreza do cooperado a seu favor. “Tais cooperativas são formadas sob o manto da legalidade, mas escondem no seu bojo princípios predatórios de exploração capitalista, que muito lembram relações de trabalho servis, do passado não muito distante no Brasil” (MAGERA, 2005, p.17).

As cooperativas acabam não sendo solução por completo, muitas vezes por falta de melhor gestão e conhecimento.

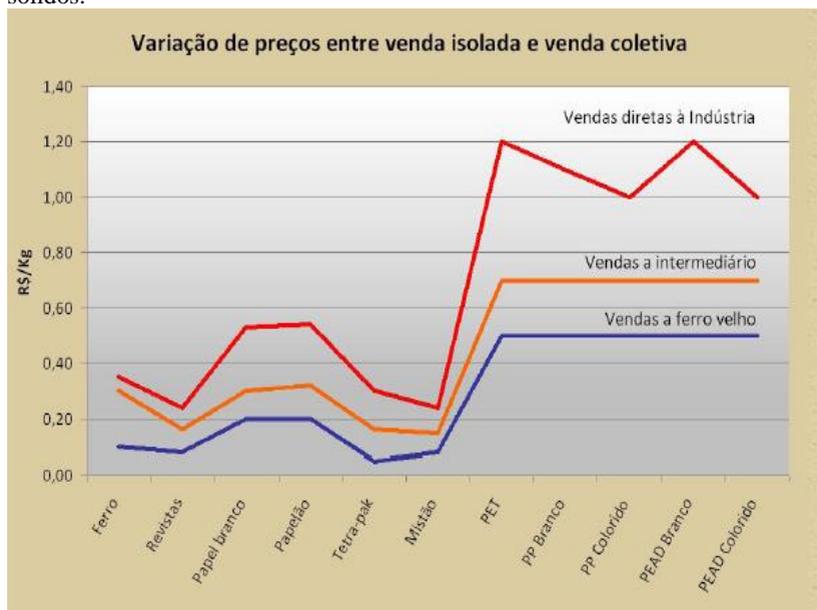
Assim, o trabalho desumano dos catadores se transforma em lucro para as empresas que já recebem o material separado e em grande quantidade, enquanto os catadores conseguem uma renda muito menor: “A cada duas toneladas de lixo reciclado, cria-se um emprego com renda mensal em torno de R\$ 350,00. Acredita-se que, somente no Estado de São Paulo, trabalhem mais de 200 mil pessoas ligadas à reciclagem do lixo.[...]” (MAGERA, 2005, p. 29).

O que se percebe é que o número de coletores de resíduos, bem como o aumento das cooperativas e a quantidade de toneladas que se recicla no Brasil, decorre da pobreza e não da consciência ambiental.

O catador é “[...] este ator que, sem espírito ambientalista algum, na verdade, está apenas lutando por sua própria sobrevivência nessa floresta urbana, [...]” (MAGERA, 2005, p. 33). O lixo no Brasil é muito visto em terrenos baldios, em lixões e até mesmo jogado nas ruas ou nos rios próximos às populações carentes.

Enquanto o setor industrial se beneficia do material separado pelas cooperativas, a sociedade civil sente que faz o papel de alimentar moradores de rua em prol de material reciclado, e os catadores muitas vezes não pensam que estão sendo mais uma vez explorados. “Por último, as cooperativas de trabalhadores geram benefícios não econômicos para seus membros e para a comunidade em geral, que são fundamentais para contrariar os efeitos desiguais da economia capitalista”(SANTOS; RODRÍGUEZ, 2002, p.37). A Figura 02 mostra as vantagens da venda em quantidade:

Figura 02: Variação de preços entre venda isolada e venda coletiva de resíduos sólidos.



Fonte: COMCAP, 2008, p. 29.

Percebe-se que apesar de beneficiar o meio ambiente, e (de certa forma) os coletores, estes não se inserem por completo na

sociedade e ainda continuam com o estigma de explorados. Segundo Touraine:

Para que se forme esta consciência do sujeito é preciso que apareçam e se combinem três componentes. Primeiramente, uma relação a si mesmo, ser individual, como portador de direitos fundamentais, o que marca uma ruptura em relação à referência a princípios universalistas, ou mesmo a uma lei divina. O sujeito é seu próprio fim. Em segundo lugar, tanto hoje como ontem, o sujeito não se forma a não ser entrando conscientemente em conflito com as forças dominantes que lhe negam o direito e a possibilidade de agir como sujeito. E por fim, cada um, enquanto sujeito, propõe uma certa concepção geral do indivíduo. (TOURAINÉ, 2007, p. 130).

Uma das soluções que se apresenta é que o sujeito coletor de lixo tome consciência de sua exploração e entre em conflito com o que ainda o domina apesar de lhe dar um relativo abrigo. Porém sabe-se que as estratégias de dominação dos trabalhadores e da população geral, tanto estratégias objetivas quanto subjetivas, são muito fortes.

Desta forma o coletor de lixo, inserido na ideologia da razão dominante indolente e etnocentrista, imagina estar sendo útil à sociedade e desempenhando um papel importante na proteção do ecossistema. E de fato está sendo útil, à sociedade e à proteção do ecossistema, mas de forma contraditória, já que sua atividade – especialmente quando despolitizada – em grande medida é utilizada como parte do sistema reprodutor das desigualdades e dos impactos sobre o meio ambiente. Enquanto, na verdade este catador se transformou em mais uma peça do tabuleiro, através de seu trabalho participa de um *eco capitalismo*, onde ganha menos que um salário mínimo para passar o mês, mas ainda se sente mais feliz que antes.

Outra situação que por vezes ocorre com os catadores em relação a outros grupos sociais é o clientelismo (tradicionalmente ao patrimonialismo e ao coronelismo) Situação caracterizada por uma desigualdade entre as partes de um acordo em que predomina a dependência da parte mais fraca em função do seu patrão ou coronel. De acordo com Nunes:

A noção de clientelismo foi originalmente associada aos estudos de sociedades rurais. Neste contexto, o clientelismo significa um tipo de

relação social marcada por contato pessoal entre *patrons* e camponeses. Os camponeses, isto é, os clientes, encontram-se em posição de subordinação, dado que não possuem a terra (NUNES, 1999, p. 27. *Itálico do original*).

O clientelismo, então, é marcado por uma subordinação de um lado (o cliente) em função do outro lado do contrato (o patrão). Relações assim são encontradas entre muitos catadores (ou associações de catadores) e prefeituras ou empresários, visto que os catadores em sua maioria são a parte mais fraca, com menos condições, menos estudos e menos recurso, portanto acabam cedendo a qualquer tipo de acordo. “A desigualdade desempenha um papel-chave na sobrevivência tanto de *patrons* quanto de clientes [...]” (NUNES, 1999, p.27, *itálico do original*).

Ocorre que, para o cliente, a visão do acordo é de uma aparente solidariedade por parte do *patron*. Este por sua vez promete trocas, favores ou proteção, a fim de manter a fidelidade do cliente.

O clientelismo é um sistema de controle de fluxo de recursos materiais e de intermediação de interesses, no qual não há número fixo ou organizado de unidades constitutivas. As unidades constitutivas do clientelismo são agrupamentos, pirâmides ou redes baseados em relações pessoais que repousam em troca generalizada. As unidades clientelistas disputam frequentemente o controle do fluxo de recursos dentro de um determinado território. (NUNES, 1999, p. 40 original).

É uma troca, porém uma troca desigual, visto que uma parte depende muito mais do acordo que a outra, por não ter outra opção. Não deixa de ser um acordo, em certa medida, conveniente para ambas as partes. Porém o fato de uma ser subordinada a outra gera uma tensão, uma obrigação em concordar com os termos do acordo, o que pode ser entendido como uma coerção disfarçada do *patron* em relação ao cliente. Nunes também explica (1999, p. 29) que um *patron* pode ter muitos clientes ligados a ele. Por ser a parte mais forte, o *patron* tem maior poder de troca e consegue estabelecer diversos vínculos com vários clientes. Um cliente tem apenas um *patron* (relação de dependência ou subordinação do cliente) enquanto um *patron* pode ter diversos clientes.

Assim, a exploração dos catadores continua como o modo utilitarista e produtivista continuam. Tão utilitarista é este modelo que o próprio ser humano que não tiver utilidade é descartado, então só

moradores de rua, excluídos, percebem nas cooperativas de lixo uma forma de se tornarem úteis. Porém se tornam mais úteis para a manutenção de sua própria situação através da manutenção do pensamento dominante, do que são úteis em defender suas causas ou interesses e mudar o modelo atual.

3 METODOLOGIA

Os dados foram tratados utilizando-se da metodologia reflexiva, baseando-se na interpretação da pesquisadora, na autocrítica e no processo indutivo. O método reflexivo leva à interpretação. Faria explica que “para a hermenêutica, nós estamos presos ao mundo e o interpretamos constantemente” (FARIA, 2009, p.110). Desta forma, o método de interpretação:

Caracteriza-se basicamente, pela interpretação cuidadosa e pela reflexão. A primeira significa que todas as referências para dados empíricos, sejam eles triviais ou não, são resultados de interpretação. Reflexão, por seu turno, atribui importância à pessoa do pesquisador, à comunidade de pesquisa, à sociedade como um todo com suas tradições intelectuais e culturais, bem como à natureza problemática de linguagem e da narrativa no contexto da pesquisa. (VERGARA, 2010, p. 173).

A metodologia reflexiva reconhece a subjetividade do processo de pesquisa, pois há “menos concentração na coleta e no processamento dos dados e mais na interpretação e reflexão em relação não somente ao objeto de estudo, como também ao próprio pesquisador e seu contexto político, ideológico, meta-teórico e linguístico.” (VERGARA, 2010, p. 174)

Reconhece-se a mediação do pesquisador ao conhecer a realidade pesquisada. O pesquisador se limita a interpretar, pois não considera possível o acesso direto à realidade e reconhece a subjetividade envolvida no processo de pesquisa. Reflexão pode ser entendida, no contexto da pesquisa empírica, como interpretação da interpretação. Existem níveis de reflexão. (VERGARA, 2010, p. 173).

A interpretação é o olhar do pesquisador, enquanto as técnicas mais tradicionais e positivistas de pesquisa focam na precisão da coleta de dados, a metodologia reflexiva foca na interpretação, na profundidade da interpretação destes dados coletados.

A interpretação acontece ao longo da pesquisa, na leitura de cada etapa (observação, entrevistas, tabelas, etc.) e do conjunto dos resultados obtidos, à qual se misturam elementos colaterais que

contribuem para explicar o significado do que foi encontrado (ARRUDA, 2001, p. 230).

A metodologia reflexiva é o diagnóstico, o que vai desvendar a questão. Assim, a interpretação:

Apesar de pouco trabalhada didaticamente, ela é um nervo da pesquisa; ela conecta os dados entre si com o problema pesquisado e dá a eles um desenho integrado, mostrando como circula entre todos os achados a corrente da lógica que os anima, a sua relação e também a sua relação com o mundo. (ARRUDA, 2001, p. 230).

Foi utilizado o método reflexivo com níveis de interpretação, segundo Alvesson e Sköldbberg (2001). Segundo estes autores, a reflexão tem relação com estabelecer um olhar crítico sob o objeto de pesquisa e sobre si mesmo, como pesquisador.

Reflexão é acima de tudo uma questão de reconhecer completamente a ambivalente relação do texto do pesquisador com a realidade investigada. Reflexão significa interpretar nossas próprias interpretações, atentando para nossas perspectivas a partir de outras perspectivas e voltando um olhar autocrítico sobre nossa própria autoridade como intérpretes e autores. (ALVESSON; SKÖLDBERG, 2001: vi).

Desta forma, uma pesquisa não é apenas uma leitura da realidade, é também uma interpretação da mesma e uma interação com ela:

O processo de pesquisa constitui a (re) construção da realidade social onde os pesquisadores interagem com os agentes estudados, e criam imagens, para si mesmos e para os outros, no ato de interpretação ativa: essas imagens seletivamente ressaltam reivindicações sobre como as condições e processos – experiências, situações, relações, podem ser entendidos, suprimindo assim interpretações alternativas. (ALVESSON; SKÖLDBERG, 2001, p. 6).

Nesta pesquisa foram utilizados os níveis de interpretação segundo a metodologia proposta por Alvesson e Sköldbberg (2001, p.144), partindo do primeiro nível: da interpretação na geração dos dados empíricos. Em seguida, o segundo nível é o da interpretação teórica da interpretação empírica do primeiro nível. Já no terceiro nível de interpretação é onde ocorre a interpretação crítica dos pressupostos

das teorias usadas no nível dois. Nesse nível orienta-se a atenção para a dimensão política na pesquisa. Procura-se perceber a forma como as instituições dominantes e as ideologias subjacentes às teorias utilizadas no nível dois não foram questionadas, e talvez consideradas, acriticamente, como sendo corretas. Daí que o processo de pesquisa neste nível deva considerar também a auto-reflexão do pesquisador. A análise crítica opõe-se às noções ingênuas sobre a natureza neutra da pesquisa. Enfim, num quarto nível o pesquisador interpreta a interpretação crítica e reflete sobre todos os níveis verticalmente.

Para tanto o pesquisador deve (na medida do possível) evitar a adoção de um ponto de vista definitivo no segundo e no terceiro níveis. Além disso, o pesquisador deve manter-se alerta para as ambiguidades, diferenças e divergências, e reconhecer o problema de autoridade segundo o qual em toda pesquisa o pesquisador atribui um significado determinado e, assim, legitimado, a um fenômeno particular que por sua vez sustenta a autoridade do pesquisador em relação a outras vozes.

Desta forma, cada nível de interpretação tem uma dose de autoanálise do nível anterior até chegar ao nível quatro, onde além da reflexão há também uma análise vertical sobre os níveis anteriores, como pode ser percebido através da tabela a seguir:

Quadro 03: Níveis de interpretação

NÍVEL	TIPO DE INTERPRETAÇÃO	O QUE SE INTERPRETA
Nível 1	Interpretação empírica	dos dados
Nível 2	Interpretação teórica	da interpretação empírica
Nível 3	interpretação crítica	dos pressupostos das teorias utilizadas
Nível 4	Reflexão sobre	a interpretação crítica

Fonte: Elaborado pela pesquisadora com base em Alvesson e Sköldbberg (2001, p. 144).

E, assim, caracterizam a pesquisa reflexiva como aquela que envolve reflexão em vários níveis.

A reflexão deve ser entendida como as próprias interpretações do pesquisador, a capacidade de autocrítica acerca de sua autoridade como intérprete e como autor. Estas interpretações são obtidas pelos processos constantes de indução,

dedução e abdução desenvolvidos ao longo do processo de pesquisa (VERGARA, 2010, p. 172).

Segundo Alvesson e Sköldeberg, cabe ao pesquisador:

Operar, pelo menos, em dois níveis e prestar muita atenção em como o pesquisador pensa sobre seu próprio processo de pensamento, • acessar constantemente a relação entre conhecimento e as formas de fazer conhecimento; prestar atenção à forma como os diferentes tipos de elementos linguísticos, sociais, políticos e teóricos se entrelaçam no processo de desenvolvimento do conhecimento no qual o material empírico é construído, interpretado e escrito. (ALVESSON; SKÖLDBERG, 2001, p. 5).

Os dados foram analisados através de documentos, questionários, entrevistas e história oral temática. O trabalho reflexivo é mais um processo indutivo entre o objeto ou sujeito e o pesquisador.

Por fim, lembremos que a interpretação, ao ser também arte, se abrirá a outros olhares, mostrando os dados sob outra luz. Ela pode ser modificada pelo/a próprio/a autor/a dentro de algum tempo ou num outro contexto. Faz parte do seu caráter dinâmico e semovente, tanto quando do processo de amadurecimento de quem analisa. (ARRUDA, 2001, p. 254).

A pesquisadora utilizou-se dos níveis de interpretação, sendo que em casos se passa de um nível para outro podendo pular um deles ou voltar a um anterior, visto que as interpretações não seguem uma linha lógica e sim complexa. Cada novo dado encontrado pode gerar uma reflexão acerca de uma teoria ou ainda acerca de outro nível de interpretação.

3.1 CARACTERIZAÇÃO E TIPO DE ESTUDO

Conforme cada objetivo específico (segundo seu procedimento de pesquisa correspondente) foi elaborado o quadro a seguir.

Quadro 04: Objetivos do estudo e procedimentos metodológicos

<p>OBJETIVO GERAL: Analisar como têm sido desenvolvidas Políticas Públicas em relação aos que trabalham na triagem do resíduo reciclável em Florianópolis, considerando-se, especialmente, a atuação da ACMR, e,</p>	<p>Níveis de interpretação segundo a metodologia proposta por Alvesson e Sköldeberg (2001, p.144),</p>
--	--

complementarmente, iniciativas de outras organizações que se destacam nesse sentido, como a COMCAP, e o Movimento Nacional dos Catadores.		
<p>OBJETIVO ESPECÍFICO 1: Identificar em que sentido a política governamental federal (novas leis) tem influenciado a atuação da ACMR.</p>	<p>PROCEDIMENTO DE PESQUISA: Análise de questionários, entrevistas, documentação direta e história oral temática e observação.</p>	<p>2 49 questionários; 3 4 entrevistados; 4 Dados do sítio eletrônico do MNCR e COMCAP; 5 História oral com funcionária da COMCAP.</p>
<p>OBJETIVO ESPECÍFICO 2: Analisar a atuação da ACMR no contexto da atuação do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), destacando em que sentido a ACMR adere ou não às reivindicações e propostas do movimento.</p>	<p>PROCEDIMENTO DE PESQUISA: Análise dos questionários entrevistas e documentação direta. Utilizando-se da metodologia reflexiva e transdisciplinaridade e observação.</p>	<p>6 49 questionários; 4 entrevistados. Com foco principal no entrevistado 3 (líder MNCR) e confronto com entrevistas 2 (Presidente ACMR) e 4 (segundo encontro história oral). 7 Dados do sítio eletrônico do MNCR e COMCAP; 8 História oral com funcionária da COMCAP.</p>
<p>OBJETIVO ESPECÍFICO 3: Descrever iniciativas locais (acordos, convênios, parcerias) que envolvem a ACMR no que se refere ao Programa Pró-Catador, considerando-se a efetividade do mesmo segundo a</p>	<p>PROCEDIMENTO DE PESQUISA: Análise de entrevistas e história oral temática e documentação direta. Utilizando-se da metodologia reflexiva e transdisciplinaridade</p>	<p>9 4 entrevistados. 10 Dados do sítio eletrônico do MNCR e COMCAP; 11 História oral com funcionária da COMCAP.</p>

percepção dos catadores.		
--------------------------	--	--

Fonte: elaborada pela mestranda (2013).

Em relação à ordem que foram realizadas as entrevistas, tem-se que:

Quadro 05: Ordem das entrevistas e método correspondente

Pessoas entrevistadas:	Método empregado:
Entrevistada 1	História oral temática (realizada em duas etapas: uma entrevista em 2013 e uma em 2014)
Entrevistado 2	Entrevista simples
Entrevistado 3	Entrevista simples
Entrevistado 4	Entrevista simples

Fonte: elaborada pela mestranda (2013).

Sendo que os entrevistados e suas funções correspondentes são:

Quadro 06: Entrevistados

Entrevistada 1	Funcionária da COMCAP
Entrevistado 2	Presidente da ACMR
Entrevistado 3	Líder do MNCR
Entrevistado 4	Membro da ACMR

Fonte: elaborada pela mestranda (2013).

Em relação às regularidades encontradas nos dados dos questionários, das entrevistas, dos documentos e da entrevista oral temática. Tomando por base a transdisciplinaridade e a interdisciplinaridade⁵ (complexidade), não se pretendeu encontrar apenas regularidades, mas também contradições e ambiguidade nos dados. A pesquisa teve, então, caráter transdisciplinar, buscando respostas nos campos da economia, direito, sociologia e antropologia.

⁵ Há uma ampla discussão ainda sem resolução acerca dos termos transdisciplinaridade e interdisciplinaridade. pois esta última seria apenas possível numa comissão de interdisciplinaridade, ou seja, quando existisse um grupo de pessoas que debatessem entre si acerca do o sujeito ou objeto de estudo. Já a transdisciplinaridade é relativa a apenas um pesquisador que utiliza de várias áreas para entender um objeto ou sujeito em estudo. Como ainda não foi resolvido o debate acerca dos termos, preferiu-se utilizar geralmente o termo transdisciplinaridade, para não haver dúvidas em relação ao que se pretende aqui, visto que a pesquisa foi desenvolvida com apenas uma pesquisadora.

Se algum tempo atrás a Administração se voltava preponderantemente para os estudos quantitativos, a valorização recente dos estudos de cunho qualitativo obrigou os pesquisadores da área a se voltarem para as disciplinas das ciências humanas e sociais, principalmente psicologia, sociologia e antropologia. (SANTOS, ICHIKAWA, 2010, p. 181).

Foi realizada uma pesquisa transdisciplinar bibliográfica.

Revisão bibliográfica ou da literatura: normalmente são estudos de estado da arte, só que mais simples e descritivos, constituindo também um procedimento exploratório bastante utilizado para avaliação da literatura dentro de pesquisas mais amplas. Representa uma modalidade estratégica de abordagem a ser utilizada dentro de seções particulares de pesquisas inspiradas no paradigma da complexidade, principalmente nos tópicos de contextualização, dada a característica de multiperspectivismo necessária no enquadramento de um objeto. (VASCONCELOS, 2002, p.159).

A pesquisa teve caráter predominantemente qualitativo, conforme Minayo:

A pesquisa qualitativa se preocupa com um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização das variáveis. (MINAYO, 2000, p. 21)

Seguindo a classificação de Vergara (1997) quanto aos meios este estudo é bibliográfico e tem caráter participativo. O estudo bibliográfico tem como objetivo embasar ou confrontar a realidade analisada.

Em relação à parte do trabalho em que foi realizado um estudo teórico, o método utilizado foi o indutivo, as análises particulares serviram de exemplo para conclusões amplas. Lembrando que não há método indutivo puro, as duas técnicas (indutiva e dedutiva) se completam. A análise, assim como a interpretação, dos resultados teve natureza qualitativa, fazendo uma observação global do que a investigação indicar. A técnica de pesquisa utilizada foi a de

documentação indireta, através de pesquisa bibliográfica transdisciplinar. E nesta etapa houve interpretação referente ao nível dois de Alvesson e Sköldberg (2001, p.14).

3.1.1 Pesquisa documental

Foi realizada uma pesquisa documental, principalmente no sítio eletrônico do Movimento Nacional de Catadores (MNCR), e no sítio eletrônico da Companhia de Melhoramento da Capital (COMCAP).

Segundo Ludke e André (1986), a análise documental constitui uma técnica importante na pesquisa qualitativa, seja complementando informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema.

Do sítio eletrônico do Movimento foram analisadas as posturas políticas e ideológicas dos líderes e do movimento em geral (para se poder ter material para a o nível 3 de análise). No sítio eletrônico do MNCR também foram retirados alguns dados para a análise do nível 1 de interpretação de Alvesson e Sköldberg (2001), pois foram necessárias algumas informações sobre datas e sobre a história do Movimento em geral.

Já no sítio eletrônico da Companhia de Melhoramento da Capital (COMCAP) foi feito um levantamento relativo ao nível 1 de interpretação de Alvesson e Sköldberg (2001) com busca por diversos dados referentes à coleta seletiva de resíduos.

3.1.2 Questionário

O Questionário, numa pesquisa, é um instrumento ou programa de coleta de dados, sendo que “é a forma mais usada para coletar dados, pois possibilita medir com mais exatidão o que se deseja.” (CERVO, 2007, p. 52).

A confecção é feita pelo pesquisador, seu preenchimento geralmente é realizado pelo informante. Porém, neste caso específico quem assinalou as respostas foia pesquisadora. Dentre os motivos que levaram a escolha deste recurso, um deles é a possível incapacidade do entrevistado de ler ou interpretar corretamente as perguntas. Outro motivo é a falta de tempo que o entrevistado teve para parar seus afazeres para responder ao questionário, de forma que ouvindo a pergunta e respondendo foi menos demorado e trabalhoso para o entrevistado. Lembrando que os questionados foram os coletores de materiais recicláveis da ACMR, e que trabalham por produção e não

estão acostumados com formalidades, e sim com a fala. Desta forma, a linguagem utilizada no questionário deve ser simples e direta para que o respondente compreenda com clareza o que está sendo perguntado. Pelos mesmos motivos o questionário consistiu de poucas perguntas, cerca de 20 perguntas, sendo a maioria fechada e apenas quatro abertas com possibilidade de respostas amplas. Tanto o modelo do pré-teste quando a versão final do mesmo podem ser conferidas nos apêndices.

Foi realizado um pré-teste, num universo reduzido de 10 (dez) associados, para que fosse possível corrigir eventuais erros de formulação. Foi feito também, em certos casos, algumas perguntas a mais do que as que constavam nos questionários. A pesquisadora não se limitou a aplicação restrita do questionário, abrindo espaço para (quando possível) realizar uma pequena entrevista *ad hoc*, no sentido de complementar suas observações. A tentativa de conversa com os coletores foi de despertar discursos motivacionais inconscientes, onde estes conseguissem expressar realmente seus pensamentos de forma transparente. Esta decisão foi feita com base no nível 4 de interpretação de Alvesson e Sköldbberg(2001), visto que o intuito não era apenas fornecer dados empíricos para a pesquisa (nível 1 de interpretação) mas também saber as questões críticas, políticas e sociais (nível 3) e uma autocrítica de todas as interpretações (nível 4) de forma transversal.

O questionário se aproximou de um censo, tendo em vista que foram questionados 49 associados e a associação como um todo afirma contar com cerca de 60 associados. Ocorre que conforme observação da pesquisadora, nas diversas idas a campo, não haviam mais pessoa a serem entrevistadas, apenas não foram questionados alguns associados que se negaram a responder, dois por serem menores de idade (que alegaram ter vergonha) e uma senhora que se negou sem dar motivos.

3.1.3 Observação

Foram realizadas seis observações de campo na ACMR, onde a pesquisadora reparou seu modo de trabalho e observou o comportamento dos associados e também pode fazer algumas perguntas e conversar com alguns deles. As anotações encontram-se nos Apêndices e estão na primeira pessoa do singular, visto que são observações da própria pesquisadora do seu ponto de vista em relação ao que viu e ouviu na ACMR. Nessas visitas, algumas vezes foi possível fazer algumas fotografias, estas também se encontram nos Apêndices.

3.1.4 História oral temática

Observado o caráter interdisciplinar da pesquisa, utilizou-se da técnica da história oral, levando em conta as características da pessoa escolhida para ser entrevistada. Foi realizada entrevista com história oral com uma funcionária da COMCAP. Ela exerce a função de psicóloga há 20 anos nesta empresa e participou da criação da ACMR. Além da participação e do tempo de história com a Associação e com a COMCAP, a entrevistada também tem a questão de ser alguém de fora da ACMR, mas que acompanhou tudo e tem uma capacidade de observação por ser psicóloga. Desta forma decidiu-se por utilizar este método, observado que:

A história oral é uma metodologia de pesquisa que visa ao estudo ao registro de acontecimentos, histórias de vida, trajetórias de organizações, enfim, de temas históricos contemporâneos que permitam acessar pessoas que ainda estejam vivas. Sua principal técnica de coleta de dados é a entrevista de história oral, que obtém depoimentos dos entrevistados (VERGARA, 2010, p. 110).

A história oral é a história do tempo presente, pois implica a percepção do passado como algo que tem continuidade hoje, e cujo processo histórico não está acabado. O sentido do passado no presente imediato das pessoas é a razão de ser da história oral (SANTOS; ICHIKAWA, 2010, p. 182)

Foram realizados encontros gravados (com autorização do depoente) e transcritos literalmente, visto que “a base da história oral é o depoimento gravado” (SANTOS; ICHIKAWA, 2010, p. 193). Estes depoimentos foram utilizados para as elucidações do caso. A depoente não será o objeto de estudo, mas sim suas recordações. Os encontros foram pautados em temas correspondentes com o objeto de estudo e através do que a depoente vivenciou ele poderá contar detalhes relevantes para o embasamento da história, por exemplo, da ACMR.

Durante o encontro “as perguntas devem ter sempre um caráter descritivo e evitar indução ou juízo de valor” (SANTOS; ICHIKAWA, 2010, p.196) visto que a pesquisadora deve apenas recolher as informações e ser imparcial para não prejudicar o resultado dos dados coletados e a validade da pesquisa.

A opção por trabalhar com a história oral se dá pela oportunidade, que outras técnicas não teriam, de:

Captar as experiências de indivíduos pertencentes a categorias sociais cujas percepções e

intervenções geralmente são excluídas da história oficial e da documentação oficial, das organizações, deixando registrada a sua visão de mundo, as suas aspirações e utopias e, por extensão, as do grupo social a que pertencem. (SANTOS; ICHIKAWA, 2010, p. 201).

Igualmente, a história oral pode dar voz a indivíduos esquecidos, porém que têm muito a contar sobre o assunto, pois vivenciaram as mudanças e a história que levou ao desenvolvimento do fato que está sendo estudado no presente. O registro dessas histórias que foram contadas, dificilmente estaria em registros oficiais.

A pesquisa organizacional privilegiou, durante muito tempo, as análises de documentos e registros elaborados pelas classes dominantes. Observam-se, contudo, novas tendências no sentido de resgatar as perspectivas de análise de indivíduos que, sem a mediação do pesquisador, não deixariam nenhum testemunho registrado (SANTOS; ICHIKAWA, 2010, p.204).

Há dois tipos de história oral: a temática e a de vida, a primeira o entrevistado fala sobre um tema do qual ele muito conhece ou vivenciou e no segundo tipo o entrevistado fala da sua própria vida, nesse caso ele mesmo é o objeto de estudo. Como explica Vergara:

No projeto de pesquisa, deve ser definido o tipo de entrevista e ser realizada de acordo com os objetivos da pesquisa: entrevista temática ou história de vida. Na primeira, um tema é estabelecido previamente, a partir do qual todas as entrevistas são realizadas. Na segunda, o foco é o próprio entrevistado, suas experiências, sua trajetória. (VERGARA, 2010, p.113).

Nesta pesquisa, foi utilizada a história oral temática. O primeiro tema a ser estudado foi a história da ACMR, através de entrevistas com a psicóloga da COMCAP que está em contato com os catadores desde 1999 quando a mesma os ajudou a fundar a associação. O segundo encontro foi com o tema: história da ACMR e seus dilemas sociais. O critério observado para se determinar o número de encontros ou horas de diálogo foi a saturação. Quando a pesquisadora perceber que diferentes perguntas levam aos mesmos acontecimentos que já foram contados é o momento de encerrar as entrevistas.

Realizar um grande número de entrevistas não significa enriquecer a investigação que se está realizando. Como em outras metodologias

inseridas no âmbito da pesquisa qualitativa, na história oral há um momento em que os dados coletados começam a se repetir, agregando pouco valor ao material já coletado. É chamado de ponto de saturação. (VERGARA, 2010, p.113).

Em relação aos contatos para realização das entrevistas. O primeiro contato para aproximação com a psicóloga, foi realizado no dia dez de abril de 2013 em uma reunião para apresentação e esclarecimento do tema e da pesquisa onde foi acordada a participação desta em ceder informações acerca da ACMR. Já no dia 18 de junho de 2013, às 17 horas e 30 minutos foi gravada a primeira entrevista (com duração de uma hora), realizada em sua residência, onde foram feitas perguntas de caráter genérico para que esta falasse o que viesse a sua memória em relação à ACMR. A segunda entrevista foi marcada somente após a pesquisadora ter realizado as entrevistas com os demais entrevistados, para que se pudesse chegar aos pontos conflitantes, que foram questionados à psicóloga.

3.1.5 Entrevista

Foram realizadas com intuito de fornecerem dados sobre o fato estudado

Recorre-se à entrevista quando não houver fontes mais seguras para as informações desejadas ou quando se quiser completar dados extraídos de outras fontes. A entrevista possibilita registrar, além disso, observações sobre a aparência, o comportamento e as atitudes do entrevistado. Daí sua vantagem sobre o questionário. (CERVO, 2007, p. 52).

As entrevistas foram interpretadas de forma reflexiva, pois “o material produzido pela entrevista é, assim, considerado por alguns como uma co-construção da qual tomam parte tanto entrevistador quanto o entrevistado” (POUPART *et al*, 2008, p. 247).

Foi realizada uma entrevista com o presidente da ACMR e uma entrevista com o líder estadual do Movimento Nacional (MNCR). Visto que as informações entre eles foram divergentes em alguns sentidos, procurou-se voltar à Associação (ACMR) e entrevistar um membro da mesma. Escolheu-se um dos membros da Associação que está nela há mais tempo (21 anos).

Para determinação dos objetos de entrevista, a acessibilidade foi critério chave no planejamento das entrevistas, visto que em algumas

instituições há várias pessoas as quais podem responder em relação aos mesmos temas, porém, apenas algumas delas estiveram disponíveis para entrevista.

Ainda tocante aos coletores de resíduos sólidos ouvidos, a discricão e cautela foram utilizadas para deixar os entrevistados à vontade, tentando ao máximo reduzir os fatores de inibição. Segundo Valles (1997, p.214 apud SANTOS; ICHIKAWA, 2010, p.311) os fatores de inibição podem não ser apenas comportamentais, eles podem também estar ligados à “incapacidade relativa do entrevistado para comunicar a informação”.

Comitadamente, no intuito de reforçar a relação entrevistado/entrevistador, foi reforçado o caráter confidencial da mesma.

Para levar as pessoas solicitadas a colaborar na pesquisa, os entrevistadores recorrem a várias estratégias. A mais comum consiste em tentar, num primeiro momento, convencê-las do interesse e da utilidade da investigação, defendendo, por exemplo, que esta permitirá fazer avançar os conhecimentos, fazer valer uma causa, ou ainda, expressar os seus pontos de vista sobre o tema da pesquisa. (POUPART et al. 2008, p. 229).

O contato com os entrevistados se realizou “[...] pessoalmente, por carta, *e-mail* ou telefone”, pois ainda segundo Vergara (2010, p. 113, itálico da autora): “É o momento para consulta-los sobre sua possível participação na pesquisa. Devem ser apresentados os objetivos da pesquisa e esclarecidas dúvidas do potencial participante” (VERGARA, 2010, p. 113, itálico da autora).

As entrevistas realizadas com indivíduos não pertencentes à ACMR foram marcadas por telefone ou *e-mail*, e as entrevistas com os membros da ACMR foram realizadas pessoalmente em visitas realizadas na sede da mesma.

Seguindo a linha das pesquisas qualitativas as entrevistas foram em sua maioria abertas, desprendendo-se de roteiro pré-definido. A decisão teve como objetivo evitar uma visão positivista da entrevista. Mais do que apenas respostas específicas, pretendeu-se levar o entrevistado a dialogar e refletir sobre o tema para trabalhar com a subjetividade, a reflexão.

O método utilizado para determinar o número de entrevistas foi da saturação teórica da categoria.

Saturação significa que, à medida que vá vivenciando casos similares, o investigador

adquire confiança empírica de que não mais se encontram dados adicionais que possam contribuir para o desenvolvimento de propriedades da categoria. (SANTOS; ICHIKAWA, 2010, p.204).

Segundo Godoi e Matos, ainda sobre a saturação como determinante para o fim das entrevistas:

O critério de julgamento para o encerramento da amostra de um grupo relacionado a uma categoria do estudo seria a saturação teórica da categoria. Saturação significa que, à medida que vá vivenciando casos similares, o investigador adquire confiança empírica de que não mais se encontram dados adicionais que possam contribuir para o desenvolvimento de propriedades da categoria. (GODOI, MATTOS, 2009, p. 309).

Assim, foram realizadas três entrevistas que encerraram quando a pesquisadora sentiu o assunto com o entrevistado saturado no momento da entrevista.

3.2 COLETA DE DADOS

Foram realizados ao todo quarenta e nove questionários. Dentre esses, vinte e cinco respondentes do sexo feminino e vinte e quatro do masculino. Apesar de haver mais homens que mulheres na ACMR (30 mulheres e 46 homens, segundo Entrevistado 2), alguns dos associados homens trabalham fora do galpão recolhendo material com seus carros em convênios específicos, motivo pelo qual foi difícil conseguir com que estes respondessem.

Com exceção de três dos questionados (que são analfabetos) todos os demais assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (o modelo utilizado encontra-se em Apêndice). Em relação aos analfabetos, foi lido em voz alta o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e diante da concordância do entrevistado, o mesmo afirmou verbalmente que estava de acordo com a entrevista e ditou seu nome em voz alta para que fosse anotado para fins de verificação posterior.

O questionário, numa pesquisa, é um instrumento ou programa de coleta de dados, sendo que sua confecção é feita pelo pesquisador, seu preenchimento geralmente é realizado pelo informante. Porém, neste caso específico quem assinalou as respostas foi a própria pesquisadora. Dentre os motivos que levaram a escolha deste recurso, um deles é a falta de tempo que o entrevistado tem. Dificilmente o questionado iria pausar seus afazeres para responder ao questionário, de forma que

ouvindo a pergunta e respondendo foi menos demorado e trabalhoso para o entrevistado.

Desta forma, a linguagem utilizada no questionário foi extremamente simples e direta para que o respondente compreendesse com clareza o que estava sendo perguntado. Pelos mesmos motivos o questionário consistiu de poucas perguntas. Decidiu-se por vinte perguntas, algumas de caráter censitário ou demográfico (para fins de atualização de dados de outras pesquisas mais antigas sobre a ACMR) e outras com foco nos objetivos da dissertação.

Um pré-teste foi realizado num universo reduzido, para que fosse possível corrigir eventuais erros de formulação, para perceber o entendimento dos entrevistados em relação ao questionário e para perceber se o mesmo era muito longo ou cansativo para o respondente. O pré-teste do questionário foi realizado no dia vinte e sete de novembro de 2013, com dez associados (escolhidos aleatoriamente). Foi percebido no pré-teste que faltava perguntar o estado civil, portanto na versão final foi incluída esta pergunta. Percebeu-se também que quando a pesquisadora perguntava ao catador (ou catadora) se este (ou esta) tinha filhos o entrevistado(a) respondia quantos filhos tinha. Por este motivo, decidiu-se acrescentar essa pergunta simples que não alteraria o modelo do questionário. Neste mesmo dia, aproveitou-se para fazer uma observação do local (Apêndices) da Associação.

A primeira aplicação do questionário foi ao dia vinte e oito de novembro de 2013, onde foram aplicados dois questionários, ambos com o devido Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado. Neste mesmo dia, aproveitou-se para fazer uma observação (vide Apêndices) do local e também dos trabalhadores da Associação.

O segundo dia de aplicação de questionários, foi no dia vinte e nove de novembro de 2013. A pesquisadora foi na sede da ACMR, chegando ao local às nove horas da manhã e ficando lá até às duas horas e meia da tarde. Durante este período a pesquisadora obteve êxito em trinta e três questionários respondidos. Dos 33 questionários realizados, todos foram consentidos pelos seus respondentes e foi assinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, com exceção de duas pessoas (analfabetos, que então só ditaram o nome à pesquisadora e consentiram verbalmente com o questionário).

A terceira aplicação dos questionários deu-se no dia seis de dezembro de 2013, quando se teve acesso a onze respondentes. Destes onze respondentes, apenas dez foram capazes de assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, um deles (analfabeto) apenas ditou seu nome completo e consentiu verbalmente. O mesmo também

concedeu posteriormente (em outro dia) uma pequena entrevista à pesquisadora.

O último dia de aplicação dos questionários foi dia onze de dezembro de 2013, onde foram coletados apenas três questionários, pois foi percebido que não havia mais pessoas a serem entrevistadas, visto que os associados que compareceram neste dia eram os mesmos dos dias anteriores. Assim sendo, ou o associado já havia respondido o questionário antes ou ele já tinha se negado a responder. Portanto neste dia foram entrevistadas apenas três pessoas que responderam ao questionário e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Em relação às negativas de responder os questionários, foram poucas. Quatro pessoas se negaram a responder. Algumas alegaram não ter tempo, outras não deram motivo. Algumas não quiseram responder por serem menores de idade e disseram que não trabalham na ACMR, que estariam apenas “fazendo um trabalho nas férias”. Em relação aos menores de idade, um episódio ocorreu quando a pesquisadora estava entrevistando uma menor de idade e o pai da mesma veio impedir que a entrevista continuasse alegando que “ela não trabalha aqui não, é só quando ela quer, nas férias”. O que implica num indício de trabalho de criança e adolescente, porém difícil de ser comprovado pois os próprios menores de idade são forçados a não ajudarem na delação do crime.

Apesar das negativas relatadas, as entrevistas ocorreram em clima tranquilo e cordial. Também ouvi um bom entendimento das perguntas, inclusive em relação aos analfabetos (que somam três pessoas no geral), pois estes conseguiram entender as perguntas e alguns até ficaram felizes e falaram mais, outros menos (o que é da natureza de cada um).

Segundo entrevista com o presidente (vide Apêndice III), cerca de setenta e seis pessoas trabalham na ACMR.

Levando em consideração este número de associados, os quarenta e nove questionários realizados representam 74,2 % do número total de associados. Porém, há de ser lembrado que os associados têm uma grande rotatividade, que muitos saem e voltam.

Portanto, dos associados presentes na ACMR durante o final do ano de 2013, quase todos foram questionados. Em relação à rotatividade, pode-se citar a entrevista da funcionária da COMCAP: onde a mesma afirma: “Tem uma questão que eu tenho me dado ao direito de não pensar mais: é alta rotatividade.” (Entrevistada 2, 2014).

Lembrando, também, que (além da rotatividade) alguns associados não trabalham o dia todo na Associação, eles passam o dia recolhendo material com seus carros:

[...] têm alguns associados que ainda fazem coleta, porque eles têm caminhonete própria, mas eles fazem a coleta em locais mais específicos. (Entrevistado 2, 2013).

Estes associados não foram entrevistados para fim de responderem aos questionários, pois não estavam no galpão nos momentos em que a pesquisadora foi ao mesmo. Estas entrevistas foram realizadas durante o trabalho dos associados, e estes que trabalham na rua com seus veículos não foram questionados.

Além da rotatividade e dos associados que não estão trabalhando no galpão, há ainda que considerar a ocorrência de uma diminuição do número de associados na ACMR, o que leva a crer que quase todos os que realmente estão trabalhando no momento foram entrevistados. De acordo com dados do *site* da COMCAP o número de associados da ACMR vem diminuindo

No ano de 2009, o número de associados era em torno de 100, hoje a ACMR conta com 60 associados, reflexo da realidade econômica. Por um lado, são oferecidos empregos mais atrativos e, por outro, o baixo valor dos materiais recicláveis e a dificuldade de venda de alguns como o vidro, inibe a atividade. (COMCAP, 2013).

Ainda foi percebido através de observações que o número é menor que isso, pois a pesquisadora compareceu na associação cinco vezes realizando as entrevistas dos questionários com os associados e percebeu que o número não chegava a sessenta pessoas trabalhando, Se haviam mais de sessenta catadores estes não trabalharam durante os meses de novembro e dezembro de 2013.

Em relação às entrevistas, elas foram realizadas utilizando-se a indicação, ou seja, um entrevistado foi a ponte para se conseguir a entrevista com o próximo. Em relação à entrevistada 1, a entrevista foi marcada via telefone, após apresentação da mesma numa reunião com o Orientador deste trabalho, na Universidade Federal de Santa Catarina. Em relação ao entrevistado dois, a pesquisadora foi até a ACMR e se apresentou ao entrevistado, explicando que fazia pesquisa na universidade e que conhecia a Entrevistada 1. Em outra visita a pesquisadora não encontrou o entrevistado 2, então a pesquisadora pediu seu contato telefônico (fornecido pela sua esposa) e após estabelecer

contato telefônico avisou que iria até a associação conversar com o mesmo.

Usando-se novamente do efeito dominó, através da entrevistada 1, a pesquisadora conseguiu contato com o Entrevistado 3, que lhe concedeu entrevista ao final do ano de 2013.

Após entrevistas realizadas, então, com o presidente da ACMR e com o líder estadual do MNCR, foi realizada a continuação da história Oral temática com a Entrevistada 1, onde foi possível questioná-la a respeito das controvérsias em relação as entrevistas dos dois entrevistados (2 e 3).

Ainda para sanar as últimas dívidas em relação às controvérsias apresentadas (em relação às declarações dos entrevistados 2 e 3), foi realizada uma pequena entrevista com um dos membros mais antigos da ACMR, que já havia respondido ao questionário e se mostrou interessado em falar um pouco mais sobre sua vida e sobre a ACMR. A acessibilidade do último entrevistado foi decisiva para o encerramento do ciclo de entrevistas.

4 RESULTADOS

4.1 MOVIMENTONACIONAL DOS CATADORES(AS) DE MATERIAIS RECICLÁVEIS (MNCR)

Segundo o seu sítio eletrônico, o Movimento Nacional dos Catadores (as) de Materiais Recicláveis (MNCR).

[...] é um movimento social que há cerca de 12 anos vem organizando os catadores e catadoras de materiais recicláveis pelo Brasil afora. Buscamos a valorização de nossa categoria de catador que é um trabalhador e tem sua importância. (MNCR, 2013).

A história do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) começou por volta de 1999 com o 1º Encontro Nacional de Catadores de Papel realizado em Belo Horizonte (MG) em novembro de 1999, onde decidiu-se pela organização do primeiro Congresso Nacional de Catadores, quando foi fundado o MNCR, em junho de 2001.

No 1º Congresso Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis participaram mil e seiscentos congressistas, entre catadores, técnicos e agentes sociais de dezessete estados brasileiros (CARTA DE BRASÍLIA, 2001). Durante este Congresso foi escrita pelos catadores a Carta de Brasília, um documento oficial do MNCR que “expressa as necessidades do povo que sobrevive da coleta de materiais recicláveis” (MNCR, 2013). Esta Carta foi levada ao Governo Federal através da Marcha de Brasília (1ª Marcha Nacional da População de rua) que contou com três mil integrantes no dia sete de junho de 2001.

Em 2001, teve o primeiro congresso nacional de catadores, foi formado um comitê junto com o movimento de catadores. Eu fiz parte de uma passeata que levaria um documento ao presidente, na época o Lula, para formar o comitê.

PERGUNTA: Sim, que foi formado em 2003, foi este?

RESPOSTA: Sim, essa carta estava pedindo a formação deste Comitê Interministerial. (Entrevistada 1, 2014).

Nesta época o movimento realizou a marcha (Marcha de Brasília, também chamada de 1ª Marcha Nacional da População de rua) juntamente com participantes do Fórum Nacional de Estudos sobre População de Rua. Partindo-se para o terceiro nível de interpretação de

Alvesson e Sköldbberg (2001), nota-se que os catadores têm forte ligação com os moradores de rua e a classe dita “oprimida”, tendo uma semelhança com o Movimento dos Sem-Terra (MST).

De acordo com o Movimento, os catadores são oprimidos e precisam do MNCR para garantir seus direitos sem ajuda de partidos políticos ou empresários, consideram-se uma classe independente: “nosso objetivo é garantir o protagonismo popular de nossa classe, que é oprimida pelas estruturas do sistema social.” (MNCR, 2013). Esta questão está clara para o movimento que considera suas reivindicações como “lutas”, assim como uma luta de classes: classe dominante *versus* classe oprimida.

Atualmente os catadores e catadoras de materiais (incluindo aí as cooperativas, associações e catadores de ruas) somam cerca de um milhão de brasileiros, e ganham força figurando no mesmo patamar de influência do Movimento dos Sem-Terra, pois conta com uma população carente. Visto que “o trabalho de coleta de materiais recicláveis significa garantir alimentação, moradia e condições mínimas de sobrevivência para uma parcela significativa de nosso povo brasileiro.” (MNCR, 2013).

Ainda sobre a moradia dos catadores, o Movimento explica que podem fazer ocupação de espaços ociosos, sendo então semelhante a um dos objetivos do MST:

Na luta por moradia defendemos a prática de ocupação de espaços ociosos para fins de moradia e trabalho, além desenvolvermos mutirões auto gestionários para construção de casas que buscam melhorar as condições de habitação das famílias de catadores. (MNCR, 2013).

Conforme será explicado mais adiante, os próprios catadores fundadores da associação estudada nesta dissertação (ACMR) exerceram esta prerrogativa de ocupação de território. Eles ocuparam primeiramente um local ao lado da ponte que fornece a entrada para a ilha de Florianópolis (SC). Em seguida foram tirados daquele local pela Prefeitura Municipal de Florianópolis e, então, ocuparam outro espaço: a Passarela do Samba Nego Querido, utilizada pela população apenas durante o período de carnaval. Depois dessas ocupações eles foram forçados a assinar um termo de ajustamento de conduta (TAC) onde se comprometeram a trabalhar numa área que foi cedida pela COMCAP. Neste terreno desocupado, ao lado da COMCAP, foi o local onde a prefeitura conseguiu remanejá-los. A história do Movimento Nacional

está, portanto ligada à história de alguns antigos moradores de rua e de pessoas que não tinham emprego, renda ou moradia.

Em vinte e três de janeiro de 2003 ocorreu o 1º Congresso Latino-americano de Catadores, na cidade de Caxias do Sul (RS). Este Congresso reuniu oitocentos catadores (CARTA DE CAXIAS, 2003) de diversos países. Neste congresso também foi registrada outra carta de intenções, reivindicações e pedidos do Movimento: a Carta de Caxias, que tem por base a unificação da luta entre os países da América Latina em prol dos catadores.

Figura 03: Símbolo do primeiro Congresso Nacional de catadores.



FONTE: MNCR, 2013.

No ano de 2005, no dia vinte e cinco de janeiro ocorreu, o 2º Congresso Latino-americano de Catadores, neste congresso foram muitos catadores do país todo: “com participação de 1050 pessoas vindas de todas as regiões do Brasil, e delegações da Argentina, Uruguai, Chile e Colômbia.” (CARTA DE SÃO LEOPOLDO, 2005). Foi um dos maiores encontros de catadores. Inclusive o Entrevistado3, desta pesquisa, compareceu a este congresso entrando em contato com o Movimento pela primeira vez. O entrevistado é atualmente o presidente da Coordenação Estadual do Movimento Nacional (o organograma do Movimento será detalhado a seguir).

A seguir, o folder do respectivo Congresso, demonstra o forte “mote” da condição de explorados dos catadores, o que indica mais uma semelhança com o Movimento dos Sem-terra.

Figura 04: folder do II Congresso Latino-americano de Catadores.



Fonte: MNCR, 2014.

Após estes dois grandes Congressos, no ano seguinte, foi realizada uma grande marcha até Brasília levando as demandas dos catadores para o Governo Federal, na Esplanada dos Ministérios.

Voltando ao primeiro nível de interpretação, segundo Alvesson e Sköldbeg (2001), observou-se hierarquia do movimento. De acordo com o organograma do Movimento, cada associação ou cooperativa de Coletores de materiais é uma Base Orgânica, também chamada pelos integrantes apenas como “Base”. Várias Bases em conjunto formam o Comitê Regional, conforme pode ser observado a seguir na Figura 05:

Figura 05: Organograma do MNCR – Comitê Regional.



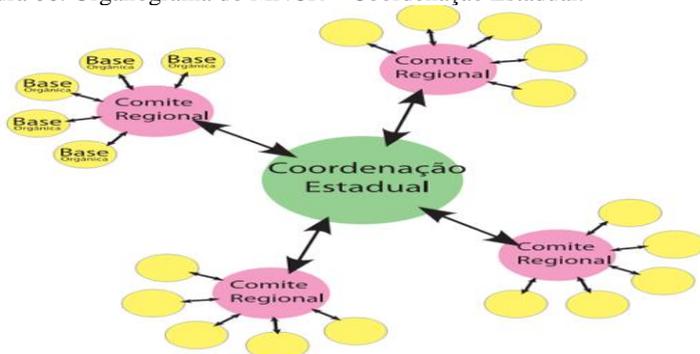
Fonte: MNCR, 2013.

As Bases Orgânicas do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis desenvolvem nos espaços de trabalho (e nas comunidades onde estão localizadas) diversos projetos de caráter

popular que procuram resgatar a autoestima e o protagonismo dos catadores e de suas famílias: “desenvolvemos em nossas bases projetos educativos, de cultura popular, atividades recreativas, de inclusão digital, oficinas artesanais, entre outros.” (MNCR, 2013).

O Comitê Regional tem contato, por sua vez, com a Coordenação Estadual, conforme pode ser verificado na Figura 06 a seguir:

Figura 06: Organograma do MNCR – Coordenação Estadual.



Fonte: MNCR, 2013.

Já a Coordenação Estadual, faz o intercâmbio com a Comissão Nacional que trabalha ativamente em Brasília pelos direitos dos catadores.

Figura 07: Organograma do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis – Comissão Nacional.



Fonte: MNCR, 2013.

Ainda segundo o próprio *sitedo* Movimento Nacional, sua missão é:

Contribuir para a construção de sociedades justas e sustentáveis a partir da organização social e produtiva dos catadores de materiais recicláveis e suas famílias, orientados pelos princípios que norteiam sua luta (autogestão, ação direta, independência de classe, solidariedade de classe, democracia direta e apoio mútuo), estejam eles em lixões à céu aberto, nas ruas ou em processo de organização. (MNCR, 2013, s\p.).

Os princípios do MNCR, segundo a Declaração de Princípios e objetivos do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, são: a) autogestão (catadores são donos de suas ferramentas de produção, sem “patronagem”) do Movimento e o controle da cadeia produtiva de reciclagem; b) a utilização da Ação Direta de Inconstitucionalidade como meio de exercer os direitos dos catadores; c) a independência do Movimento em relação aos partidos políticos, governos e empresas; a solidariedade do grupo de trabalhadores; d) o voto direito e as decisões com base no consenso da maioria; e) o apoio entre catadores e associações do Brasil inteiro e resto do mundo.

Levando em conta aspectos sociais e políticos relativos à análise crítica, de acordo com o modelo de Alvesson e Sköldbberg (2001), nota-se que o Movimento preza pela autogestão dos catadores e para que estes não sejam tratados apenas como meros trabalhadores assalariados. A ideologia do Movimento, desta forma, é cooperativista na medida em que pretende deter os meios de produção e não ficar dependendo de patrões. De certa forma, a negativa em ter patrão é uma revolução pacífica e silenciosa que os catadores realizam todos os dias, negando o sistema convencional de economia e partindo para sistemas alternativos como as Associações e Cooperativas. Nestes sistemas alternativos há uma autonomia maior tanto do indivíduo trabalhador como do coletivo quanto Associação (ou Cooperativa) em relação aos seus fornecedores, clientes e parceiros.

De acordo com a Declaração de Princípios e objetivos do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, em seu artigo primeiro:

O Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis - MNCR, **trabalha pela autogestão e organização dos catadores** através da constituição de Bases Orgânicas, em que a ‘participação’ de todos os (as) catadores (as) que

querem ajudar a construir a luta de seus direitos, seja um direito internamente garantido, mas também um dever do catador com o Base Orgânica, com um critério de democracia direta em que todos tem voz e voto nas decisões, conforme critérios constituídos nas bases de acordo (MNCR, 2012, s/p., **negrito meu**).

Desta forma, segundo o nível 2 de análise proposto por Alvesson e Sköldbberg (2001) pode-se interpretar teoricamente esta necessidade de autonomia dos catadores como uma *fenonomia*. Segundo Ramos (1981, p. 152) “a *fenonomia* é dirigida por um indivíduo, ou por um pequeno grupo, e que permite a seus membros o máximo de opção pessoal e um mínimo de subordinação”.

A Associação estudada nesta pesquisa (ACMR) é uma organização onde predomina a *fenonomia*, visto que a autonomia é umas das principais escolhas de vida dos seus membros (como será analisado mais a frente nos gráficos). A ACMR também tem algumas características de isonomia. Porém a um ponto de divergência da isonomia no que diz respeito á divisão de lucro, pois segundo Ramos (1981) a *isonomia* refere-se a um contexto organizacional de livre associação de pessoas, marcado pela absoluta entre seus membros, onde prepondera o consenso e a gratificação pessoal. E como na ACMR a partilha dos lucros não é feita de forma igual a todos, percebe-se que a Associação pode carregar características tanto da isonomia quanto da *fenonomia*, visto que podem existir formas mistas. Na ACMR se preza pela participação da produção nos lucros auferidos e não por uma divisão isonômica. A divisão em partes iguais é um dos princípios do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, porém não é o que ocorre na ACMR.

De acordo com o MNCR, a categoria de catadores para estar ligada ao Movimento deve seguir os seguintes requisitos:

- 1.1- Assumir o trabalho e o nome da categoria de Catador de Materiais Recicláveis como profissão.
- 1.2- Ter conhecimento da CBO (Classificação Brasileira de Ocupações), que reconhece e descreve a atuação do Catador de Materiais Recicláveis no mercado de trabalho.
- 1.3- Ser um profissional Catador(a) da Material Reciclável organizado em uma Cooperativa, Associação, Entreposto ou Grupo que seja auto gestor e **orientado pelos princípios do MNCR**. (MNCR, 2012, s/p, **negrito meu**).

Os catadores, em razão de seus companheiros de trabalho devem:

- 2.1- Ser solidário a todos os catadores (as) em sua organização e crescimento.
- 2.2- Participar de atos e ações que promovam a inclusão social de catadores(as) que vivem do trabalho nas ruas e lixões.
- 2.3- Respeitar e manter um relacionamento de companheirismo e solidariedade, sem discriminação, com aqueles catadores(as) que ainda não estão organizados e com os catadores moradores de rua.
- 2.4- Respeitar os Pontos de Coleta dos Catadores (as) organizados e não organizados. (MNCR, 2012, s/p.).

Sobre as cooperativas e associações que compõe a base orgânica do Movimento, este afirma que elas devem cumprir certas determinações, dentre elas:

- 3.1- Ser compostas e dirigidas exclusivamente por Catadores(as) de Materiais Recicláveis.
- 3.2- Basear a organização de sua atividade produtiva nos princípios do MNCR.
- 3.3- Desenvolver práticas solidárias, incentivando a troca de experiências relacionadas a formas de produção, comercialização, tecnologia, modelos de administração e gestão.
- 3.4- Manter em suas sedes sociais a simbologia do Movimento Nacional dos Catadores(a) através de bandeiras, uniformes, grafitagem etc.
- 3.5- Manter um espaço de formação e informação para todos os Catadores(a) participantes das Bases Orgânicas para apresentar e discutir os princípios, objetivos e ações do Movimento Nacional dos Catadores no nível municipal, regional, estadual e nacional.
- 3.6- Ocupar-se com a capacitação contínua dos componentes das Bases Orgânicas, criando programas internos para sua formação política, administrativa e operacional.
- 3.7- Priorizar ingresso nas Bases Orgânicas para os catadores de lixões ou de rua em situação de exploração mediante cumprimento dos critérios de ingresso acordados com o MNCR.

3.8- Promover o protagonismo dos catadores de materiais recicláveis por via da ação direta na luta para conquistar direitos relativos a saúde, habitação, lazer, educação, segurança e desenvolvimento social. (MNCR, 2012, s/p.).

Para ingresso e permanência no MNCR os grupos interessados deverão cumprir os seguintes critérios:

3.9.1-Estar de acordo com todos os itens descritos neste documento;

3.9.2 -Ser avaliado pelo Comitê Regional conforme critérios do MNCR;

3.9.3 -Ser aprovado pela Coordenação Estadual;

3.9.4-Dar sequência prática e submeter todas as ações da Base Orgânica aos critérios fundamentados neste documento.

3.9.5-Promover ato público de lançamento da base orgânica do MNCR bem como assinar o termo de adesão e enviar cópia a secretaria estadual. (MNCR, 2012, s/p.).

Sobre o estabelecimento de redes e parcerias, a Declaração afirma que as bases têm o dever de:

5.1- Estabelecer parcerias que contribuam com a comunidade, com as Bases Orgânicas e que sejam ambientalmente responsáveis.

5.2- Estabelecer parcerias em que os parceiros se comprometam com os catadores(a) de Materiais Recicláveis através de um termo de cooperação mútua. (MNCR, 2012, s/p.).

Caso a base não se adeque aos princípios do movimento ela será suspensa do mesmo:

O descumprimento dos acordos estabelecidos, critérios ou ações por parte de indivíduos de bases orgânicas que afetem os princípios e objetivos do MNCR, poderão significar a suspensão temporária dos envolvidos, e a instalação de ética e/ou garantias políticas na qual deveram participar os envolvidos, a coordenação estadual e a equipe de articulação nacional. (MNCR, 2012, s/p.).

Assim, para participar do Movimento a Associação deve seguir certas normas e princípios, para que todos juntos procurem os mesmos interesses. As Bases Orgânicas trabalham de acordo com o Movimento, enquanto este (através de seus líderes) procura diálogo com os Poderes em Brasília para novos benefícios, novas leis a favor dos catadores e novas verbas.

Passado este primeiro nível de interpretação(segundo ALVESSON; SKÖLDBERG, 2001), percebe-se que o Movimento Nacional busca fortalecer o catador.Nos princípios do Movimento Nacional, percebe-se claramente uma tentativa de tornar o catador visível e reconhecido.

Baseando na interpretação e reflexão (ALVESSON; SKÖLDBERG, 2001),sobre a teoria de Boaventura de Souza Santos. O objetivo do Movimento é transformar *não-existências*(SANTOS, 2002, p. 247) em existências.

As cooperativas auxiliadas pelo movimento se concordam com a noção de ecologia de produtividade defendida por Santos. Este afirma substituir a lógica de produção econômica pela ecologia de produtividade. Segundo Boaventura, a ecologia de produtividade:

[...] consiste na recuperação e valorização dos sistemas alternativos de produção, das organizações econômicas populares, das cooperativas operárias, das empresas autogeridas, da economia solidária, etc., que a ortodoxia produtivista capitalista ocultou ou descredibilizou (SANTOS, 2002, p.253).

Assim, este estudo foca nessa linha teórica para valorizar tanto o coletor de resíduos quanto sua tarefa, utilizando para tanto a sociologia das ausências para teorizar a respeito do lugar do catador na sociedade. Este lugar que até então é visto como à margem, como algo inferior, feio, sujo, e até digno de pena. Esta mentalidade pode ser mudada se observadas as ecologias.

Primeiramente a ecologia dos saberes, visto que o coletor de resíduos sólidos recicláveis detém consigo saber empírico, um *saber fazer*, a prática da coleta, seleção e estoque do produto bem como o cuidado em relação aos perigos químicos, físicos (objetos cortantes) e biológicos (doenças, como a leptospirose).

Em relação à monocultura do tempo linear, os coletores são considerados atrasados em relação a outros trabalhadores, por trabalharem em condições simples e por preferirem formas mais antigas de trabalho (a título de exemplo, os coletores da ACMR preferem a divisão por mesas coletivas às esteiras de produção). Com a ecologia das temporalidades, pode-se perceber que isso não significa que eles estão atrasados em relação a organizações mais tecnológicas.

Da mesma forma, ao substituir-se a lógica da classificação social pela ecologia dos reconhecimentos, valoriza-se o coletor. Na antiga lógica vê-se o catador como alguém inferior, digno de pena. Já na

nova lógica se transforma em indivíduo digno de estudo, de ser ouvido, alguém que tem algo a dizer, e que não deve ser desvalorizado apenas por ser diferente do hegemônico ou do considerado comum.

E em relação à produção, mesmo que seu trabalho não gere tão significativa vantagem econômica para o país, deve-se atentar para as questões substantivas. A valorização do catador e o aprimoramento de sua atividade através do Programa Pró-Catador é um importante passo para a quebra da monocultura da produção. Analisando-se questões em relação à qualidade de vida daquele que acabou no trabalho dos resíduos porque oriundo de extratos inferiores da sociedade encontrou (ou avaliou) na reciclagem uma das poucas opções disponíveis percebe no lixo uma boa forma de sustentar sua família, percebe-se então que o foco principal, quando se trata de associações de catadores não é a questão financeira ou gerencial, mas sim a questão humana do trabalhador.

Portanto, deve-se dar atenção ao catador e retirar seu estigma, pois ao desvalorizar a sua atividade está se desperdiçando experiência. A indolência da razão leva ao desperdício da experiência, visto que a pobreza da experiência não é expressão de uma carência, mas antes a expressão de uma arrogância, a arrogância de não se querer ver e muito menos valorizar a experiência que nos cerca, apenas porque está fora da razão com a que podemos nos identificar e valorizar.

Segundo Santos (2002) há ao redor do mundo uma riquíssima experiência social que a tradição científica hegemônica ignora. De certa forma, a ciência social descarta, desperdiça este saber empírico e estas outras formas de vida e estas diferentes representações sociais, pois foca-se constantemente na forma de ver e na racionalidade ocidental, a razão indolente.

Em tese, não há nada do lixo que não possa ser retransformado em algo útil à humanidade, inclusive os materiais orgânicos, que podem ser reciclados como adubos ou como fonte de energia. Não obstante, a maior parte do lixo ainda agora não é reaproveitada mais incinerada ou enterrada, os dois procedimentos sendo prejudiciais ao ambiente. (SINGER, 2005, p. 09).

Entrando num terceiro nível de análise Segundo Alvesson e Sköldbberg (2001), percebe-se o papel relevante do Movimento nacional em relação ao reconhecimento social e político do catador e das cooperativas e Associações ligadas à coleta de resíduos sólidos.

Ainda, fazendo uma reflexão de nível quatro (conforme ALVESSON; SKÖLDBERG, 2001) deve-se cuidar para que, mesmo sendo importante, o Movimento não acabe por, ao invés de auxiliar os catadores a sair da opressão, oprimi-los de outras formas. Visto que o Movimento defende seus interesses, sendo uma organização, que mantém gastos, pessoas a disposição, princípios e objetivos declarados e não declarados. Apesar de auxiliar e de ter sua importância, o MNCR não pode estar acima das Associações de catadores e sim junto com estas.

4.2 COMPANHIA MELHORAMENTOS DA CAPITAL (COMCAP)

A Companhia Melhoramentos da Capital (COMCAP) é a empresa de economia mista que foi criada pela lei nº 1022 de 1971. Tal lei determina em seu artigo primeiro:

Fica o Poder Executivo autorizado a constituir, na forma desta Lei, uma sociedade por ações, sob a denominação de "COMPANHIA MELHORAMENTOS DA CAPITAL - COMCAP", destinada à confecção e comercialização de artefatos de cimento de qualquer forma e espécie, pavimentação, e à prestação de serviços de natureza industrial, a entidade de direito público ou privado, segundo convênio, contrato ou ajuste, podendo, guardadas as restrições constantes do seu estatuto e da legislação em vigor, praticar todos e quaisquer atos destinados à gestão e mobilização de seu patrimônio. (FLORIANÓPOLIS, 1971, s/p.).

A COMCAP tem como missão, segundo sua página da *internet*(2013) “Prestar serviços públicos de saneamento ambiental com eficiência, qualidade e responsabilidade social.”

E sua visão consiste em “ser referência nacional na gestão integrada de resíduos sólidos; e conquistar a liderança da gestão de resíduos sólidos na região da Grande Florianópolis.” (COMCAP, 2013).

Segundo o último relatório anual disponível (do ano de 2012) a COMCAP considera que:

As ações alternativas de destinação dos resíduos que a Comcap realiza em parte do material coletado, além de dar um retorno positivo ao meio ambiente e à sociedade, também promovem o

desenvolvimento econômico e sustentável de diversas famílias e ainda geram economia aos cofres públicos, pois se deixa de pagar pelos serviços de transporte e destinação final dos resíduos em aterros sanitários. (COMCAP, 2012, s/p.).

Percebe-se nesta parte do relatório da COMCAP que há um discurso por parte desta em mostrar o quanto suas ações (em relação aos resíduos recicláveis) são tanto sustentáveis quanto de cunho social.

A empresa conta com mil e setecentos empregados (COMCAP, 2013), e atualmente desenvolve as seguintes atividades, segundo sítio eletrônico:

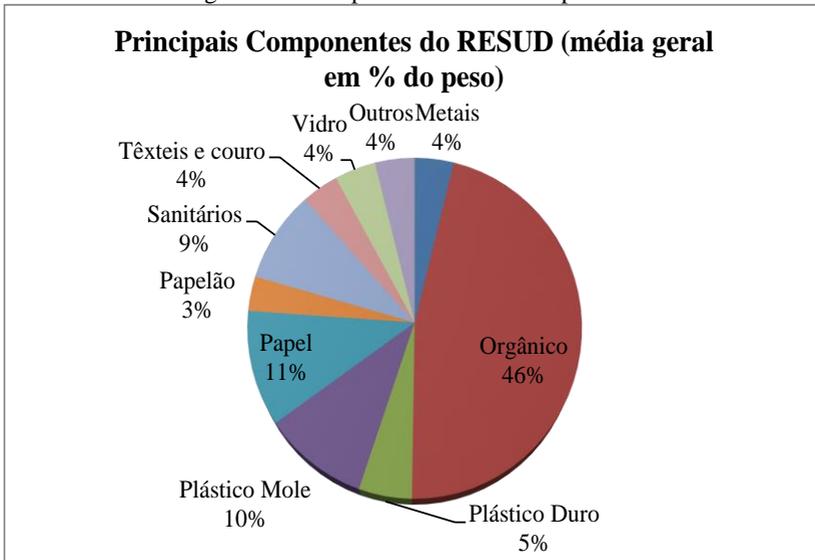
Coleta de lixo domiciliar; remoção de lixo pesado; Coleta Seletiva de Lixo; Remoção de entulho e de varrição com caixas *brooks* e caminhão caçamba; Programa De Olho na Sujeira - remoção de resíduos/entulhos em qualquer parte da cidade; Capina mecanizada; Capina manual; Roçagem; Limpeza de canais e valas a céu aberto; Varrição; Administração de estacionamentos e sanitários públicos; Limpeza em eventos, como festas populares, religiosas e promovidos pela Prefeitura Municipal; Programas de mutirões desenvolvidos pela Prefeitura Municipal. (COMCAP, 2012, s/p.).

A companhia coleta e em média 14,5 mil toneladas de resíduos sólidos por mês, com uma variação sazonal de 12,5 mil toneladas nos meses de baixa temporada e até 18,7 mil toneladas no verão (COMCAP, 2013). Também são recolhidas em média 2,2 mil toneladas de resíduos volumosos por mês.

Em 1999, considerando o crescimento médio anual de 7% na produção do lixo de Florianópolis, houve necessidade de adequar o sistema de coleta de resíduos da cidade. Além de tornar mais eficiente o recolhimento de porta em porta, a COMCAP se empenhou em adequar também as diversas etapas que compõem a transferência do lixo ao seu destino final, sendo construído o Centro de Transferência de Resíduos Sólidos de Florianópolis em Itacorubi, inaugurado no dia 5 de junho de 2000. (COMCAP, 2013, s/p.).

Do total, quarenta e seis por cento do material recolhido é resíduo orgânico, alinhando-se à Nova Política Nacional de Resíduos Sólidos que prevê a obrigação das prefeituras em recolher o mesmo:

Gráfico 03: Porcentagem de cada tipo de lixo recolhido pela COMCAP.



Fonte: Adaptado de COMCAP (2002) apud DOMINGOS, 2013.

Todos os serviços de coleta de resíduos sólidos na Capital são executados diretamente pela COMCAP. Apenas a operação de aterro sanitário é terceirizada para a empresa Proactiva, localizada em Biguaçu.

A Proactiva é empresa privada (contratada pela prefeitura) e responsável pelo transporte e manejo do lixo do Centro de Transferência de Resíduos Sólidos (CTReS) no bairro Itacorubi até o aterro sanitário localizado em Biguaçu, distante 40 quilômetros.

A seguir, no mapa de Florianópolis, percebe-se localização do CTReS em vermelho. Ao lado do CTReS fica a sede da ACMR, que será estudada no sub capítulo a seguir.

Figura 08: Mapa da Cidade de Florianópolis com a indicação das redes da COMCAP.



Figura – Mapa da rede de PEV's e aterro de inertes e resíduos de construção civil.

Fonte: COMCAP, 2011. Adaptado do mapa do Geoprocessamento corporativo de Florianópolis.

Fonte: COMCAP, 2011, s/p.

Antigamente todo o lixo da cidade era depositado no Itacorubi, na forma de lixão.

Em 1956 a solução encontrada foi o simples despejo numa área de mangue: o mangue do Itacorubi. O bairro encontra-se hoje densamente povoado, mas naqueles tempos, sem população à volta, ilusoriamente parecia não comprometer a saúde e a qualidade de vida. Apesar dos avanços tecnológicos, percebe-se que esse fato não era

levado em consideração pelas autoridades locais (KUHNNEN, 1995, p. 40).

Segundo estudos de Ribeiro (2000, p. 25) o primeiro serviço de coleta em Florianópolis foi iniciado em 1884, por volta de 1910 foi construído um incinerador, mas apenas a partir de 1956 o lixo passou a ser depositado no manguezal do Itacocubi.

Ocorre que, em Florianópolis “como em muitos outros centros urbanos, as carências sociais têm servido de mediação entre os movimentos reivindicatórios e as administrações municipais” (KUHNNEN, 1995, p.39), Deste modo, surge um movimento na década de 70 exigindo a desativação do lixão.

Somente em 1980 a população, especificamente os moradores do Itacurubi, discutiu a necessidade de escolher outro local para a destinação final dos resíduos. A polêmica aumentou quando a prefeitura sugeriu que os resíduos fossem colocados no distrito de Santo Antônio de Lisboa. No dia 19 de agosto, um abaixo-assinado com 400 assinaturas mudou o rumo dos acontecimentos (Jornal O Estado 01.09.87 apud KUHNNEN, 1995, p.41).

De tal modo, começaram os debates sobre a destinação do lixo e a retirada do chamado “lixão do Itacurubi”, porém a população de Santo Antônio de Lisboa (onde se pensava na época instalar um novo lixão) não aceitou a situação também. Assim a prefeitura precisou de outra solução para o problema.

Ao assumir a Prefeitura, em 1986, o prefeito Edison Andrino comprometeu-se com a população, ainda em campanha eleitoral, a resolver o conhecido “problema do lixo”. No contexto político-social de Florianópolis, a questão do lixo foi debatida sob o pano de fundo do sufrágio de 1986 e por uma atuação marcante do MEL (Movimento Ecológico Livre), de segmentos de ecologistas informais e movimentos de bairro organizados (KUHNNEN, 1995, p.42-43).

Apenas em meados de 1988 que se deu nova solução ao problema. Fez-se um convênio com Forquilha, local onde seria implantada uma usina em troca da pavimentação de dez quilômetros de estradas no Município.

Porém na inauguração da usina a comunidade impediu o acesso dos caminhões. Assim o lixão do Itacurubi só foi desativado em 1989

quando a população do bairro alegou risco ao meio ambiente e à qualidade de vida da população. (KUHNNEN, 1995).

Este é um exemplo de como estado e sociedade civil estão em confronto que, ao final, levariam ao surgimento de políticas públicas com a participação da população. De maneira geral, os movimentos reivindicatórios urbanos representam claramente as demandas de cidadania social estruturadas e determinadas pelo momento histórico. (KUHNNEN, 1995, p.46).

Desta forma, onde era o lixão, foi instalada a estação de triagem, Centro de Transferência de Resíduos Sólidos (CTReS). Desta estação o lixo é apenas despejado de um caminhão menor (aquele que reconhece o resíduo nos domicílios) para um caminhão maior (vide fotos nas observações de campo, em Apêndice) e depois encaminhado para empresa terceirizada que dá encaminhamento ao lixo.

Primeiramente foi encaminhado para Paulo Lopes, depois em 1992 passou a ser enviado para Biguaçu. Atualmente o lixo da cidade de Florianópolis continua sendo levado para o município vizinho, Biguaçu, para a empresa Proactiva.

A produção de resíduos sólidos em Florianópolis em 2011 atingiu 166 mil toneladas, sendo que 11 mil toneladas foram de coleta seletiva. O quadro abaixo mostra a proporção de coleta comum e seletiva durante os meses do ano de 2011.

Quadro 07: Coleta convencional e seletiva em 2012.

Mês	Seletiva	Convencional	Total
Janeiro	1.080,19	16.473,14	17.553,33
Fevereiro	928,39	13.888,69	14.817,08
Março	906,16	13.024,73	13.930,89
Abril	871,37	12.286,72	13.158,09
Maiο	910,76	12.706,09	13.616,85
Junho	865,06	11.562,92	12.427,98
Julho	838,65	11.584,13	12.422,78
Agosto	964,49	12.342,02	13.306,51
Setembro	813,53	11.241,39	12.054,92
Outubro	1.008,43	12.892,52	13.900,95
Novembro	1.019,88	12.791,27	13.811,15
Dezembro	1.159,90	14.703,75	15.863,65
Total	11.366,81	155.497,37	166.864,18

Fonte: COMCAP (2013)apud DOMINGOS, 2013.

Em 2012 a coleta de lixo atingiu 174,7 mil toneladas, consistindo em um aumento de 6,4% em relação ao ano anterior. Desse total, a Companhia Melhoramentos da Capital recolheu 11,4 mil toneladas de materiais recicláveis através da coleta seletiva.

A coleta seletiva foi implantada em Florianópolis de forma pioneira no País, a partir de 1986, por meio dos projetos Viva Melhor e Beija-Flor. A partir de 2012, com instalação da Ilha Ecológica – Ponto de Entrega Voluntária (PEV) do Itacorubi, passa a ganhar nova formatação.

Todo o montante de resíduos recolhido passa pela Estação de Transbordo da Comcap, no CTReS, localizado no bairro Itacorubi. A produção da coleta seletiva é doada para associações de coletores e triadores, enquanto a da convencional segue para o aterro sanitário de propriedade de uma empresa

privada, situado a 40 quilômetros de distância, no município de Biguaçu.

(COMCAP, 2012, s/p.).

No ano de 1986 a COMCAP implantou as primeiras experiências de coleta seletiva no município de Florianópolis. Os modelos foram nas comunidades do Mocotó e Monte Verde, bem como na Avenida Beira-Mar Norte. Essas iniciativas evoluíram nos anos seguintes, 1987 e 1988, para a formalização do Projeto Beija-flor, com tratamento e destinação dos resíduos nas próprias comunidades.

Em 1994, a experiência da coleta seletiva foi expandida à área urbana da cidade. No ano seguinte, a sede administrativa da empresa foi concentrada na Rua 14 de Julho, Estreito, onde até então operava apenas o Departamento de Limpeza Pública.

De 1994 até 2000 a quantidade de material recolhido na coleta seletiva chegou a aumentar quinze vezes. O maior aumento se deu de 2009 até a atualidade. A quantidade que a Companhia Melhoramentos da Capital recolhia de material reciclável anualmente em 1994 (quando começou a Coleta Seletiva) é menor do que a quantidade que a mesma recolhe atualmente em apenas um mês.

Isto se dá não apenas porque o número de habitantes da cidade aumentou e nem apenas (também) porque a população tornou-se mais esclarecida. Esse aumento ocorreu, principalmente, porque a abrangência da coleta seletiva aumentou muito de 1994 até a atualidade.

Atualmente os caminhões da coleta seletiva passam em todos os bairros da capital de Santa Catarina.

Figura 09: Histórico da coleta seletiva de resíduos sólidos em Florianópolis (SC).



Gráfico – histórico da Coleta Seletiva

Fonte: COMCAP, 2012, s/p..

Ainda segundo relatório da COMCAP (2012) No local onde funcionou o antigo aterro sanitário da cidade, no bairro Itacorubi, foi construída a nova Estação de Transbordo do lixo recolhido na cidade, que inclui um galpão onde é feita a descarga para transferência do lixo domiciliar ao destino final com 600 metros quadrados de área construída e capacidade de operacionalizar 450 toneladas por dia. Também foi realizada a ampliação do Centro de Triagem de Materiais Recicláveis(aonde funciona a sede da ACMR), com a construção de galpão com capacidade para a separação de 400 toneladas de lixo seletivo por mês. E, a implantação de um Centro de Treinamento e Educação Ambiental, em prédio com 200 metros quadrados, composto de vestiário, refeitório e sala para atendimento de escolares, comunidade e pessoal envolvido com o meio ambiente.

Desde março de 2009, a Prefeitura Municipal de Florianópolis por meio da COMCAP assumiu a coleta seletiva na área central da cidade, anteriormente executada pelos catadores.

Por força de termo de ajustamento de conduta (TAC) assinado com o Ministério Público de Santa Catarina, a Associação dos Coletores de Materiais Recicláveis (ACMR) assumiu o galpão de triagem da COMCAP e passou a receber da empresa grande parte do material da coleta seletiva, executando a triagem e venda destes materiais. De forma que os associados não precisam mais coletar o material reciclado, nas ruas e estabelecimentos.

A partir de então a coleta do material reciclado passou a ser feita pela própria COMCAP, atualmente “a mesma é feita pelo sistema porta-a-porta (70%) e por meio de depósito comunitário ou de ruas gerais (22%), abrangendo, assim, 92% da população de Florianópolis” (COMCAP, 2011 apud DOMINGOS, 2013).

Atualmente 91% da triagem feita por associações de catadores (ou triadores) é realizada pela ACMR, sobrando apenas nove por cento da triagem que é realizada pela outra associação:

Há em Florianópolis hoje duas associações com capacidade de triar entre 50% e 60% do volume coletado, o restante é enviado e/ou comercializado com triadores da região.

Destino principal dos materiais da coleta seletiva

- ACMR – 600 toneladas/mês
- Aresp – 60 toneladas/mês (COMCAP, 2013, s/p.).

Não obstante a ACMR é a maior parceira da COMCAP em termos de coleta seletiva de resíduos, triando dez vezes mais que a AREsp.

A COMCAP busca novos parceiros, para aumentar esta porcentagem de triagem e conseguir cumprir com a meta estabelecida pela Política Nacional, conforme versa seu relatório anual de 2012:

No início de 2012, a Comcap protocolou 16 projetos no Ministério do Meio

Ambiente. A política nacional exige que os municípios desviem materiais recicláveis de aterros sanitários. A meta é recuperar 40% dos materiais até 2015. Em Florianópolis, a coleta seletiva está implantada no sistema de porta em porta há mais de 20 anos. Hoje, a coleta seletiva da Comcap recolhe em um mês o que há seis anos recolhia em um ano, correspondente a 7% do total

de resíduos sólidos coletados. O aumento na produção da seletiva criou novos desafios no encaminhamento dos materiais recicláveis que, de acordo com a legislação nacional, deve priorizar as associações de catadores. Na Capital, as mil toneladas recolhidas em média por mês na coleta seletiva são doadas pela Prefeitura Municipal preferencialmente à Associação de Coletores de Materiais Recicláveis - ACMR, instalada em galpão da Comcap no Itacorubi, e à Associação de Recicladores Esperança - AREsp, instalada em prédio cedido pelo município na comunidade Monte Cristo. **Como as duas associações têm capacidade para absorver em torno de 60% da produção, a Comcap tem buscado novos parceiros na Grande Florianópolis.** (COMCAP, 2012, negrito meu).

Segundo o *site* da COMCAP, há uma capacidade de novos parceiros, quais sejam (em capacidade em toneladas/mês):

- Área industrial de São José/ Daniel (300)
 - Sertão do Imaruim/Aparecida (100)
 - Forquilhas/fábrica de mangueiras(40)
 - Alto Forquilhas/usina (40)
 - Forquilha/Márcio (40)
 - Avenida das Torres/Marcelo (20)
 - Bairro Areias/Moliv (60)
 - Coqueiros/Mário (40)
 - Associação de triadores de Biguaçu (40)
- (COMCAP, 2014, s/p.).

Somando todas as possíveis novas parcerias que a COMCAP poderia realizar, tem-se 680 toneladas por mês de triagem de materiais. Ocorre que a ACMR sozinha tria em média 600 toneladas por mês, conforme descrito anteriormente (acima) pela própria COMCAP.

Desta forma, conclui-se que se 91 % do material triado pelas associações é triado apenas pela ACMR. E do material reciclado total que é recolhido pela COMCAP cerca de 55% é triado pelas associações. Calcula-se que 49,5 % de todo o conteúdo recolhido pela COMCAP é triado mensalmente pela ACMR. Ou seja, quase metade do trabalho de triagem é realizado por uma Associação com cerca de 60 associados, e que lucram apenas um valor aproximado a dois salários mínimos por mês da venda deste material (ver, a seguir, no capítulo referente à análise de dados, as informações completas referentes a este item). Lembrando que esta renda não é recorrente salário recebido da

COMCAP e sim da venda do material triado por eles e que os próprios revendem a um atravessador. Ou seja, a ACMR realiza de segunda a sexta e em turno integral um trabalho gratuito não apenas à COMCAP, mas à sociedade da cidade de Florianópolis. Em relação à adequação da COMCAP com a Política Nacional de Resíduos Sólidos:

A Comcap já visualiza para 2013 o desafio de tornar real o Plano Municipal de Resíduos Sólidos, além de avançar nas conversações sobre um possível consórcio intermunicipal de resíduos sólidos da região da Grande Florianópolis, metas descritas na Política Nacional de Resíduos Sólidos, o qual deve ser amplamente discutido e compartilhado com a sociedade, buscando solucionar a problemática do ciclo do resíduo sólido desde a base (produção), passando pelo reaproveitamento e reciclagem, até sua destinação final. (COMCAP, 2012, s.p.).

Porém não se sabe se todas estas promessas foram atendidas. Fazendo-se uso do nível dois de interpretação de Alvesson e Sköldbberg (2001), observa-se que a COMCAP está inserida numa visão socioambiental e acompanha as mudanças sociais referentes a isso visto que implantou desde o ano de 1994 coleta seletiva de lixo domiciliar. Já em relação às ações específicas para adequação ao Plano Nacional, a COMCAP tinha em seu planejamento de 2013 ações previstas em relação ao lixo orgânico e melhoria nas condições de trabalho das organizações envolvidas com reciclagem (vide Apêndices – tabelas referentes ao planejamento COMCAP 2013).

Partindo-se para o terceiro nível de análise, segundo Alvesson e Sköldbberg (2001), nota-se que a COMCAP tem um interesse prático na ACMR, pois seu objetivo é cumprir com as diretrizes legais nacionais e municipais. Porém o que não se pode constatar (através tanto de análise de dados quanto da entrevista com a funcionária) é se existe (ou não) um real interesse na questão social dos associados da ACMR por parte da COMCAP.

Há disparidade entre o modo de administração e apropriação da mais-valia gerada pelas atividades, entre o *modus operandi* comercial e capitalista da empresa COMCAP e o modo Associativo de um pequeno grupo de ex-catadores de rua.

Estes associados que hoje (segundo entrevistada funcionária da empresa COMCAP) podem ter “carro próprio” e uma vida um tanto mais cômoda (segundo também a linha de melhoria econômica e social

do Brasil em geral) porém há pouco tempo ainda eram catadores de rua. Ou seja, ainda são vistos como catadores, como pessoas que apesar de serem úteis à empresa podem ser substituídas a qualquer momento desde que não estejam mais cumprindo com o que é esperado pela COMCAP.

Conclui-se, utilizando-se do quarto nível de análise, que a COMCAP talvez não se sinta obrigada legalmente a observar o que pode estar se passando na ACMR para que tenha caído tanto o número de associados. Uma forma mais prática para a empresa é ir procurar outra associação similar que faça o mesmo serviço, visto que todas elas irão prestar este serviço de forma gratuita. O dever da COMCAP é levar o material até as Associações e esperar o resultado. O resultado ocorre, visto que sem resultado as mesmas associações não conseguem as verbas governamentais para melhorias da infraestrutura e maquinários.

Percebe-se, utilizando-se do quarto nível de análise segundo Alvesson e Sköldbberg (2001), que uma das soluções para este caso é haver uma maior responsabilização da empresa COMCAP pelo futuro da ACMR, no sentido de que esta é não é apenas uma simples prestadora de serviços, é antes de qualquer outra denominação: uma associação de catadores. E há interesse público no sentido de que se protejam os interesses dos catadores, inclusive com o Programa Pró-Catador que demonstrou o interesse nacional em se tratar desta questão tendo como prioridade o catador ou associações.

4.3. ASSOCIAÇÃO DE COLETORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS (ACMR)

De acordo com pesquisa de 2007, o início das associações de catadores se deu com os catadores que coletavam individualmente e em forma precária de trabalho.

Por realizarem suas atividades informais de maneira desorganizada, os catadores da cidade de Florianópolis, na maior parte das vezes, concorrem com os caminhões de coleta de lixo, recebendo poucos recursos pelo seu labor, e estão submetidos a precárias condições de trabalho. (FERNANDES, 2007, p.19).

Havia dispersão e desorganização referente aos catadores e estes eram mal vistos pela população local, por atrapalharem o trânsito e utilizarem dos espaços públicos.

Por volta de 1995, com o aumento do número de catadores, chegou o momento da atividade demandar alguma forma de controle, pois passou a ser desorganizada, atrapalhando o trânsito e a circulação de pedestres no centro da cidade, além da utilização de praças e espaços públicos como depósito de material (PERIN, 2003, p. 76-77).

Levando em conta o terceiro nível de análise segundo Alvesson e Sköldbberg (2001) percebe-se que a sociedade não fica contente em ver os catadores circulando pela cidade, considerando-os poluição visual.

Voltando ao primeiro nível de análise (segundo ALVESSON; SKÖLDBERG, 2001), em relação aos dados empíricos foi encontrado nesta pesquisa que em 1999, houve um agrupamento dos catadores na cabeceira da ponte Pedro Ivo Campos, como explica Perin: “a transferência dos catadores acabou ocorrendo somente em junho de 1999” (PERIN, 2003, p. 778). Nessa época formou-se uma equipe multidisciplinar de membros da Prefeitura Municipal de Florianópolis, da universidade e vários outros órgãos⁶ para assessorar os catadores:

Formou-se, então, em novembro de 1999, uma equipe de profissionais procedentes do Departamento de Desenvolvimento Social/Divisão da Criança e da COMCAP, que passou a assessorar e acompanhar todo o processo de organização dos catadores numa associação, com o intuito de estimular o desenvolvimento de formas associativas e integrantes de trabalho e de geração de renda (PERIN, 2003, p. 78).

Entretanto, foi iniciativa da prefeitura retirar o grupo de coletores da cabeceira da Ponte para outro local onde não “poluíssem” visualmente a cidade. Ainda Perin (2003) conta que a prefeitura cedeu um espaço para os coletores sob a Passarela do Samba Nego Querido, de Florianópolis, porém o local desagradou os mesmos. Os catadores argumentavam que a Passarela era longe dos locais onde eles recolhiam o material e também apareciam ali muitos criminosos que se aproveitavam do local por este se encontrar abandonado e por ser escondido do movimento de pedestres.

De acordo com levantamento realizado pela prefeitura de Florianópolis (2004, p. 36) em relação à associação (na época ainda em estágio embrionário) o percentual de coletores que trabalhavam em

⁶ A COMCAP participou desta equipe multidisciplinar, inclusive com a funcionária Entrevistada 2, que foi encaminhada ao local como psicóloga.

baixo da ponte era de 41,77 % do total (63 coletores de 151 entrevistados).

Este grupo é identificado como os catadores da “ponte”, por estarem localizados no vão da mesma, local onde foi construída a nova estrutura da Associação. A reciclagem de papel, metal, vidro, plástico, cobre, ferro é realizada por 100 catadores e catadoras, jovens e adolescentes que no horário extra da escola auxiliam os pais no trabalho (BRASIL, 2004, p. 29).

Ocorreu também que a elite da cidade sentiu que os catadores poluíam visualmente a cidade:

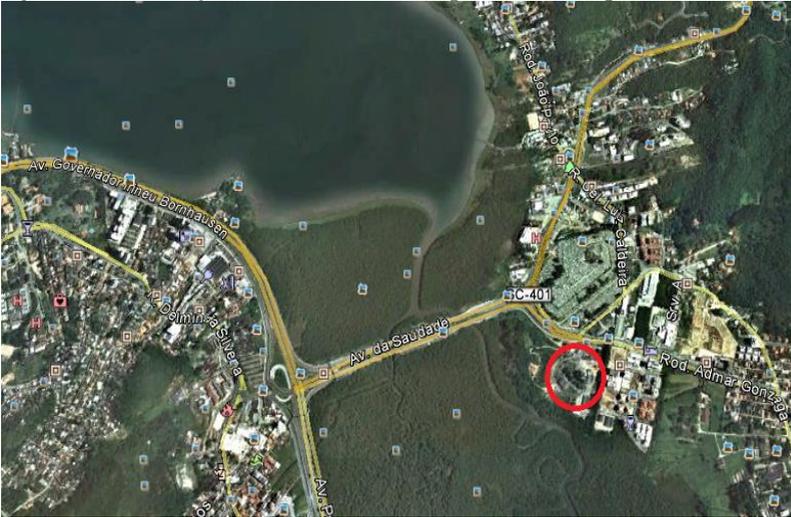
Nessas áreas, a ocupação do solo e o planejamento urbano em geral têm, como um dos problemas sociais mais relevantes e com tendência de crescimento, a coleta, o tratamento e a destinação dos resíduos sólidos, em razão de vários fatores combinados, entre os quais pode-se destacar: a) o antagonismo entre os bens públicos naturais e as formas predominantes de urbanização (com forte especulação imobiliária); b) o antagonismo entre turismo massivo e capacidade institucional de reciclagem de resíduos; c) a concorrência entre os sistemas formal e informal de coleta e reciclagem de resíduos; d) o conflito entre a moral particularista da indiferença em relação ao meio ambiente e às gerações futuras, por um lado, e a ética ambiental e universalista, por outro – ambas, aliás, questionadas por interesses econômicos e políticos de setores da elite local. (BOEIRA; SILVA, 2004, p. 30).

Desta forma, encaminhou-se denúncia à Procuradoria Geral do Estado para gerar melhor encaminhamento à situação, visto que os catadores ao lado da ponte eram visto como um problema na cidade.

Então, foi cedido um espaço aos catadores: um galpão ao lado do CTReS (Centro de Transferência de Resíduos Sólidos da COMCAP) onde funciona atualmente a ACMR.

A imagem abaixo mostra a entrada do bairro Itacorubi, e o círculo vermelho representa a localização da COMCAP, bem como da ACMR no mapa da cidade:

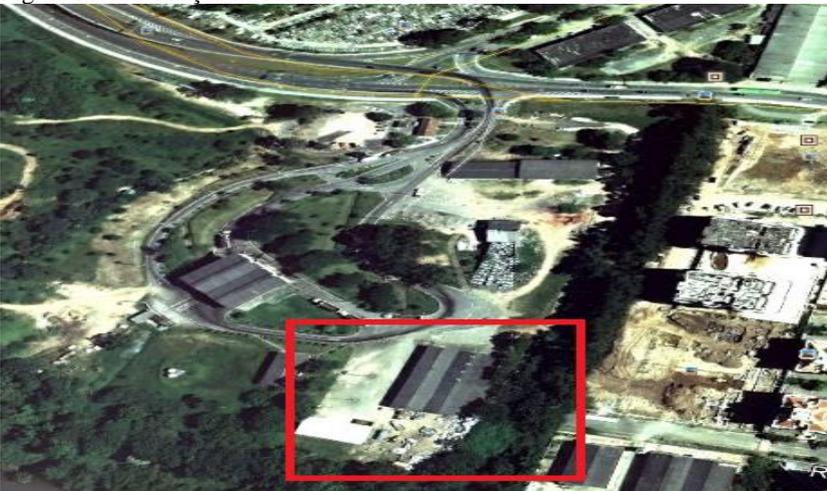
Figura 10: Localização da ACMR no município de Florianópolis.



Fonte: Google Earth, 2014.

Já a imagem a seguir demonstra foto via satélite do terreno da COMCAP juntamente com o galpão da ACMR. O espaço dentro do quadrado vermelho representa o espaço da ACMR dentro do terreno da COMCAP.

Figura 11: localização da ACMR dentro do terreno da COMCAP



Fonte: Google Earth, 2014.

Já esta terceira imagem de satélite (a seguir), mostra uma foto de toda a área da ACMR. Porém a imagem está um pouco desatualizada (visto que foram realizadas reformas ao final do ano de 2013) e a foto do satélite (apesar de retirada da internet em 2014) foi feita antes.

Figura12: vista aérea da ACMR .



Fonte: Google Earth, 2014

As instalações da ACMR são representadas por um galpão situado ao lado da COMCAP no Itacorubi. Os caminhões da COMCAP levam diretamente o material coletado para o local. Esta situação transformou os antigos coletores em “triadores”, pois atualmente estes apenas separam, fazem a triagem do material reciclável. Isto melhorou a qualidade do trabalho e da vida dos coletores, pois antes os mesmos eram expostos ao sol, vento, chuva e também ao perigo das ruas.

Esta imagem (03) mostra a ACMR vista de fora, de frente. Após passar pelo corredor ao lado da COMCAP, chega-se em frente ao galpão.

Esta é a visão que se tinha do pátio dianteiro, antes da reforma feita ao final de 2013, nota-se que antes da reforma havia muito lixo acumulado na frente do pátio:

Imagem 03: Fachada da ACMR antes da reforma.



A seguir, foto do mesmo local depois da reforma. Percebe-se a construção de um pavilhão aberto na frente do galpão antigo:

Imagem 04: Fachada da ACMR depois da reforma



No pátio traseiro há mais material separado já pronto para ser vendido ao atravessador:

Imagem 05: Material pronto para ser vendido, parte de trás do terreno da ACMR.



Dentro do terreno, há também um refeitório, similar a uma lanchonete, onde os associados fazem suas refeições ou levam suas “marmitas” para comerem fora do galpão, ao ar livre. O odor de chorume é muito forte, mesmo ali que parece haver mais papelão e materiais reciclados que aparentemente não teriam chorume. Porém muito do que é recolhido vem sujo já da casa do usuário, pois nem todas as residências separam o lixo corretamente.

Imagem 06: moscas nas latas de alumínio



Desta forma, os antigos catadores mudaram a triagem para este galpão ao lado da COMCAP.

Ocorre que nem todos concordaram com esta imposição de serem tirados do centro e mudarem para o Bairro Itacorubi:

Eles estavam nesse galpão na [cabeceira da] ponte, mas tinha um número de pessoas e esse número foi crescendo porque eles vêm todos de uma cidade do oeste, onde eles plantavam erva-mate. Eles eram agricultores, e eles não têm escola, não estudaram então isso é mais uma coisa que é difícil pra eles se organizarem [pausa]. E vieram pra cá. Então no começo tinha um número de pessoas e depois foi vindo mais e ficou muita gente nesse galpão. E eles foram transferidos praquele espaço no Itacorubi, só que pra eles lá era longe. Então a prefeitura disponibilizou transporte, mas eles também começaram a atrasar o transporte, mandavam esperar quem ainda não tinha terminado e o motorista tinha horário pra cumprir. Então muitos não concordavam. (Entrevistada 1, 2013)

Não obstante, durante os primeiros meses não foi bem aceito o galpão:

Então um dia eu fui lá e eles me disseram que eles iam voltar pra ponte “a gente vai arrumar um lugar lá no centro, a gente arruma um canto pra nós”. Porque eles estavam longe de tudo, eles não iam mais recolher o material lá no centro. Porque tinha uma época antes que eles podiam circular com o carrinho livremente no centro recolhendo. Foi uma época que era muito permitido isso, mas daí eles pegavam o carrinho e iam até o Itacorubi e causavam caos no trânsito, tu imaginas o que era isso. (Entrevistada 1, 2013)

Para solucionar o problema, o Ministério Público fez um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), obrigando os catadores a saírem do Centro e ocuparem o galpão no Itacorubi. E a COMCAP, por sua vez, (como sua parte do acordo) foi obrigada a recolher o material e entregar diretamente para os catadores, que deixaram de catar e se tornaram triadores.

E depois foi decidido que a COMCAP ia recolher. Ia ser feita essa coleta seletiva e eles iam ter que dar conta. Então, a COMCAP teve que se adaptar rapidamente pra recolher material reciclado no centro todo, e mandava para eles. E eles trabalhavam muito, mas muito mesmo. Das oito

da manhã até as dez da noite. E eles começaram a ganhar muito dinheiro. A ACMR começou a dar riqueza, eles não iam mais com o transporte cedido pra lá, eles compraram carro, eles tinham uma vida mais legal. (Entrevistada 1, 2013).

Desta forma se formou no Itacorubi a ACMR: Associação de Coletores de Materiais Recicláveis, como afirma a funcionária da COMCAP que ajudou no processo:

Mas então eles escolheram que eles queriam esse nome: Associação de Coletores de Materiais Recicláveis. Eu achei ótimo! Eles que criaram o desenho deles e tudo, eles que decidiram. Eu achei isso muito bom. (Entrevistada 1, 2013).

A foto a seguir mostra o símbolo da Associação no uniforme atual dos coletores:

Imagem 07: símbolo da ACMR na camiseta de Associado



Na parte de trás do uniforme, vê-se a frase: “reciclar é o hábito social e ambiental”, conforme imagem 08 abaixo:

Imagem 08: uniforme da ACMR.



Com auxílio da COMCAP e da Prefeitura de Florianópolis, foi conseguida melhoria no trabalho dos coletores de materiais recicláveis, por isso a importância da participação desta e uma manutenção da parceria entre Poder Municipal e Associação.

Quando se estuda essa realidade em nosso país que, depois de muitos anos de discussões infrutíferas conflitos que englobam a propriedade e o respectivo direito de se coletarem resíduos sujeito à reciclagem, **algumas prefeituras no país vêm tentando projetar medidas políticas auxiliaadoras no que se refere à relação entre trabalho e ganho desses indivíduo e à conservação desse serviço de limpeza das cidades. Essa situação que ocorre em âmbito nacional também ocorre em Florianópolis, SC (FERNANDES, 2007.p.17-18. Negrito meu)**

Com base no levantamento da prefeitura (FLORIANÓPOLIS, 2004, p. 23) os catadores trabalhavam naquela época em média 5,48 dias por semana. 28,9 % deles trabalhavam cinco dias por semana, 27,5 % trabalhavam seis, e 27,2 trabalhavam todos os dias da semana. Ainda segundo o mesmo relatório da prefeitura (Florianópolis, 2004, p. 25) os catadores trabalhavam em média 8,7 horas diárias. Porém, uma porcentagem considerável (13,7) afirmou que trabalhava 12 horas por dia.

A fim de atualizar estas informações foi perguntado ao presidente quanto tempo os membros da ACMR trabalham por dia: “Hoje nós estamos trabalhando de segunda-feira até sexta-feira. E a média de horas que está dando [...] é de seis horas e meia a sete horas por dia.” (Entrevistado 2, 2013).

Estas informações mostram que os catadores têm uma pesada jornada de trabalho, apesar de serem trabalhadores informais e de não terem carteira de trabalho ou direitos celetistas, porém representam já uma categoria profissional.

Hoje, após serem por muito tempo considerados, erroneamente, como indigentes, estão organizados em uma Associação de Coletores de Materiais Recicláveis, que tem como missão a representação dos Papeleiros como categoria profissional, dando-lhes plenas condições de trabalho e exercício de seu papel social frente a um projeto societário, de economia social e desenvolvimento sustentável. (PERIN, 2003, p. 78).

A nova Política Nacional de Resíduos Sólidos e o Programa Pró-Catador têm o intuito de estabelecer os coletores de materiais recicláveis como categoria profissional valorizada, e também reforçarem o papel das associações de catadores. Nessa linha encontra-se a ACMR, que tem como objetivo:

Defender os interesses econômicos e o bem estar social de seus associados, desenvolvendo projetos decididos em Assembleia Geral, visando a integração social, e tem por finalidade a triagem de papéis e materiais reaproveitáveis. (PERIN, 2003, p.779).

Além da ACMR, tem-se em Florianópolis (triando cerca de 60 toneladas por mês) a AREsp (Associação de Recicladores Esperança) e esta também enfrenta problemas internos e organizacionais:

Tanto a ACMR quanto a AREsp enfrentam, desde fins da década de 1990, um dilema central: com o apoio de organizações e profissionais de diversos órgãos, especialmente da COMCAP (empresa mista) e de universidades, têm superado parte de suas divergências internas, enquanto percebem, como consequência desse mesmo processo, novos desafios organizacionais, a começar pelo desafio da articulação das duas organizações em uma rede local. (BOEIRA; CAMPOS; FERREIRA, 2008, p.50).

O que se percebe (considerando o nível 3 de análise segundo a metodologia reflexiva) é que apesar da ACMR e da AREsp serem associações que exercem atividade ligada à sustentabilidade ambiental. Ocorre que a sobrevivência econômica e social dos associados ainda é um ponto crucial.

Paralelamente, há ainda um forte vínculo familiar entre os catadores da ACMR. Segundo estatística do ano 2004: 88,4 % dos que trabalham em grupo trabalham com pessoas da família (FLORIANÓPOLIS, 2004, p. 27). Ainda hoje esta é a realidade, conforme afirma o Presidente da Associação “88% trabalham entre pessoas da mesma família.” (Entrevistado 2, 2013).

A Associação de Coletores de Materiais Recicláveis é formada precipuamente por uma família oriunda da Serra Catarinense, em busca de condições melhores de vida.

Pode-se dizer que a razão da migração se deve a diversos fatores, mas todos derivados do desemprego (lumpemproletarização), e de condições precárias de vida e, por conseguinte, da expectativa de conseguir melhores condições de vida e/ou emprego (VIANA, 2000, p. 522).

Destarte, percebe-se através do nível três de interpretação (segundo Alvesson e Sköldberg, 2001) o fato que “[...] a principal forma de produção de coletores de lixo é a migração, ou seja, o deslocamento da força de trabalho de um lugar para outro, seja do campo para a cidade ou de uma localidade urbana (cidade, região ou país) para outra.” (VIANA, 2000, p.516). O capitalismo, historicamente gera migrações, visto que a mão-de-obra excedente desloca-se em busca de outros locais com melhores condições de trabalho. Um exemplo disso é o contínuo deslocamento da força de trabalho excedente nos países do hemisfério Sul (terceiro mundo, ou países em desenvolvimento) para o hemisfério Norte do Globo em busca de melhores condições de trabalho ou melhores salários.

A ACMR é fruto de uma migração de agricultores de Chapecó⁷. Além disso, há também o deslocamento em virtude do chamamento, ou seja, um grupo inicial de catadores convence outros parentes a migrarem também e assim há uma progressão no número de envolvidos, como explica a Entrevistada 2:

⁷PERGUNTA: E de qual cidade que vocês vieram? RESPOSTA: Chapecó. (Entrevistado 2, 2013).

Eles estavam nesse galpão na [cabeceira da] ponte, mas tinha um número de pessoas e esse número foi crescendo porque eles vêm todos de uma cidade do oeste, onde eles plantavam erva-mate. Eles eram agricultores, [...] E vieram pra cá. Então no começo tinha um número de pessoas e depois foi vindo mais e ficou muita gente nesse galpão. (Entrevistada 2, 2013).

Como explica Viana, alguns catadores acabam nesta condição por influência de parentes que já trabalham com o lixo: “Muitos indivíduos passam por diversas atividades antes de se tornar catador de lixo enquanto outros já chegam à cidade e adotam imediatamente esta atividade, como é o caso daqueles que possuem parentes trabalhando com o lixo” (VIANA, 2000, p. 517).

Para as associações, incluindo-se a ACMR, terem êxito nas suas projeções, faz-se necessário o apoio constante das instituições públicas e privadas, inclusive as universidades. A história da ACMR tem muito da participação destes, como se pode auferir deste relatório:

Esta associação conta com a parceria da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Companhia Melhoramentos da Capital – COMCAP, Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina- UDESC, Prefeitura Municipal de Florianópolis, Ação Social Arquidiocesana, Secretarias Municipais de Saúde, de Educação, de Urbanismo, e de Habitação, Trabalho de Desenvolvimento Social, o Instituto de Geração de Oportunidades de Florianópolis – IGOF e a iniciativa privada. Sua gestão é acompanhada sistematicamente por uma equipe de apoio, constituída por um assistente social, uma psicóloga, e estagiários que são monitorados pelas profissionais das áreas afins. (BRASIL, 2004, p. 29).

Pesquisa de 2004 (BRASIL, 2004, p. 29) aponta que naquela época a quantidade coletada era de 200 toneladas por mês, quantidade que triplicou segundo relatório da COMCAP (2012).

Partindo-se para o terceiro nível de análise, percebe-se que apesar dos catadores realizarem um trabalho importante triando cerca de 600 toneladas de matérias por mês, eles ainda se sentem desvalorizados.

Entrevistas realizadas em pesquisas de trabalhos anteriores mostram que os catadores:

[...] preocupam-se com a imagem que passam, e isto é um ponto de consenso. Preocupam-se talvez mais com a imagem, do que propriamente com seu contraditório cotidiano, camuflando problemas que rejeitam no discurso, para que estes não se tornem tão visíveis aos outros. Querem mostrar que este não é o seu retrato. Gostam de tirar fotos e se ver nos jornais ou na televisão, mas quando estão limpos e arrumados e não com as “roupas de serviço” (JUNCA, GONÇALVES; AZEVEDO, 2000, p. 44).

Foi observado que a mesma preocupação com a limpeza e aparência se dá também na ACMR, conforme entrevista com o entrevistado 4 e algumas observações feitas no local (vide Apêndices).

Cabe então compreender este universo dos associados à ACMR para perceber qual o impacto real que o Programa Pró-Catador terá na associação e no seu trabalho.

Foram questionados quarenta e nove associados, vinte e quatro do sexo masculino e vinte e cinco do sexo feminino. A média de idade dos associados do sexo masculino foi mais alta, sendo 30,58 anos para os homens e 28,52 anos para as mulheres. Dentre as 25 questionadas do sexo feminino, três são menores de idade: duas de 16 anos e uma de 17 anos. Já quanto aos do sexo masculino, apenas um dos questionados declarou-se menor de idade, contando com 16 anos no momento da entrevista. Diante do levantamento efetuado nesta pesquisa, a média geral de idade dos associados da ACMR, segundo este questionário, é de vinte e nove (29,39)anos.

Em relação ao tempo que trabalham na associação, três Associadas do sexo feminino responderam que trabalham a menos de um ano e a média geral feminina é de 7,89 anos. Já a média masculina sobe para oito (8,37) anos. A média geral, então, fica em torno de 8,13 anos de trabalho.

Estudo que envolveu questionários nas duas associações conveniadas com a COMCAP (ACMR e AREsp), revelou sobre o tempo de trabalho, que:

A experiência dos catadores da ACMR é, comparativamente, mais longa que a da AREsp (63,6% dos membros da ACMC estão há mais de cinco anos na atividade de catação-triagem, enquanto na AREsp todos estão há menos tempo). BOEIRA;CAMPOS;FERREIRA, 2004, p. 50.).

Muitos entrevistados começaram a trabalhar na ACMR desde pequenos, um dos entrevistados relatou que trabalha na associação “desde os onze anos”. O que indica que há na ACMR algumas características de empresa familiar.

Segundo a Entrevistada 1 “eles namoram ali, casam ali. É um núcleo familiar.”(Entrevistada 1, 2013). Segundo o atual Presidente da Associação, quase noventa por cento dos associados trabalham com membros da sua família.

PERGUNTA: Qual a porcentagem de associados que trabalham entre pessoas da família?

RESPOSTA: 88% trabalham entre pessoas da mesma família.

(Entrevistado 2, 2013).

Ainda sobre a questão da cultura organizacional familiar:

PERGUNTA: Em um grau de zero a dez em relação à qualidade de vida no trabalho, para a importância de ser um trabalho em família, qual nota tu darias?

RESPOSTA: Nove.

(Entrevistado 2, 2013).

Apesar da aproximação da família ser um ponto positivo, trabalhar com a família gera também problemas de gestão, por lidar com emoções e com patriarcado ou matriarcado.

PERGUNTA: Qual a importância de trabalhar em família?

RESPOSTA: Um dos fatos positivos é que a família está sempre reunida. Mas tem um fato que é um pouco negativo que é a administração e até organização da associação. Porque a questão de serem todos parentes gera um problema que alguns acabam desrespeitando um pouco a organização.

(Entrevistado 2, 2013).

Uma das associadas, uma garota menor de idade, disse não saber quanto lucrava com seu trabalho porque quem recebia o dinheiro era sua mãe. A mesma ficava com o dinheiro e não dizia nem a quantia para a filha. Outra moça, também menor de idade, foi interceptada por seu pai durante a entrevista. Este lhe mandou parar de conceder a entrevista, e a menina obedeceu.

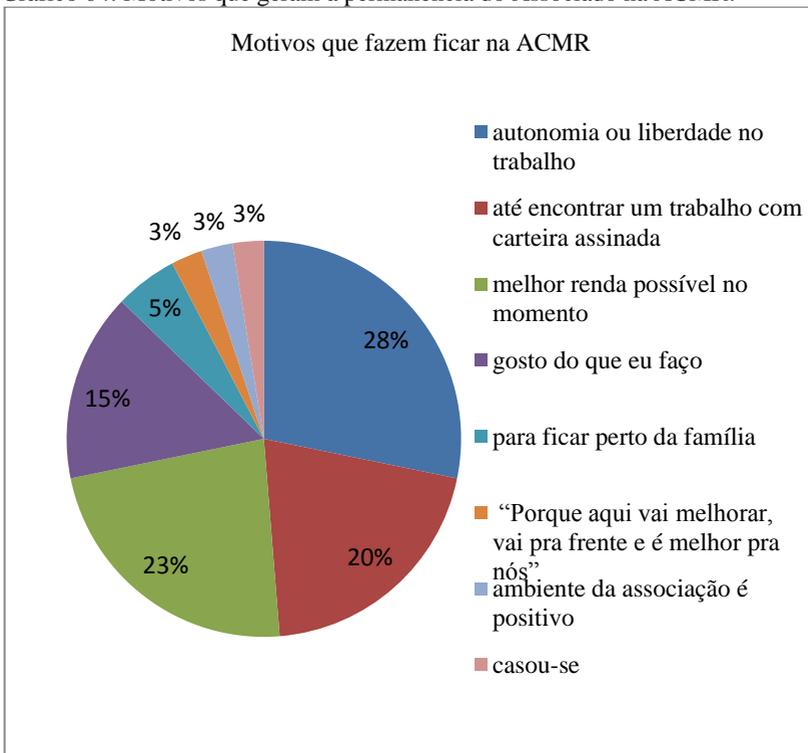
Nesse sentido, os mais novos obedecem ao comando dos mais velhos não apenas no ambiente doméstico, mas também no ambiente da Associação. Ainda se tem o poder familiar muitas vezes em primeiro lugar, como apresenta o próprio Presidente da Associação.

PERGUNTA: Você considera a ACMR uma associação familiar?

RESPOSTA: É um pouco, mas eu não gosto de pensar assim. Eu tento frisar muito que aqui dentro não existe parente, é uma empresa, não pode ter pai, mãe, irmão. É tudo associado.(Entrevistado 2, 2013).

Segundas as respostas dos questionários, a família é o quinto maior motivo que leva o Associado a permanecer na ACMR, contando com apenas com cinco por cento das respostas:

Gráfico 04: Motivos que geram a permanência do Associado na ACMR.



O principal motivo (com vinte e oito por cento do total de respostas) que mantém o associado na ACMR é a autonomia. Porém, segundo o Presidente, há algumas regras no local de trabalho:

PERGUNTA: Vocês tem total autonomia aqui neste espaço?

RESPOSTA: Existem algumas regras de organização e território, porque a gente está no local da COMCAP. Então tem algumas regras, de barulho, limpeza, frequência do pessoal. E também barulho na hora que não é hora do expediente. (Entrevistado 2, 2013)

Ocorre que a funcionaria da COMCAP não divide o mesmo ponto de vista em relação à autonomia dos associados, segundo a Entrevistada 1 (2014) “O sistema deles não estabelece comunicação real com o ambiente de trabalho usual. Não tem ponto pra bater e muitos ali vão embora e voltam, tem uma rotatividade muito alta.”

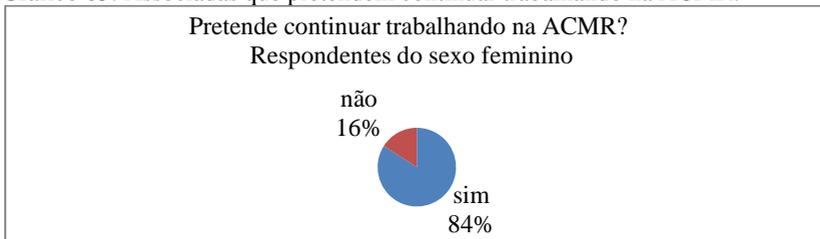
O segundo principal motivo que leva o Associado a permanecer na ACMR é a falta de um emprego melhor. Vinte por cento dos associados responderam que permanecem na ACMR apenas até encontrarem um trabalho com carteira assinada. Percebe-se que um forte motivo para o trabalho é o fator econômico e não a questão ambiental ou ecológica.

Desta forma, o catador é “[...] este ator que, sem espírito ambientalista algum, na verdade, está apenas lutando por sua própria sobrevivência nessa floresta urbana, [...]” (MAGERA, 2005, p. 33).

Ainda referente ao forte peso do fator econômico para a manutenção do Associado, pesquisa realizada em 2004 sobre a ACMR e a AREsp (outra associação de catadores de Florianópolis) revela que estas “estão, ainda, num estágio pré-cooperativista, por assim dizer, em que a sobrevivência econômico\financeira e a dicotomia entre a razão instrumental e a razão substantiva superam amplamente o valor da “participação social”, da “cidadania”. (BOEIRA; CAMPOS; FERREIRA, 2008, p.50)

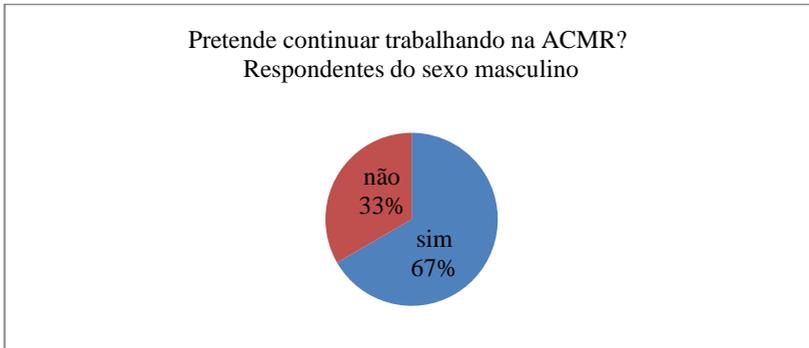
Todavia, vinte e uma das vinte e cinco questionadas (somando dezesseis por cento) disseram que pretendem continuar trabalhando na associação:

Gráfico 05: Associadas que pretendem continuar trabalhando na ACMR.



Já entre os homens o nível de aceitação é menor, apenas dezesseis dentre os vinte e quatro questionados disseram que pretendiam continuar trabalhando na ACMR, conforme quadro a seguir:

Gráfico 06: Percentual de homens que pretendem continuar trabalhando na ACMR.



A média geral de associados que pretendem continuar na ACMR é de setenta e seis por cento.

Conforme relatório anual da COMCAP (cujo último disponível é referente ao ano de 2012, porém publicado em 2013 no seu sítio eletrônico da empresa) o número de associados da ACMR caiu no último ano:

Em janeiro deste ano, a produção de materiais recicláveis em Florianópolis ficou 200 toneladas acima da média mensal, passando de mil toneladas no mês. Neste mesmo período, o contingente da Associação de Coletores de Materiais Recicláveis (ACMR), que recebe a maior parte desse material e o encaminha para a indústria da reciclagem, ficou reduzido a um terço, **caindo de 80 para menos de 30 trabalhadores**. O que provocou um acúmulo de materiais recicláveis no centro de transferência de resíduos da Comcap. (COMCAP, 2012, negrito meu).

Percebe-se, utilizando-se do terceiro nível de interpretação segundo Alvesson e Sköldbberg (2001), que os associados são considerados pela COMCAP como “trabalhadores” apesar de não receberem espécie alguma de salário, vale alimentação, vale transporte, INSS, FGTS, PIS, PASEP ou qualquer benefício que um trabalhador da

COMCAP (ou de um órgão público, visto que os mesmos fazem um trabalho que tem um fim público) venha a receber.

Portanto, nota-se que a cadeia de reciclagem é um imenso circuito produtivo em que o catador de material reciclável ocupa um lugar de importância, todavia, de forma paradoxal, trabalha em condições precárias (observações referentes à ACMR, realizadas pela pesquisadora: mau cheiro constante, trabalho em pé, muitas vezes embaixo do sol, no verão sem ar condicionado e no inverno sem aquecedor).

O associado, então, não obtém salário da COMCAP, apesar desta considerar que este efetua um trabalho. Além disso, perante a sociedade, o trabalho do catador é um serviço público (visto que a ACMR está dentro da COMCAP, que é prestadora de serviço público).

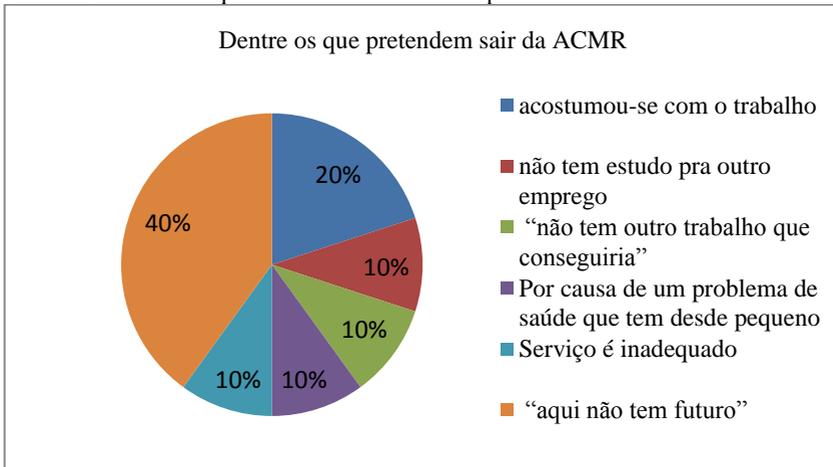
A ACMR aparece constantemente nos relatórios da COMCAP como se desta fizesse parte, como um parceiro, porém a mais importante parceria que ocorre é que a COMCAP cedeu o terreno para a Associação (mediante TAC do Ministério Público, ou seja, de forma imposta pelo Poder Judiciário) e lhe garante o material para trabalho: o resíduo reciclável.

Partindo-se para o quarto nível de análise segundo Alvenson e Sköldberg (2001), nota-se que apesar de aparentemente ser a ACMR que necessita da COMCAP para lhe conceder o material de trabalho, é o inverso: a COMCAP que precisa triar o material, sob pena de estar em desacordo com a lei. Desta forma, o catador participa como elemento base de um processo produtivo ou de uma cadeia produtiva bastante lucrativa (gera uma enorme economia para a COMCAP, e para os cofres municipais, como será analisado ainda neste trabalho) e necessária. Este processo tem como principal atividade o reaproveitamento de materiais que já foram utilizados e descartados e que podem ser novamente industrializados e recolocados no mercado para serem consumidos.

O triador da ACMR faz o trabalho mais desvalorizado, colocando suas mãos no lixo, para revender o material (já devidamente separado) a um atravessador. Sendo então (o triador) apenas um caminho, uma etapa nesta cadeia, onde ele é útil para todas as partes, porém só recebe de uma: o atravessador que lhe compra o material. Não recebe, então, nem o salário da COMCAP e nem o reconhecimento devido pela sociedade (que não o vê no galpão).

Este ciclo de exploração é o que leva muitos a desistirem ou abandonarem o trabalho, pois não enxergam um futuro na triagem. Dentre os triadores que afirmaram ter interesse em sair da Associação, quarenta por cento apontam: na ACMR “não tem futuro”.

Gráfico 07: Motivos que levam os associados a pensarem em sair da ACMR.



Dentre os que querem sair da ACMR, ainda há os que apontam como motivo para ficar, mesmo assim, o fato de terem se acostumado com o trabalho.

Em entrevista com o atual presidente da Associação, foi perguntado se os filhos dos coletores também já trabalham na ACMR: “Sim, já tem muitos [associados] que os filhos já estão trabalhando aqui.” (Entrevistado 2, 2013). Ainda segundo o entrevistado a adaptação dos filhos dos antigos associados é mais rápida do que a dos entrantes novos de fora da família, pois “eles [os familiares] já sabem [o trabalho]. Então a adaptação é bem mais rápida.” (Entrevistado 2, 2013). Esta adaptação pode significar mais um motivo para gerar um hábito, um costume com o trabalho na Associação.

Outros motivos apontados são a incapacidade de conseguir outro trabalho e a falta de estudo. Segundo a Entrevistada 1 (2013) : “Eles eram agricultores, e eles não têm escola, não estudaram então isso é mais uma coisa que é difícil pra eles se organizarem”.

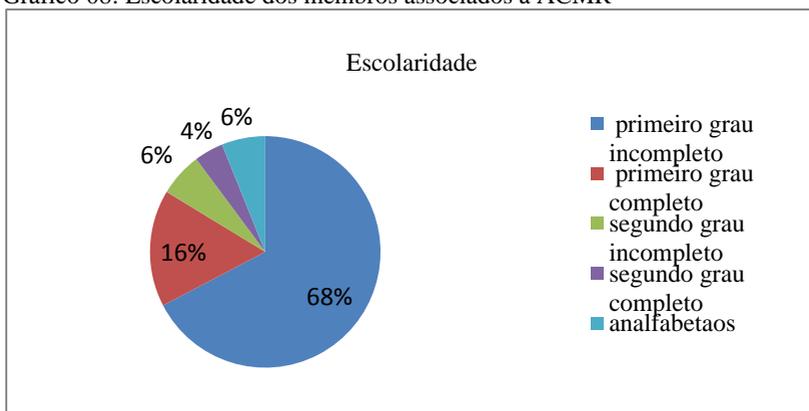
Ainda em relação à dificuldade de conseguir outro trabalho, pesquisa de 2004 afirma que muitos dos catadores continuam fazendo o mesmo trabalho por falta de opção, visto que não têm estudo:

Na AREsp, há uma rotatividade maior. Os questionários apontaram para uma relativa “satisfação com a atividade” (72,7% estão satisfeitos na ACMR contra 88,9% na AREsp), já que a opção por continuar fazendo o mesmo

trabalho é amplamente predominante. **Certamente, isso se dá por falta de melhores opções, por carência de escolaridade, conforme ficou evidente em comentários durante as entrevistas.** (BOEIRA;CAMPOS;FERREIRA, 2004, p. 50. Negrito da autora)

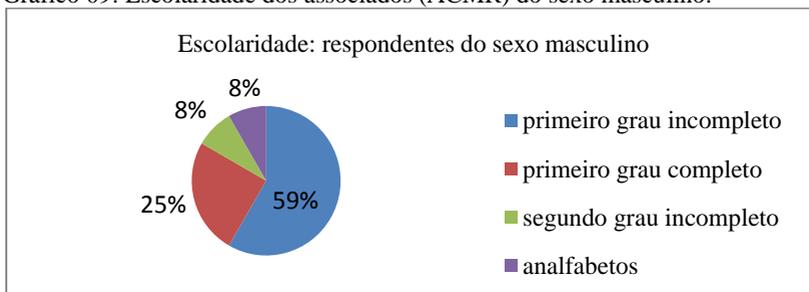
Quanto à escolaridade, trinta e três dos quarenta e nove questionados responderam não terem terminado nem o primeiro grau. Somando, desta forma, quase setenta (68%) por cento dos entrevistados.

Gráfico 08: Escolaridade dos membros associados à ACMR



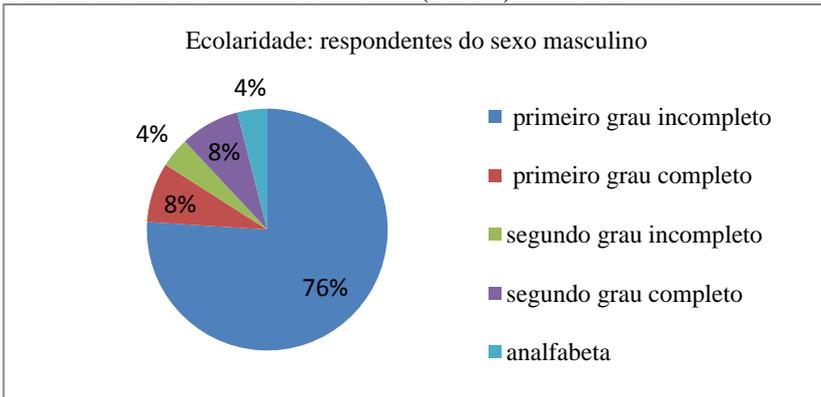
A escolaridade masculina é melhor que a média geral. Apesar de não haver na Associação homens com o segundo grau completo e dois terem se declarado analfabetos (nunca frequentaram a escola), conforme gráfico a seguir:

Gráfico 09: Escolaridade dos associados (ACMR) do sexo masculino.



A média das mulheres em relação à escolaridade é pior que a média masculina, considerando as que terminaram o primeiro grau.

Gráfico 10: Escolaridade das Associadas (ACMR) do sexo feminino.



Setenta e seis por cento das mulheres não terminaram nem o primeiro grau, sendo analfabetas funcionais (fato que pode ser percebido no momento do preenchimento do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido). Há entre as mulheres somente uma analfabeta. Dezenove entrevistadas não completaram nem o primeiro grau, e duas terminaram o segundo grau.

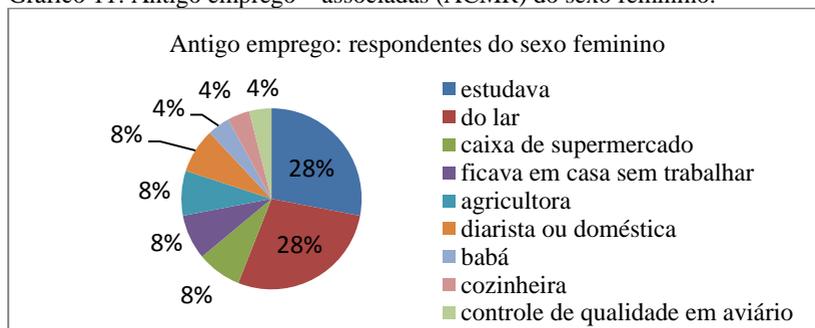
Em relação à alfabetização, a Entrevistada 1 coloca que os catadores em geral não confiam a importância necessária a esta, pois não percebem o resultado. Ela nos fala sobre o exemplo que teve na outra associação de catadores:

A AREsp participou de um programa de alfabetização vinculada à secretaria de educação. Eles tiveram um salto de 28 pra 36 [Reais] no dia trabalhado. Mas eles não querem ir pra escola porque a escola não é imediatista. A escola não dá resultado imediato. (Entrevistada 1, 2014)

Durante a aplicação dos questionários, a pesquisadora algumas vezes se valia da boa recepção do questionado para fazer pequenas entrevistas *ad hoc*. Nestas entrevistas, em relação ao tema escolaridade, os associados em geral respondiam que o estudo não adianta muito, pois “demora em dar resultado” e também porque eles já sabem que não terão tempo para chegar ao final dos estudos visto que precisam trabalhar então “trabalhar que dá dinheiro, estudar não dá”. Porém, percebe-se que a falta de estudos reflete nas oportunidades de emprego

que os triadores da ACMR podem conseguir, bem como nas suas antigas profissões. Dentre os antigos empregos citados pelas associadas do sexo feminino estão: diarista ou doméstica, babá, cozinheira e trabalho em supermercado.

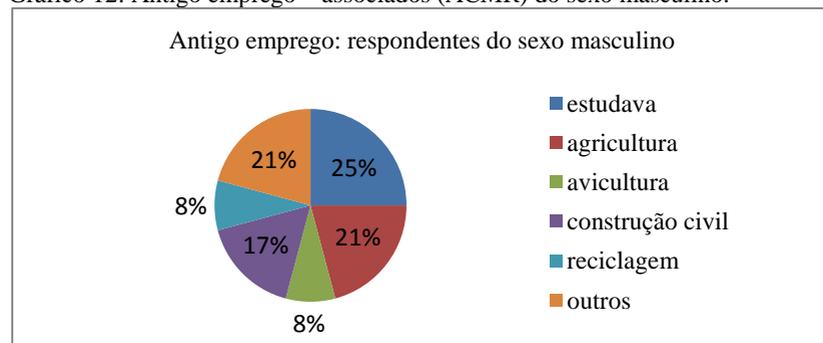
Gráfico 11: Antigo emprego – associadas (ACMR) do sexo feminino.



Sete das entrevistadas responderam que antes de trabalhar na ACMR estudavam, esta resposta se explica porque muitas das entrevistadas são novas ou começaram a trabalhar desde cedo e não tiveram chance de entrar no mercado de trabalho formal.

Percebe-se, ainda, um número grande de mulheres (sete no total) que afirmam terem sido apenas donas-de-casa antes de trabalharem na Associação. Em relação aos antigos empregos dos associados do sexo masculino, tem-se: servente, vigilante, pintor (os dois últimos dentro da opção “outros”). Destaca-se também a agricultura com vinte e um por cento das respostas:

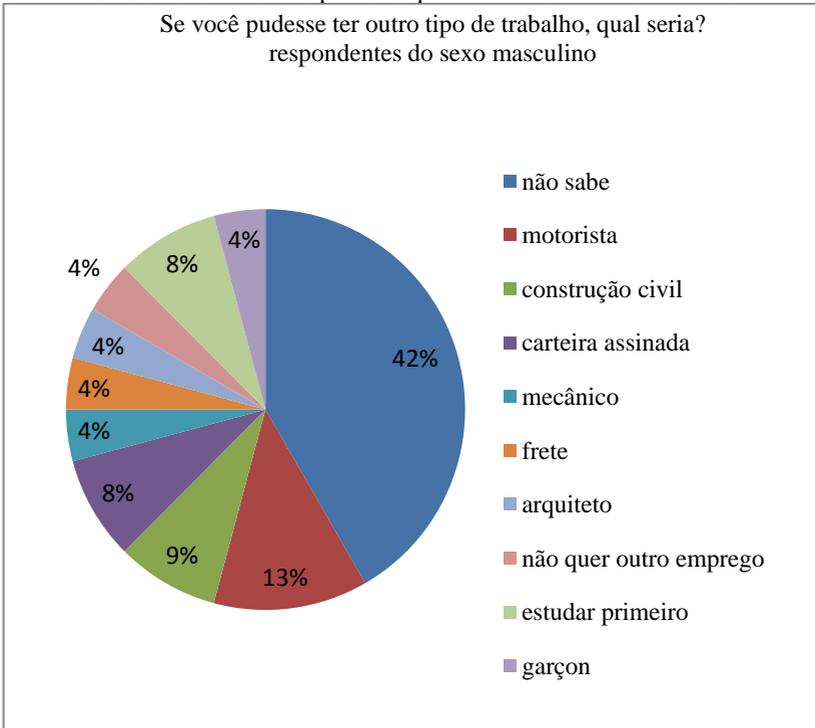
Gráfico 12: Antigo emprego – associados (ACMR) do sexo masculino.



Destaca-se ainda que seis dos respondentes afirmaram ter apenas estudado (e nunca trabalhado em outro local) antes de começarem a trabalhar na ACMR. Este dado indica novamente que a entrada de membros na ACMR acontece muito cedo, antes mesmo de terminar os estudos.

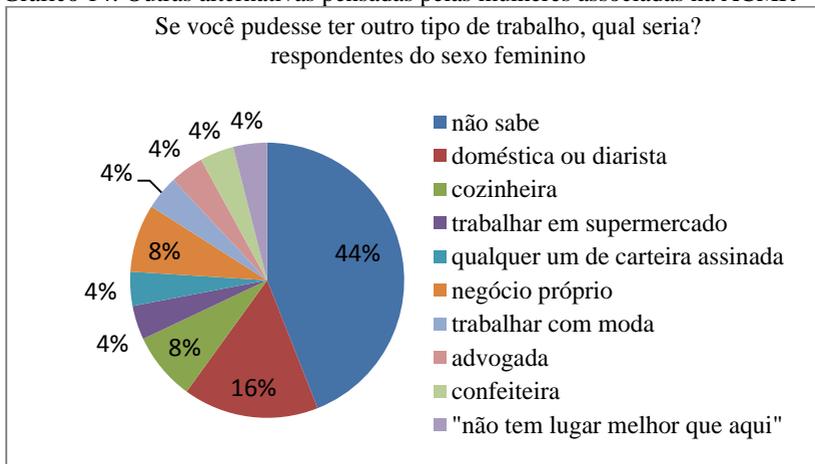
Os entrevistados foram questionados também em relação ao seu futuro: se pudessem ter algum outro tipo de trabalho, qual trabalho eles escolheriam? O dado mais alarmante encontrado refere-se aos quarenta e dois por cento dos entrevistados do sexo masculino que declararam não saber qual tipo de trabalho (além do que fazem agora) poderiam exercer.

Gráfico 13: Outras alternativas pensadas pelos homens associados na ACMR



As demais opções citadas foram parecidas com as opções dos empregos tidos anteriormente pelos mesmos. Uma respondente afirma não haver lugar para trabalhar melhor que a ACMR, assim como um respondente do sexo masculino também afirmou não pretender procurar outro emprego.

Gráfico 14: Outras alternativas pensadas pelas mulheres associadas na ACMR



Segundo um dos membros da associação, o que faz os triadores não conseguirem outro emprego é a falta de estudo.

PERGUNTA: Porque que vocês continuam trabalhando aqui?

RESPOSTA: Muitos de nós viemos lá da roça, a gente não tem estudo e faz muita falta isso. Eu não sei ler e isso me dificulta até para pegar um ônibus, mas eu comecei a me virar aqui na cidade e a ter minhas coisinhas. Fui adquirindo, hoje eu tenho esposa e duas filhas. (Entrevistado 4, 2014)

Em relação à procura de outro emprego, adentra também a questão da COMCAP precisar deles. Segundo relatório anual de 2012 (já citado nesta pesquisa) no último ano caiu muito o número de associados na ACMR. Esta situação é muito alarmante para a COMCAP, pois eles precisam dos triadores, fato que faz a empresa procurar convênio com outras associações não apenas em Florianópolis, mas até nas cidades vizinhas.

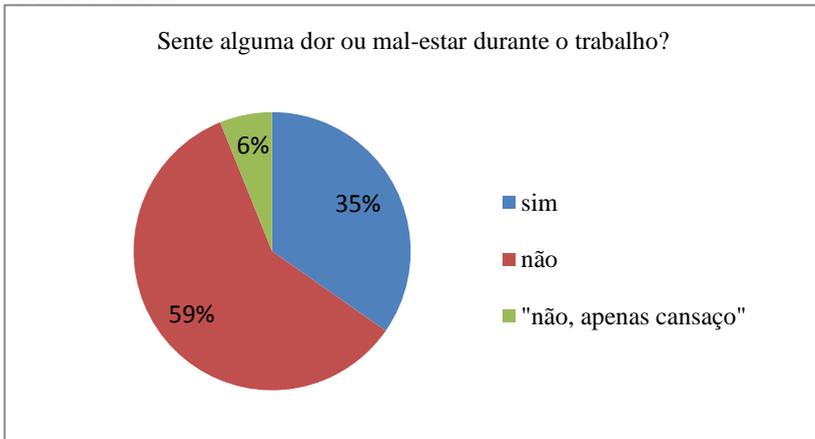
Em relação a esta questão a opinião da funcionária da COMCAP é de defender os interesses da empresa:

PERGUNTA: É uma tentativa constante de auto-afirmação. Se o catador conseguisse outro emprego, também não seria ruim para a COMCAP? Porque ela teria que pagar para outros fazerem aquele trabalho, que de certa forma eles fazem de graça.

RESPOSTA: Bom, se eu quero uma carteira assinada, tem uma questão de que eu não posso faltar. Eu tenho que ir todos os dias e trabalhar num horário certo. O sistema deles não estabelece comunicação real com o ambiente de trabalho usual. Não tem ponto pra bater e muitos ali vão embora e voltam, tem uma rotatividade muito alta. E eles também não querem pagar o INSS, eles poderiam estar pagando, mas eles não querem. Então a COMCAP não pode se tornar um veículo para ganhar dinheiro. Se forem prestar realmente um trabalho eles têm que seguir aquelas regras. (Entrevistada 1, 2014)

Mesmo com dezessete do total de questionados terem afirmado sentirem dor ou mal-estar durante o trabalho, quase metade (43%) dos associados não sabem qual outro emprego poderiam ter, para saírem de tal situação de mal-estar no trabalho:

Gráfico 15: Porcentagem dos associados que sentem alguma dor ou mal-estar durante o trabalho



Este dado é alarmante, pois pode indicar duas situações: ou a falta de condição de conseguir um emprego formal (falta de estudo ou outro motivo) ou a falta de motivação em sair da Associação.

Em relação às dores, os que a sentem durante o trabalho indicam que em sua maioria (quatro entre o total de dezessete que sentem dores) são dores de cabeça e nas costas e membros, visto que o

trabalho realizado é manual e em pé. A seguir, fotografias da mesa de triagem:

Imagem 09: Mesa de triagem dentro do galpão da ACMR



Imagem 10: Mesa de triagem encostada na parede do galpão da ACMR



O Presidente da Associação confirma que as dores são devido ao trabalho em pé e ao esforço repetitivo:

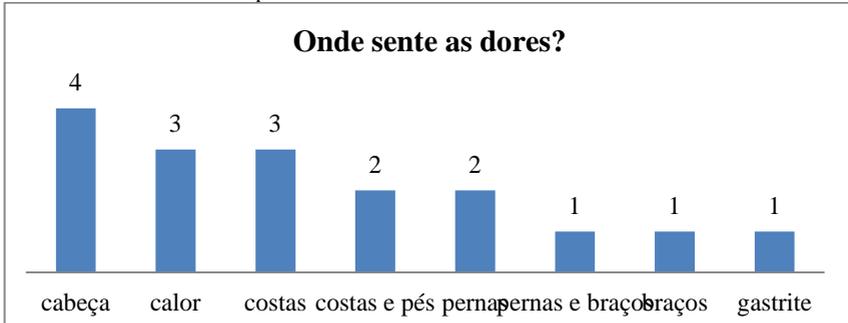
PERGUNTA: Tem muito problema de saúde aqui entre vocês?

RESPOSTA: Tem um pouco, lesão por esforço repetitivo é normal, mas é mais dor nas pernas,

porque o associado fica muito tempo em pé ao lado da mesa de triagem. (Entrevistado 2, 2013)

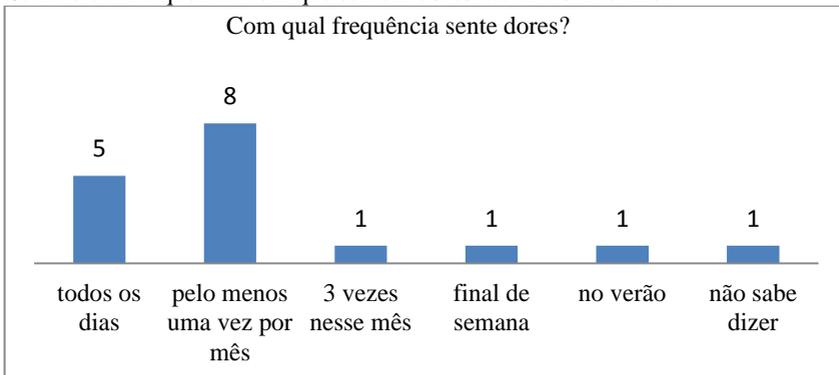
No questionário aplicado aos membros da ACMR, quatro dos que responderam sentir dores disseram que sentem dores de cabeça. Três deles afirmaram sentir muito calor. Um deles respondeu sentir gastrite e os demais sentem dores associadas às costas, pernas e braços:

Gráfico 16: Local do corpo onde sentem dores durante o trabalho.



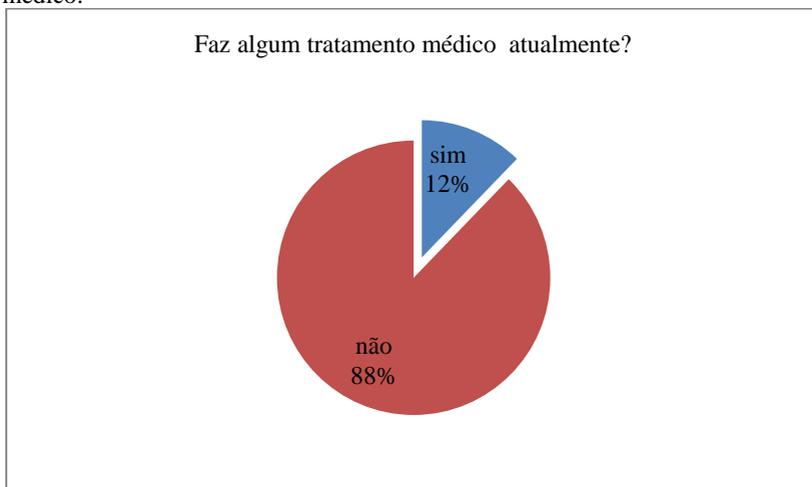
Ao serem questionados sobre a frequência com que sentem as dores, oito afirmaram sentirem dores pelo menos uma vez por mês. E cinco dos respondentes declaram sentir dores todos os dias.

Gráfico 17: Frequência com que sentem dores durante o trabalho.



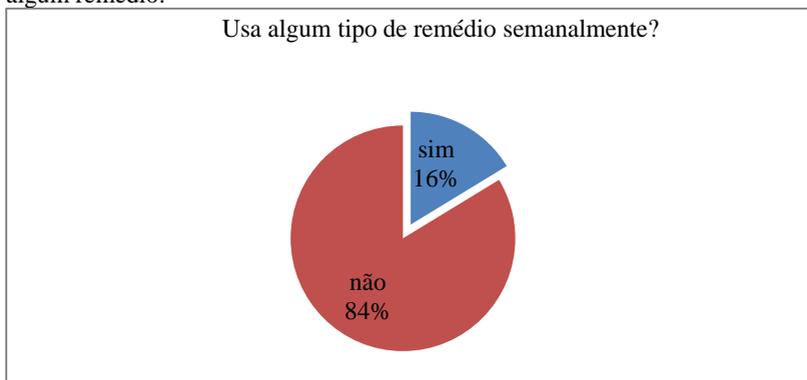
Apesar das dores, apenas seis dos entrevistados afirmaram realizarem algum tipo de tratamento médico para tratar das dores.

Gráfico 18: Porcentagem de associados da ACMR que fazem algum tratamento médico.



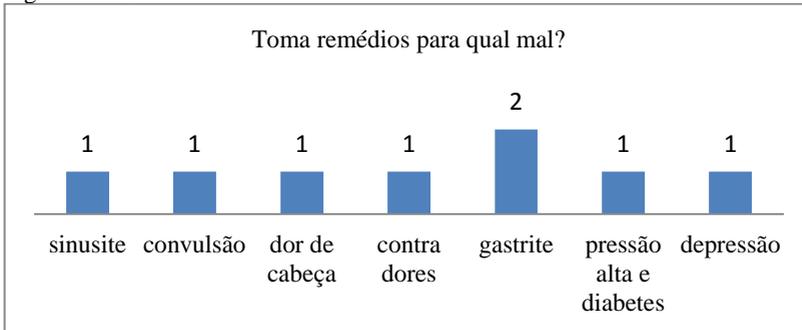
E apenas oito deles afirmam que tomam remédios semanalmente, somando dezesseis por cento.

Gráfico 19: Porcentagem dos associados da ACMR que sentem dores e tomam algum remédio.



Percebe-se que apesar de sentirem dores e estarem sujeitos a doenças, como leptospirose (segundo Entrevistado4, visto que o mesmo afirma ter tido a doença), os associados não têm plano de saúde nem pagam INSS, mesmo afirmando terem diversas doenças, tais como:

Gráfico 20: Tipos de remédios que os associados da ACMR tomam regularmente.



Apesar de muitos terem problemas de saúde, eles não pagam INSS, segundo palavras do Presidente quando perguntado se os associados pagavam o INSS: “não, nós somos todos como autônomos” (Entrevistado 2, 2013).

A opinião da funcionária da COMCAP sobre o assunto é que apesar da qualidade de vida deles ter mudado, em alguns aspectos financeiros, eles continuam sem se incluir formalmente na sociedade:

Por exemplo, um fator de inclusão social, que eu considero, é o pagamento do INSS. Eles querem gastar o dinheiro rápido, mas não querem pagar o INSS. Então não existe a entrada deles na sociedade.(Entrevistada 1, 2014).

Ainda sobre a ascensão social econômica dos associados, a Entrevistada1 coloca que:

Certa vez eu fui na festa deles (quando eles ficavam em baixo da ponte) e era uma mesa com uma caixa de papelão. Já ano passado eles fizeram uma festa tão bonita que eu achei que eu estava no lugar errado. Primeiro os carros que estavam estacionados, eram todos carros bons, alguns novos. E as roupas que eles estavam: todos com roupas novas, bonitas e na moda.(Entrevistada 1, 2014).

Em relação à inserção deles na sociedade, nota-se que tanto a percepção da Entrevistada, funcionária da COMCAP, quanto à percepção dos próprios catadores (conforme entrevista 4) é a noção capitalista de crescimento. A entrevistada conta que ajudou os catadores

a criarem a associação deles explica como foi (segunda ela) a evolução dos catadores em relação à inclusão social dos mesmos:

Eles criaram uma consciência. Antes parecia que eles não estavam na cidade, eu tive que mostrar tudo, eu fiz CPF pra eles e fiz conta no banco porque com o endereço da ACMR eles podiam criar conta e fazer prestação e ter cartão de crédito. (Entrevistada 1, 2013).

Assim, numa “Sociedade aquisitiva” (FROMM,1982 p.80) aquele indivíduo que não consome é visto como marginal, como uma pessoa estranha.

A Alternativa ter contra ser não fala imediatamente ao sendo comum. Ao que tudo indica, ter é uma função normal de nossa vida: a fim de viver nós devemos ter as coisas. Além do mais, devemos ter coisas a fim de desfrutá-las. Numa cultura em que a meta suprema é ter – e ter cada vez mais – e na qual se pode falar de alguém como “valendo um milhão de dólares”, como poderá haver alternativa entre ter e ser? Pelo contrário, tem-se a impressão de que a própria essência de ser é ter: de que se alguém nada tem, não é. (FROMM, 1982, p. 35)

Em relação ao terceiro nível de análise, segundo Alvesson e Sköldberg (2001), os catadores se inseriram na sociedade, mas apenas da forma consumista, eles compram e assim são vistos como alguém de valor pelos outros:

E eles começaram a ganhar muito dinheiro. A ACMR começou a dar riqueza, eles não iam mais com o transporte cedido pra lá, eles compraram carro, eles tinham uma vida mais legal. Eles Fizeram um dia uma festa lá e eu fui arrumada e eles gostaram disso, acharam que foi bom da minha parte. Atualmente eles têm festa deles, mas é num salão alugado, contratam gente pra limpar depois, entende? E eu fui de roupa assim com um short e uma camiseta simples e tinha outras mulheres lá tão bem arrumadas que tu não imagina como é que eles estão hoje. (entrevistada 1, 2013).

Numa sociedade voltada para o consumismo, o importante é o que temos e conquistamos. Assim, formas de crescimento e de exercício de paz e tranquilidade (mental, espiritual, etc.) são descartados em detrimentos de atividades que tenham rendimento e resultado. Neste

cenário do catador de lixo, apesar de seu trabalho ser extremamente útil e importante para a sociedade, ainda há em seu trabalho um forte estigma:

Se, em nosso mundo, vigora a máxima de que “o trabalho dignifica o homem”, se ele é o atributo que qualifica como “bom” um chefe de família e que, em contrapartida, lhe assegura respeito e integração social à sociedade, que dignidade emerge desta atividade tão rejeitada e estigmatizada? (JUNCÁ; GONÇAVES; AZEVEDO, 2000, p. 14).

O trabalho é uma mercadoria e o próprio homem é uma mercadoria. Se ele nada produz, nada vale.

Percebe-se então, que há um aumento da renda e melhoria da qualidade de vida do associado, porém não há uma melhora da condição cultural dos mesmos, porque a melhora financeira “[...] é só uma resposta imediata de ganho imediato, mas isso não alterou a condição social do indivíduo. Porque isso não altera a condição social do cidadão porque o dinheiro não intervém” (Entrevistada 1, 2014). Ainda sobre a diferença entre melhorar a renda e melhorar a qualidade de vida:

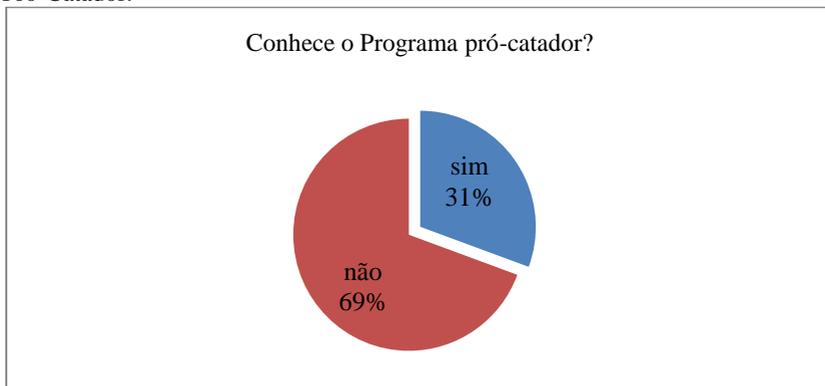
Quanto menos cada um comer, beber, comprar livros, for ao teatro ou ao baile, ao bar, quanto menos cada um pensar, amar, teorizar, cantar, pintar, poetar, etc., tanto mais poupará, tanto maior será o seu tesouro. [...] Quanto menos cada um for, quanto menos cada um expressar a sua vida, tanto mais terá, tanto mais será a sua vida alienada e maior será a poupança da sua vida alienada. Tudo o que o economista lhe retira da vida e da humanidade, repor-lho-á em dinheiro e em riqueza. Tudo o que não pode por si mesmo, consegui-lo-á o dinheiro em seu lugar: pode comer, beber, ir ao baile, ao teatro. Sabe adquirir a arte, a erudição, os tesouros históricos, o poder político; pode viajar, apropriar todas essas coisas, comprar todas essas coisas. Ele é a verdadeira fortuna (MARX, 1987, p. 184).

Esta falta de interesse na busca de informações é preocupante, o Próprio Presidente da Associação não vê melhorias em relação ao Programa Pró-catador: “Não, aqui não tem nada” (Entrevistado2, 2013).

O Programa poderia gerar muitos benefícios aos associados, porém apenas quinze do total de quarenta e nove respondentes conheciam o Programa Pró-Catador. Mostra-se preocupante a ampla

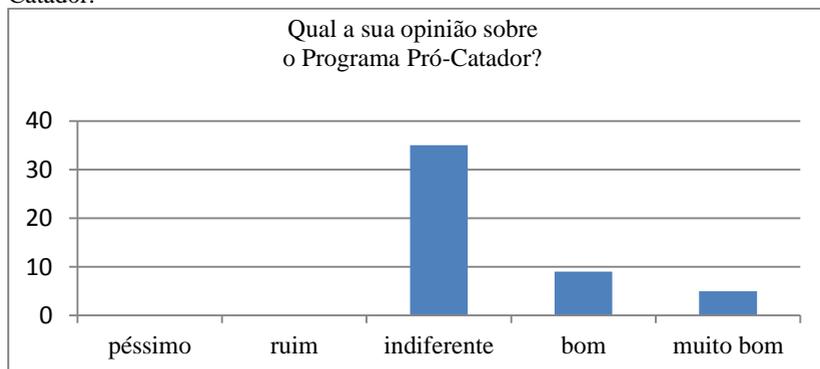
maioria (69%) dos questionados declararem desconhecer Programa. Sendo que o maior objetivo deste é a melhora da sua qualidade de vida e do seu trabalho:

Gráfico 21: Porcentagem de associados da ACMR que conhecem o Programa Pró-Catador.



Sendo assim, a maioria dos questionados afirmaram indiferença em relação ao Programa Pró-catador:

Gráfico 22: Opinião dos associados da ACMR em relação ao Programa Pró-Catador.



A indiferença dos questionados em relação ao Programa é preocupante, não obstante:

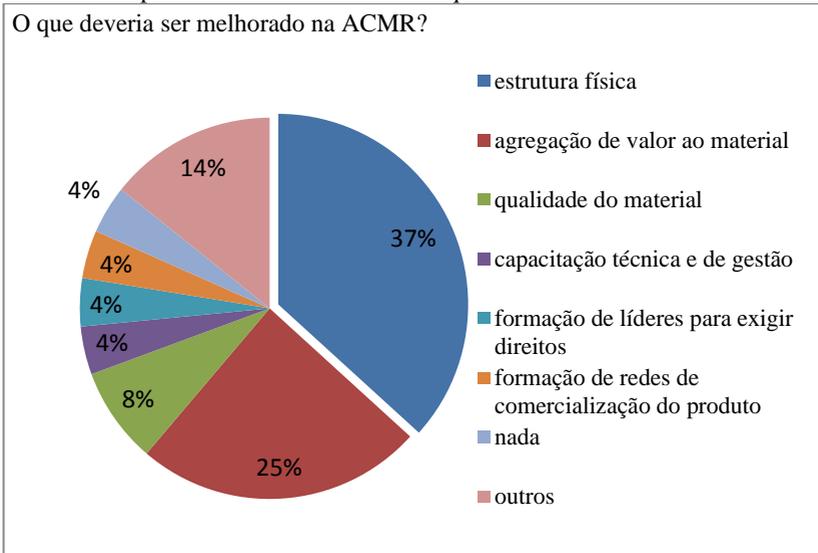
As delimitações da temática do Programa pró-Catador são importantes porque o comitê Pró-

Catador está totalmente inserido na discussão de ver o catador como figura humana e fortalecer o catador. Todos os projetos se originam dentro do Comitê Interministerial. (Entrevistada 1, 2014).

Muitas das Propostas do Pró-Catador, instituído pelo decreto número 7.405, são em benefício de melhorias para as Associações como capacitação, maquinário e estrutura física, como versa o artigo segundo do decreto, o Programa visa a “implantação e adaptação de infraestrutura física de cooperativas e associações de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis.” (BRASIL, 2010, art. 2º).

Por este motivo, entra em contradição o discurso do catador em ser indiferente ao Programa, pois dezoito dos quarenta e nove questionados (somando 37 %) responderam esperar melhorias na associação referentes à a infraestrutura física.

Gráfico 23: Opinião dos associados sobre o que deve ser melhorado na ACMR.



Dentre os que responderam estrutura física, alguns mencionaram especificamente algumas máquinas que deveriam ser compradas, tais como: um caminhão, um moinho, uma empilhadeira e mais uma máquina de prensa. Abaixo fotos de algumas máquinas usadas na Associação.

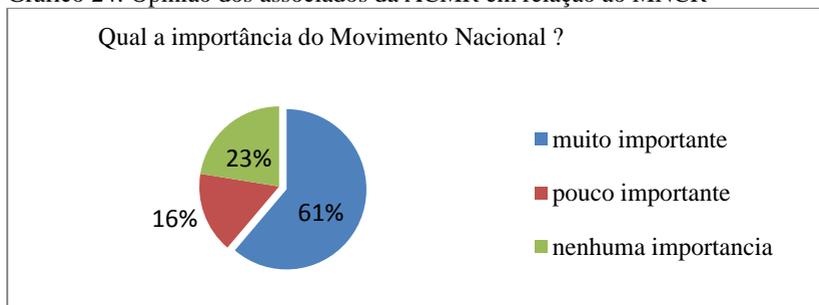
Imagens 11 e 12: Máquinas utilizadas na ACMR.



Nota-se que muitos dos aspectos que os triadores aguardam melhorias na Associação estão ligados às diretrizes estabelecidas pelo Programa Pró-catador, ao qual eles não demonstram interesse.

Da mesma forma, os associados também não procuram informações sobre o Movimento Nacional e alguns chegam a responder que o Movimento não é importante. Vinte e três por cento dos Respondentes afirmaram ser da opinião de que o Movimento Nacional (MNCR) não tem importância alguma e dezesseis por cento dos questionados responderam considerar o Movimento pouco importante.

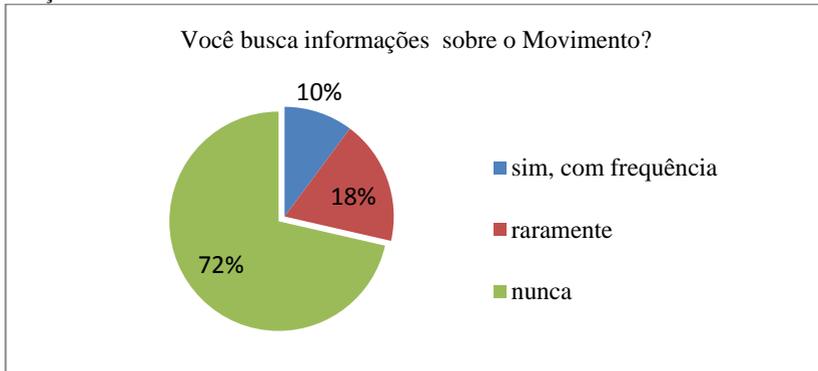
Gráfico 24: Opinião dos associados da ACMR em relação ao MNCR



Apesar da maioria (61 %) dos questionados afirmarem que o Movimento Nacional é muito importante para suas vidas, mostra-se pequena a quantidade de associados atualizados sobre o Movimento. Isso é preocupante, pois o mesmo é uma fonte de força para os catadores e uma via para encontrarem seus direitos mais básicos de cidadãos.

Setenta e dois por cento dos questionados responderam nunca pesquisar notícias sobre o Movimento Nacional de Coletores de Materiais Recicláveis.

Gráfico 25: Porcentagem dos associados da ACMR que buscam se informar em relação ao MNCR.



Segundo a funcionária da COMCAP:

[...] a separação deles em relação ao Movimento é crônica aqui em Florianópolis que é onde eu conheço. Então quando tem um evento eles delegam tudo para o presidente e não sabem o que acontece. Porque eles querem trabalhar e ganhar, eles focam nisso e delegam o resto para o presidente. (Entrevistada 1, 2014)

Tem-se como dado empírico, para interpretação em nível 1, segundo Alvesson e Skölberg (2001) a separação da Associação em relação ao Movimento Nacional, à pedidos da própria ACMR. O líder do MNCR (Entrevistado 3) explica que “ela pediu pra se afastar, porque a política que eles têm é interna.” (2013). Assim, o próprio presidente atual da Associação (entrevistado 2) afirma “somos nós mesmo que fazemos o nosso movimento” (2013).

Para a funcionária da COMCAP, a ausência do Movimento na ACMR pode gerar problemas, visto que:

Na ausência de Movimento dentro da ACMR ela acaba vendo os benefícios através da COMCAP, mas eles não têm a percepção de que a COMCAP consegue essas coisas através do Movimento Nacional e do comitê interministerial. (Entrevistada 1, 2014).

Deste dado empírico pode-se partir para um terceiro nível de interpretação, segundo Alvesson e Skölberg (2001), pois foi percebido interesse por parte da ACMR (que pode ser apenas da diretoria ou de toda a Associação) em negar o Movimento.

A partir dessa negativa em relação ao Movimento pode-se concluir que os associados preferem ter a sua autonomia, e não seguir as os dizeres do Movimento. Uma segunda hipótese é que eles não querem críticas externas. Há também possibilidade desta ruptura com o Movimento ser consequência de alguma ruptura com a própria figura do representante estadual do Movimento, como pessoa. Pois este foi membro fundador da ACMR e largou a Associação para se envolver mais com as questões do MNCR. Segundo ele a Associação se afastou do movimento:

[...] porque eles não se alinham nas regras e os princípios do movimento porque eles exploram os catadores dentro da base, dentro da associação. Agora que tem a reforma eles até estão tralhando juntos, mas o que eles fazem é trabalhar individual e revendem por quilo então a divisão do rendimento é muito diferente. Eles beneficiam alguns. Eles pagam, por exemplo, 60 centavos de plástico, mas eles vendem a R\$ 1,80 então isso é uma exploração dentro da associação. Isso não é uma coisa que o movimento tem que debater, é uma coisa pública, porque o espaço é público, é responsabilidade da prefeitura ou o ministério publico que tem que fazer.

Eu não estou lá dentro, e isso ocorre porque eles próprios pediram para o movimento (Movimento Nacional de Catadores) estar fora. Porque, na minha opinião, nós atrapalhamos eles. Claro que eu atrapalho porque eu não aceito isso. Tanto eu não aceito esta forma deles de trabalhar, que eu saí. Eu trabalhei lá até 2010 (ou 2011). E eu fui um dos fundadores e hoje estou fora da própria associação que nós montamos. Isso dói e não dói pra mim porque hoje eu também não tenho tempo pra ficar lá dentro triando material porque eu tenho uma demanda social muito grande. As políticas públicas e sociais que tenho que fazer, são muitas reuniões. (Entrevistado 2, 2013).

Porém, a ACMR consegue muitos projetos com ajuda do Movimento,entretanto isso não fica muito claro para os integrantes, “o *não saber* não se restringe só à ACMR, a AREsp recebeu uma nova esteira pelo projeto FUNASA, mas eles nem sabem da onde vem o dinheiro.” (Entrevistada 1, 2014, itálico da autora).

Considerando o terceiro nível de análise (Alvesson e Sköldberg, 2001), é alarmante a falta de informação e o desinteresse dos catadores, pois estes fatores os tornam mais vulneráveis às manipulações. Mostra-se preocupante também a falta de parcerias com outras instituições. A ACMR mantém a autonomia, mas em contrapartida fica mais fraca por estar sozinha.

Do mesmo modo, em relação ao terceiro objetivo específico deste trabalho (ao envolvimento da sociedade e projetos de parcerias), percebeu-se que não existem mais parcerias com a ACMR como existiam há cerca de 10, 12 anos atrás.

A parceria que existe é em relação ao material. Atualmente a ACMR tria algum material que é trazido de convênios (esse material vai diretamente para os triadores). Esses convênios são descritos assim pela COMCAP:

Através de convênios, a Comcap faz a coleta em 18 instituições públicas (apoio ao atendimento ao Decreto Federal 5.940/2006) e empresas privadas com geração de grandes volumes de materiais recicláveis e que destinam para as associações de catadores, tais como: Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, CREA-SC, Forças Armadas, TRT, IFSC, entre outros. (COMCAP, 2012).

Porquanto se antes o catador pretendia ser reconhecido pela sociedade, agora ele não é mais visto por esta, ele fica parado no galpão dependendo da COMCAP.Na Imagem abaixo, caminhão da COMCAP chega na sede da Associação para deixar material recolhido nos domicílios da cidade:

Imagem 13: Caminhão da COMCAP despejando o material na Associação.



Percebe-se uma grande diminuição da relação direta do catador com a sociedade. Atualmente a relação é do catador com a COMCAP, ou com a Prefeitura Municipal.

A Associação também cortou o vínculo com o Movimento Nacional, e não há interesse em desenvolver parcerias com as outras Associações de Coletores. Então agora a comunicação deles é quase exclusivamente com a COMCAP, de onde eles imaginam que vem toda a sobrevivência deles.

Considerando o terceiro nível de análise (Alvesson e Sköldberg, 2001), esse cenário é preocupante, porque os catadores estão mais isolados, mais fracos, mais dependentes e mais facilmente manipulados. Apesar dos associados prestarem um serviço para a COMCAP (e pra sociedade também) eles se isolaram muito da sociedade, e das demais possibilidades que eles teriam de parcerias.

A ida para o galpão melhorou em partes o desgaste físico do Associado, porém dificultou a sua inserção em parcerias com a comunidade. A transferência para o Itacorubi melhorou a qualidade de vida e tirou os catadores das intempéries do tempo, apesar do trabalho deles ainda continuar sendo muito desgastante fisicamente:

PERGUNTA: Em nome do grupo, você acha que foi melhor ou pior se mudar para um galpão?

RESPOSTA: Foi melhor porque tinha o desgaste físico quando o catador puxava o carrinho. Eles corriam também muitos riscos de acidente de trabalho, no trânsito também. Então vindo pra cá

[galpão ao lado da COMCAP, no Itacorubi] melhorou bastante. Mas na verdade tem um outro problema que surgiu: é que nós temos que trabalhar muito tempo parado no mesmo local, então o pessoal acaba sentindo muito dor nas costas dor de cabeça. Ficou melhor, mas surgiu outro tipo de problema. (Entrevistado 2, 2013).

Há cerca de 10 anos a sociedade, principalmente universidades e ONGs, estava interessada nos catadores, quando eles estavam nas ruas, agora que eles estão no galpão não há mais o envolvimento da sociedade:

É paradoxal você querer trazer o catador de rua para o galpão porque o catador de rua tem o contato com os moradores (de colher material) ele aparece na rua, ele tem outra atividade. E eles ali no galpão, acabaram ficando numa função com caráter autômato sem muita ligação com a questão que eles tinham antes, quando eles eram vistos recolhendo o material. (Entrevistada1, 2014)

Considerando o terceiro nível de análise, segundo Alvesson e Sköldbberg (2001), a pesquisadora percebeu que sociedade era mais engajada com a questão o catador quando este era mais visível, agora que o catador se tornou triador e está num galpão afastado do movimento da rua (a ACMR fica atrás da COMCAP, não passa carro na frente e muitas pessoas nem ao menos sabem se há uma Associação naquele local) e dos moradores da cidade, não há mais tanto envolvimento da sociedade civil.

O fato de eles terem saído do centro foi ruim porque eles eram mais ativos no centro. Mas a COMCAP pensou num bem que seria enviá-los para o galpão. Tirá-los da rua, do frio e do vento. No comitê nós pensamos nisso. O catador tem uma forma de lidar com o lixo que é totalmente diferente. Quando a gente passa no lixo a gente vê apenas lixo, eles não, eles observam o que pode aproveitar. Então ele tem uma inteligência em relação a isso. Mas eu acho que o galpão é limitante nesse sentido. (Entrevistada1, 2014).

Considerando ainda o terceiro nível de análise, segundo Alvesson e Sköldbberg (2001), nota-se que falta o envolvimento da sociedade civil da cidade de Florianópolis com a situação do catador das Associações e do resíduo em si. Há diversos modelos de outros locais

em que o envolvimento da sociedade é maior, como afirma a Entrevistada 1:

Em Ourinhos tem dez mil habitantes e a sociedade fica numa situação de participação. Já a comunidade de Florianópolis ela fica fora disso, ela só recolhe o material e não se envolve com a questão. A pobreza não é do catador, somos nós que olhamos para o catador assim.(Entrevistada1, 2014).

Na opinião da Entrevistada, falta uma integração da sociedade com o catador

Eu acredito que não se discute a condição básica do catador. Nem digo a básica, mas a estrutura dele e a ligação desse sujeito com uma integração com a sociedade de Florianópolis. O catador está numa condição hoje, que não o tira da concepção que a gente tem de que ele é “o resto”, como o resíduo é também “o resto”. Porque ninguém vê o catador, ninguém conhece. Porque ninguém conhece o catador, ninguém sabe o que é a associação. Quando as pessoas vão lá elas se chocam com o que é a associação. (Entrevistada1, 2014).

Voltando à reflexão do quarto nível de análise, segundo Alvesson e Sköldbberg (2001), não se pode concluir se foi a sociedade que excluiu o catador ou se ele mesmo que não está mais deixando a sociedade se aproximar dele. A pesquisadora percebeu através de suas Observações (vide Apêndices) que há uma grande desconfiança por parte dos associados em receber pessoas de fora na ACMR.

A mesma desconfiança também é sentida pela Entrevistada1 que, mesmo tendo participado da história da associação desde seu fundamento (tendo ajudado neste) se sente muitas vezes vítima de suspeita por parte dos coletores:

No ano de 2011 eu fiquei um ano indo semanalmente na ACMR para fazer reuniões com a diretoria, quando toca no cerne da questão da partilha. Eles nunca falam. Eu sempre entendi que a diretoria era uma forma de administração, porém parece que é uma forma de ganho da diretoria, porque se tu tocas no cerne dessa questão eles não explicam, não abrem a partilha pra gente. Então se a há uma desconfiança de abrir isso é porque há um entendimento de que está errado. Há uma

consciência de que está errado. (Entrevistada 1, 2014).

Comprovou-se posteriormente que há este receio por parte dos associados, o que pode ser notado na fala do entrevistado 4, quando explica sobre a Entrevistada 1:

Com a X aconteceu uma coisa, nós considerávamos ela nossa madrinha, alguém que ajudou muito a associação, só que um dia ela falou coisas que não deveria pros grandões.

PERGUNTA: Quem são esses a que você chama de “grandões”?

RESPOSTA: O prefeito Dário Berger e os vereadores numa reunião que nós tivemos. Ela falou que alguns dos associados tinham comprado carro novo e ela começou a falar das coisas que nós tínhamos adquirido e nós achamos que ela deveria ter pensado antes de falar.

PERGUNTA: Mas qual o problema teria ela falar isso? Afinal, não há problema em vocês melhorarem a vida de vocês.

REPOSTA: É que ela disse que alguns tinham adquirido e outros não, que só a diretoria estava com “carrão” e que os outros ganhavam menos. Ela quis nos chamar de ladrões. Nós achamos que ela falou demais, que deveria ter pensado antes de falar aquilo para o [Prefeito] Dário na nossa frente. É porque muitos dos associados não sabem falar e ela sim, então ela tomou as rédeas da reunião aquele dia, mas acabou falando o que não deveria.

PERGUNTA: Mas isso é verdade, que a diretoria ganha mais?

RESPOSTA: A gente vai adquirindo coisas, eu hoje não tenho meu carro, mas já tive e logo vou ter novamente. Eu já fui da diretoria e hoje não sou porque é muito problema, mas eu ainda participo das coisas e eu ensino muito. Esse presidente que está lá ele é muito correto mesmo. Ele está lá há 12 anos participando da diretoria, mas é um menino. Ele é um menino muito correto.

PERGUNTA: E o que aconteceu a partir disso, desse desentendimento com ela?

RESPOSTA: nós começamos a nos afastarmos dela. (Entrevistado 4, 2014).

Em relação à partilha e à diferença de ganhos entre os associados, o Presidente da Associação explica como ele faz a divisão de valores:

PERGUNTA: Como vocês fazem a divisão dos valores?

RESPOSTA: Até terminar a reforma estamos trabalhando no coletivo, está sendo rateado entre todos. Tem uma regra que é assim: ele pode ganhar na produção individual, mas se ele for trabalhar no coletivo ele precisa trabalhar igual aos demais. Então tem associados que ficam observando e se a pessoa não produzir legal no dia do acerto ele vai ter uma porcentagem de desconto que aquela semana, por exemplo, setenta e cinco por cento. (Entrevistado 2, 2013).

Assim, há uma divisão entre alguns que recebem um valor semanal referente à sua produção individual e outros associados que recebem um percentual do lucro coletivo (este então é dividido igualmente). Segundo o Entrevistado 2 (2013), alguns trabalham no *individual* porque “rendem mais” (ou seja, são mais rápidos na triagem) e outros “rendem menos” e por isso trabalham no *grupo*, recebendo um percentual. Há uma diferença então entre alguns membros que trabalham de forma cooperativa e outros trabalham individualmente. Este é um assunto muito controverso, a questão da partilha, com pode-se analisar da fala da Entrevistada 1, a seguir:

Eu experimentei na ACMR duas ou três tentativas de fazer o “centrão” ou o “partilhão” que seria uma parte (um quarto) do galpão para fazer a partilha. Há muitas dificuldades na hora da partilha. Que é um problema, porque se tem uma mesa de partilha e eu chego às sete horas da manhã e tu chegas às dez horas então no fim da semana tu e eu ganhamos a mesma coisa só que eu cheguei sempre mais cedo. Agora se tivesse uma balança pra pesar separado cada material não ia ter mais problema de partilha, então daria para ter um verdadeiro controle do rendimento daquela mesa. Mas não sei se tem um real interesse deles em fazer isso. (Entrevistada 1, 2014).

O valor gerado pelos associados é tão somente proveniente da venda do material (fornecido) pela COMCAP, não há pagamento pelo trabalho em si. A relação existente entre a ACMR e COMCAP não

configura a clássica relação entre trabalhador e empregador, conforme a citação a seguir,

O trabalhador deverá receber como pagamento pelo seu trabalho, um valor suficiente para satisfazer as necessidades imprescindíveis na manutenção da vida e da sua capacidade de trabalho. O valor da força de trabalho compreende o valor das mercadorias necessárias para reproduzir o trabalhador, ou seja, para perpetuar a classe trabalhadora (MARX, 2005, p. 203 apud RZATKI, 2008, p.56).

A única relação da ACMR com a COMCAP é a entrega do material a ser reciclado pelos associados, alocados no terreno cedido pela COMCAP devido ao TAC.

A relação empregatícia é inexistente e priva os associados de benefícios previstos na legislação trabalhista brasileira (PIS PASEP, INSS, Vale alimentação, Vale transporte e outros benefícios trabalhistas).

Existente é a dependência dos catadores em relação ao material a ser reciclado, o qual garante condições mínimas de sobrevivência, quando pelo esforço de seu trabalho, gera renda de forma autônoma.

Apesar disso, estes triadores conseguem gerar (com a venda do material triado pelos mesmos) “um valor suficiente para satisfazer as necessidades imprescindíveis na manutenção da vida e da sua capacidade de trabalho” (MARX, 2005, p. 203 apud RZATKI, 2008, p.56). De forma que a COMCAP consegue manter solucionado o problema do material reciclável visto que o triador continua tendo condições de exercer suas atividades.

Em termos de analogia, a situação dos membros da ACMR poderia se caracterizar a relação como análogo à escravidão ou à servidão. Visto que os associados estão em situação muito frágil e dependente tanto da COMCAP (material e terreno) quanto dos diretores da própria ACMR que ditam as regras de partilha de valores, segundo opinião do líder do Movimento Nacional “[...] é uma escravidão branca que acontece lá. O Ministério Público já foi lá, mas as pessoas têm medo de falar.” (Entrevistado 3, 2013). Enquanto a COMCAP prover o material, eles sobrevivem, quando não, finaliza o vínculo e o que pode garantir a sobrevivência dos associados. Ou seja, muito distante de uma relação empregatícia clássica.

A relação é COMCAP-ACMR é muito mais uma relação de patronagem/clientelismo. Voltando para a reflexão teórica (utilizando-se

o método de Alvesson e Sköldbberg, 2001) sabe-se que o clientelismo é marcado por um sistema de trocas, ou acordos em que uma parte é mais fraca que a outra, gerando uma subordinação que (paradoxalmente) é entendida pelos clientes como solidariedade.

O clientelismo remonta à época Feudal, em que o senhor feudal (dono das terras) obrigava os camponeses a trabalharem 5 dias por semana de graça na terra do senhor. Em troca do trabalho gratuito o camponês recebia um pequeno pedaço de terra onde poderia (nos dias de folga) plantar para gerar sua sobrevivência. Algo parecido ocorre entre a COMCAP e os catadores. Estes, em troca de poderem trabalhar num pedaço do terreno da COMCAP (que foi cedido para eles) acabam não cobrando salário algum pelo trabalho realizado, e ao final do trabalho vendem o material para conseguirem seu sustento. A COMCAP é beneficiada por ceder o terreno e o material de trabalho e com isso os Associados se sentem beneficiados também, sendo que na verdade estão em uma situação de subordinação.

Os Associados da ACMR dependem do terreno da COMCAP, bem como do material, para conseguirem realizar seu trabalho.

No clientelismo um patrão pode ter vários clientes, porém um cliente fica subordinado a um só patrão. É o que ocorre com a ACMR que se encontra no terreno da COMCAP e se encontra subordinada a ela. Enquanto a COMCAP tem outro cliente (a AREsp) e está (segundo seu relatório anual de 2012, como já explicitado neste trabalho) procurando mais clientes, mais associações para realizar o acordo de subordinação.

Em virtude desta exploração, muitos dos associados estão descontentes com o seu trabalho e a sua qualidade de vida (como pode ser percebido pelo gráfico 5 em que 40 % dos associados dizem que gostariam de abandonar a Associação porque ali não têm futuro). Pelo mesmo motivo há também grande número de abandono e desinteresse pelo trabalho.

Há uma grande rotatividade na Associação conforme relatório anual da COMCAP o número de membros da ACMR caiu no último ano:

[...] o contingente da Associação de Coletores de Materiais Recicláveis (ACMR), que recebe a maior parte desse material e o encaminha para a indústria da reciclagem, ficou reduzido a um terço, **caindo de 80 para menos de 30 trabalhadores**. O que provocou um acúmulo de materiais recicláveis no centro de transferência de

resíduos da Comcap. (COMCAP, 2012, negrito da autora).

Nota-se que mesmo não pagando salário ou exercendo qualquer ação que caracterize vínculo empregatício, a COMCAP considera, em seu relatório acima, os associados como “trabalhadores”.

Ocorre que os catadores se consideram autônomos e donos de suas ferramentas de produção, de forma que são uma Associação com média geral de renda de R\$ 1.509,37. Tem-se que o salário mínimo atual é de R\$ 724,00. A média de renda feminina na ACMR é de R\$ 1347,92. Enquanto a média de renda masculina é de R\$ 1670,83.

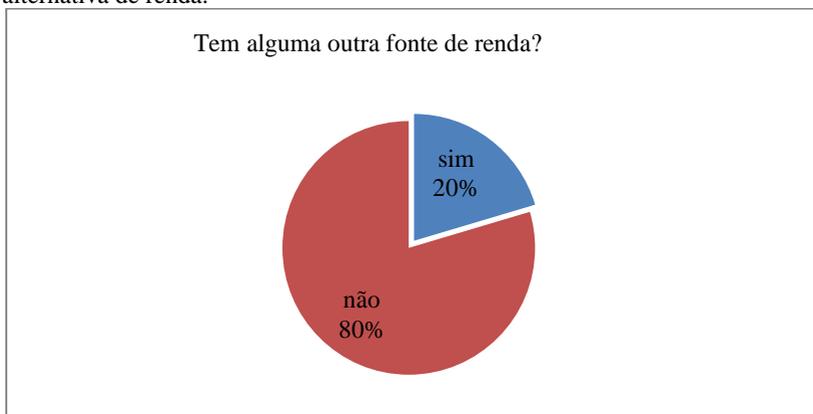
Para sentido de comparação, segundo pesquisa de campo realizada no ano de 2002 por Ribeiro (2002, p. 43) sobre a renda familiar dos associados da AREsp (outra Associação existente e Florianópolis) reflete que 57% deles tem a renda familiar de até dois salários mínimos, 29 % deles tem renda familiar que chega apenas até um salário mínimo e 14 % deles tem renda familiar superior a dois salários mínimos. Outra pesquisa, de 2004, também verifica que a ACMR é a Associação que tem maior fonte de renda que a AREsp:

A renda obtida pelos trabalhadores da ACMR é bem superior à que conseguem as trabalhadoras da AREsp (36,3% na ACMR dizem receber mais de R\$ 400,00 por mês, enquanto na AREsp todos afirmam receber menos que esta quantia; 44,4% dizem que recebem até R\$ 150,00).(BOEIRA;CAMPOS;FERREIRA, 2004,p.9-50).

A fonte de renda é maior porque eles trabalham mais, conseguem triar mais materiais. Enquanto a AREsp tria apenas 60 toneladas por mês a ACMR tria 600 toneladas por mês.⁸ Apenas vinte por cento dos associados têm outra fonte de renda além da triagem de material reciclado:

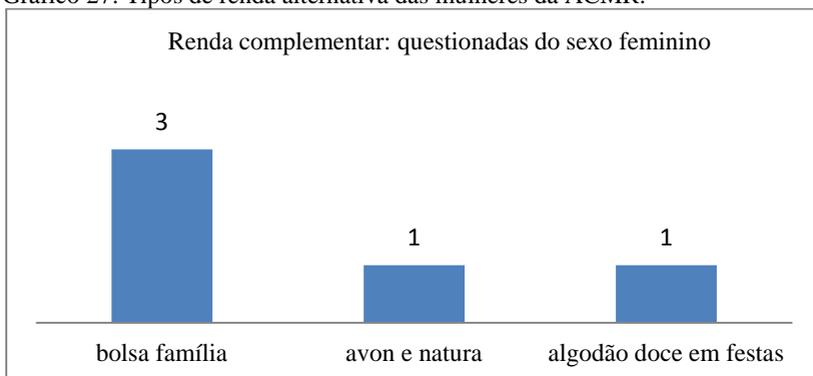
⁸ COMCAP, 2012.

Gráfico 26: Porcentagem dos associados da ACMR que têm fonte alternativa de renda.



Em relação às associadas do sexo feminino, das cinco que têm outra fonte de renda, três informaram que recebem bolsa família, uma delas revende produtos cosméticos e outra ajuda o marido a vender algodão doce em festas de rua (esporadicamente).

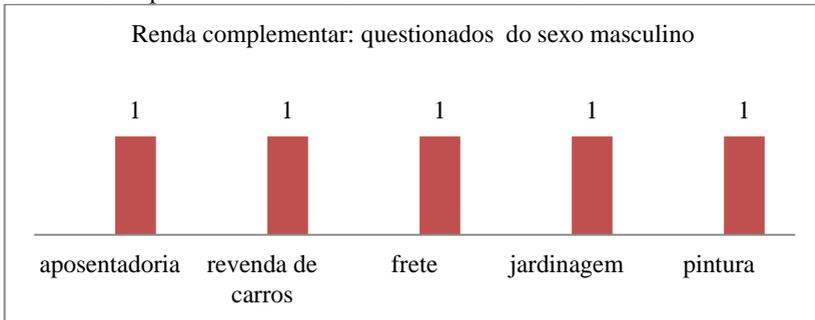
Gráfico 27: Tipos de renda alternativa das mulheres da ACMR.



Considerando os associados do sexo masculino, dos vinte e quatro entrevistados apenas cinco (representando 20,84 %) admitiram ter uma renda complementar.

As rendas extras vêm de aposentadoria, revenda de carros, frete, pintura e jardinagem. Sendo um associado para cada uma das opções, como demonstra o gráfico a seguir:

Gráfico 28: Tipos de renda alternativa dos homens da ACMR.

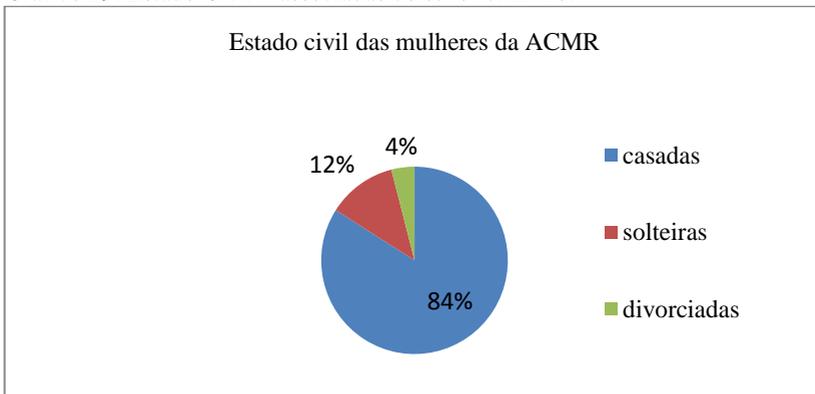


Em relação à melhoria de renda e da qualidade de vida dos associados, a entrevistada 1 (2013) afirma: “eles mudaram muito a qualidade de vida deles, porque eu os ajudei a fazer cartão de crédito, a procurar creche pros filhos, a achar hospital pros filhos, eu estou vendo eles já na terceira geração”.

Sobre o estado civil dos associados em 2002, segundo Ribeiro (RIBEIRO, 2002, p.44), metade eram casados ou em união estável, 29% eram solteiros, 14% separados e 7% viúvos.

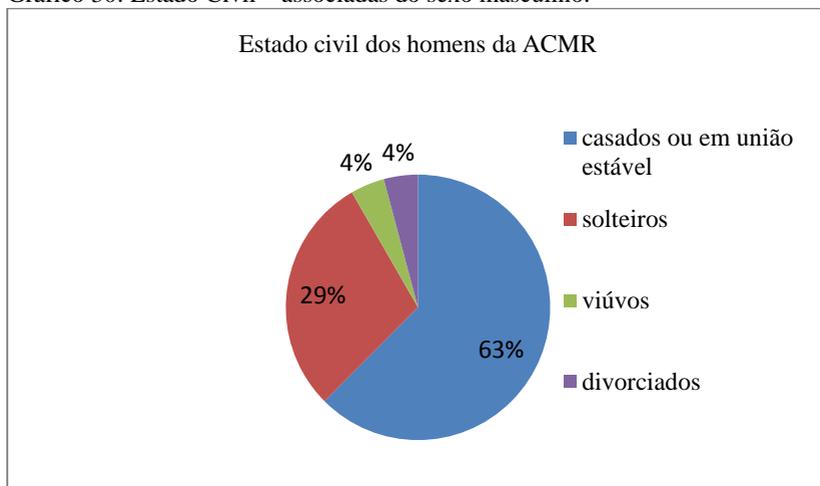
Atualmente, em relação ao estado civil, vinte e uma das questionadas afirmaram estarem casadas ou em união estável, somando 84% contra 63 % dos homens em mesma situação.

Gráfico 29: Estado Civil – associadas do sexo feminino.



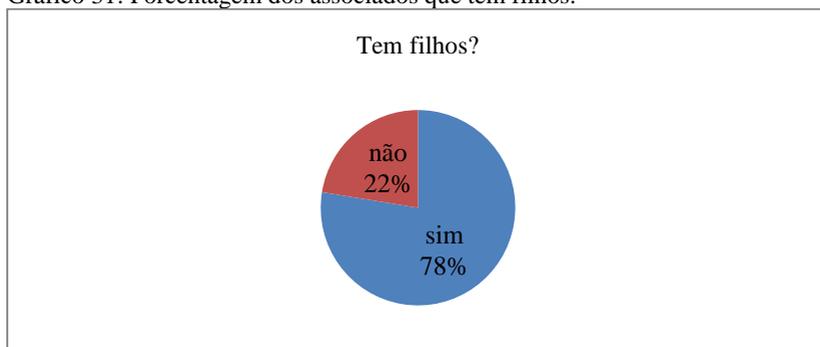
Já dentre os homens a média é maior de solteiros, somando vinte e nove por cento.

Gráfico 30: Estado Civil – associadas do sexo masculino.



Dos associados questionados, trinta e oito de um total de quarenta e nove declararam que têm filhos, representando setenta e oito por cento do total:

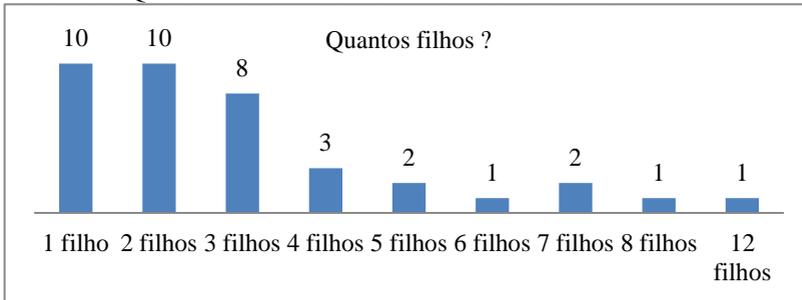
Gráfico 31: Porcentagem dos associados que têm filhos.



Já em relação ao número de filhos a mesma pesquisa de campo datada de 2002 (RIBEIRO, 2002, p.44) aponta que 46% deles tinham mais de três filhos.

Atualmente, em relação à quantidade de filhos dos questionados, a média geral é de 3,05 filhos por associado.

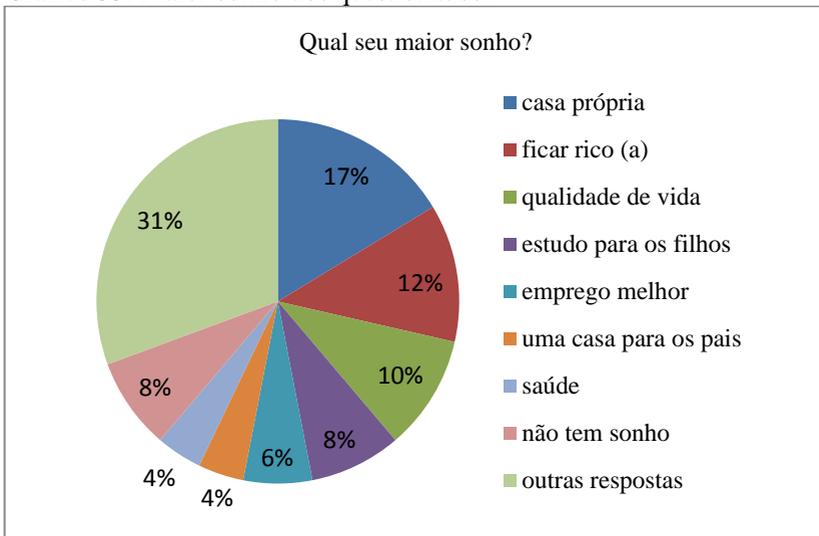
Gráfico 32: Quantidade de filhos dos associados da ACMR.



Um dos associados mostrou fotos de almoços que ele vai com a família: na foto, de terno e gravata ele se encontra em um restaurante simples. O mesmo mostrou a foto com orgulho de sua esposa e duas filhas. Atendendo ainda ao terceiro nível de análise, segundo Alvesson e Sköldbberg (2001), o exemplo citado se insere dentro do contexto da sociedade brasileira: houve pequena evolução de brasileiros saindo da linha de pobreza, com mais acesso a serviços simples como restaurantes.

O maior sonho dos questionados é o sonho da casa própria (com 17% das respostas), que representa o maior sonho dos brasileiros, inclusive havendo nos últimos anos uma grande campanha de habitação (Programa Minha Casa Minha Vida) com foco neste objetivo.

Gráfico 33: Maior sonho dos questionados.



Em seguida, dentro os sonhos mais apontados pelos questionados, aparecem as respostas relacionadas à melhor renda (“ficar rico” ou “ficar rica”, representando 12 %) e em terceiro lugar (com 10% das respostas) está melhorar a qualidade de vida. Voltando ao que foi refletido no aspecto teórico da pesquisa:

É claro, a fim de ficar rico ou famoso, os indivíduos devem ser muito ativos no sentido do atarefamento, mas não no sentido de nascer dentro. Quando tenham conseguido seu objetivo, é possível que fiquem emocionados, intensamente satisfeitos, sintam que atingiram o auge. Mas que auge? Talvez um auge de excitação, de satisfação, algo como um transe ou estado orgiaco. Mas podem ter chegado a esse estado movidos por paixões que, embora humanas, são, não obstante patológicas, tanto mais que não conduzem a uma solução intrinsecamente adequada da condição humana. (FROMM, 1982, p.121).

Oito por cento responderam não ter sonho. E seis por cento querem um emprego melhor. O assunto tratado neste estudo (os resíduos e a Associação de coletores de materiais Recicláveis após o Programa Pró-catador) é precipuamente complexo e seus saberes fazem parte de um saber que é de uma minoria, um saber que não é valorizado pela cultura hegemônica. Por isso a ciência carece de uma nova forma de razão, que englobe todas as formas de pensamento, pois a atual razão científica é limitada e não consegue compreender o mundo e gera exclusão social, visto que

Os processos ditos pós-industriais em grande medida aceleram a produção industrial sob o impacto da computação, flexibilizando as organizações em geral, que se rearticulam em unidades menores, com redução de funcionários, para viabilizar adaptação contínua aos mercados. Em cada país, em cada região, vivencia-se um processo diferenciado, de acordo com as histórias de seus respectivos processos produtivos, porém com um eixo comum, que divide os *incluídos* no processo produtivo informatizado e os *excluídos* desse novo processo. (BOEIRA; SILVA, 2004, p.28).

Fica claro nesta passagem a seguir (onde o entrevistado explica que apesar de sua ignorância em relação à sociedade ele tem muito conhecimento) que o saber dos catadores pode ser aproveitado:

PERGUNTA: Mas por que mesmo sem fazer a Rede vocês têm reuniões com as outras associações, pra quê são então essas reuniões?

RESPOSTA: São para nós passarmos conhecimento e para ajudarmos eles, porque teve uma época que a COMCAP mandava neles. Nós somos todos muito pobres, nós catadores, somos muito ingênuos e a gente tem que cuidar pra não mandarem na gente. A COMCAP já quis mandar na gente também e teve uma época que a COMCAP mandava na Aresp [Associação de Recicladores Esperança]. Então nós fomos ajudá-los a entender que eles poderiam fazer as coisas. **Essas reuniões servem para nós passarmos os conhecimentos que nós temos pra eles. Eu vou muito lá fazer isso, porque apesar de não saber ler nem escrever eu tenho esperteza, eu sei de muita coisa que eu aprendi nesse tempo que eu trabalhei aqui.**(Entrevistado 4, 2014, negrito meu).

Através desta passagem o entrevistado explica como ele se sente em relação a não saber ler: “Muitos de nós viemos lá da roça, a gente não tem estudo e faz muita falta isso. Eu não sei ler e isso me dificulta até para pegar um ônibus, mas eu comecei a me virar aqui na cidade e a ter minhas coisinhas.” (Entrevistado 4, 2014, negrito meu)

Para mudar esta antiga fórmula (incluídos *versus* excluídos) e criar uma nova forma de pensar a analisar o mundo, que o autor chama de razão cosmopolita (SANTOS, 2002, p.239). É esta razão que deve ser utilizada para valorizar o catador, sua história e seu conhecimento.

A razão cosmopolita e engloba três vertentes: a sociologia das ausências, a sociologia das emergências e o trabalho de tradução. Em vez de criar uma teoria geral que a tudo explica, o autor propõe que se faça um processo de tradução dos saberes que já existem, mas são desconsiderados, pois são desvalorizados.

Então o que aconteceu, quando me levaram pruma sala e me falaram que o catador tinha direitos, que o governo tinha que ajudar o catador, me veio na cabeça a memória das reuniões que eu tinha aqui, porque eu era muito humilhado a gente era chamado de mendigo e relaxado e eles não davam

valor pra nós. E eu comecei a entender o potencial dos catadores e eu comecei a entender que eu era gente que eu era ser humano e que o que eles falavam não era certo. (Entrevistado 3, 2013).

A primeira forma que o autor propõe de crítica e desmistificação da razão hegemônica é o uso da *sociologia das ausências* cujo objetivo é “transformar objetos impossíveis em possíveis e com base neles transformar ausências em presenças” (SANTOS, 2002, p. 246). Transformar o não visto em visto, o excluído em incluído o marginal em central, o sem voz em discurso. O Movimento Nacional representa o discurso, ele fala em nome do catador e procura catadores que consigam falar, debater, impor discursos. Como explica o Membro do Movimento, ele mesmo foi descoberto pelo MNCR quando estava num Congresso apenas como participante, porém perceberam nele alguém que tinha o poder do discurso:

E dentro desse Congresso eles viram meu potencial porque que tinha muito debate. Eu debatia muito com eles. No Movimento a gente vê muito isso: se existe uma força que pode ser um militante, alguém com capacidade pra enfrentar um debate, **alguém com capacidade de fala**. Precisamos ver se catador pode ser uma representação municipal, regional, nacional. (Entrevistado 3, 2013)

O Movimento, então, transforma os sem voz em discurso, a lógica de produção econômica pela ecologia de produtividade, que, segundo Boaventura:

[...] consiste na recuperação e valorização dos sistemas alternativos de produção, das organizações econômicas populares, das cooperativas operárias, das empresas autogeridas, da economia solidária, etc., que a ortodoxia produtivista capitalista ocultou ou descredibilizou (SANTOS, 2002, p.253).

Assim, este estudo foca nessa linha teórica para valorizar a tanto o coletor de resíduos quanto sua tarefa, utilizando para tanto a sociologia das ausências para teorizar a respeito do lugar do catador na sociedade. Este lugar que até então é visto como à margem, como algo inferior, feio, sujo, e até digno de pena. Esta mentalidade pode ser mudada se observadas as ecologias.

Primeiramente a ecologia dos saberes, visto que o coletor de resíduos sólidos recicláveis detém consigo saber empírico, um *saber*

fazer, a prática da coleta, seleção e estoque do produto bem como o cuidado em relação aos perigos químicos, físicos (objetos cortantes) e biológicos. Em relação à monocultura do tempo linear, os coletores são considerados atrasados em relação a outros trabalhadores, por trabalharem em condições simples e por preferirem formas mais antigas de trabalho (a título de exemplo, os coletores da ACMR preferem a divisão por mesas coletivas do que por esteira de produção). Com a ecologia das temporalidades, pode-se perceber que isso não significa que eles estão atrasados em relação a organizações mais tecnológicas.

Da mesma forma, ao substituir-se a lógica da classificação social pela ecologia dos reconhecimentos, valoriza-se o coletor. Na antiga lógica vê-se o catador como alguém inferior, digno de pena. Já na nova lógica ele se transforma em alguém digno de estudo, de ser ouvido, alguém que tem algo a dizer, e que não deve ser desvalorizado apenas por ser diferente do hegemônico ou do considerado comum.

E em relação à produção, mesmo que seu trabalho não gere tão significativa vantagem econômica para o país, deve-se atentar para as questões substantivas. A valorização do catador e o aprimoramento de sua atividade através do Programa Pró-Catador é um importante passo para a quebra da monocultura da produção. Analisando-se questões em relação à qualidade de vida daquele que acabou no trabalho dos resíduos porque já veio de uma condição difícil e que percebe no lixo uma boa forma de sustentar sua família, percebe-se então que o foco principal, quando se trata de associações de catadores não é a questão financeira ou gerencial, mas sim a questão humana do trabalhador.

PERGUNTA: O que tu achas que ainda tem que ser melhorado em relação ao trabalho deles, principalmente agora com a nova Política Nacional de Resíduos Sólidos?

RESPOSTA: Eu acho que a mão no lixo é uma coisa muito forte, eu trabalho há anos com isso e eu até hoje não consegui entender isso. A questão da mão estar lá, de tu pegares um saco de lixo jogar lá e uma pessoa mexe nesse lixo, coloca a mão no lixo. Tem pra eles a questão da leptospirose que é muito forte, porque pode matar mesmo. Então esse problema com a saúde e o trabalho duro que é, isso aí teria que mudar. Eu já fui pra Suíça e lá é tudo automatizado. Eu acho que o que falta pra eles é o tecnológico, é a tecnologia, porque a mão no lixo é algo muito impactante. A maior parte do que eles recolhem é

mesmo o papel e o papelão, e nesse ponto haveria tecnologia disponível para ajuda-los. (Entrevistada 1, 2013).

Assim, deve-se dar atenção ao catador e retirar seu estigma visto que ao desvalorizar a sua atividade está se desperdiçando experiência. A indolência da razão leva ao desperdício da experiência, visto que a pobreza da experiência não é expressão de uma carência, mas antes a expressão de uma arrogância, a arrogância de não se querer ver e muito menos valorizar a experiência que nos cerca, apenas porque está fora da razão com a que podemos nos identificar e valorizar. (SANTOS, 2002, p. 245).

Depois tinha uma esteira e eu falava que era um absurdo tu mudar o sistema de trabalho. Como que tu chegas pra alguém e muda todo o sistema de trabalho dele? Porque lá na ACMR cada um tem a sua mesa e eles ficam as famílias reunidas ao redor das mesas. Mas eles não dividem o material, então a esteira não funciona com eles. Eles não dividem material mesmo. (Entrevistada 1, 2013).

O mercado que dita as regras, que são meramente econômicas e utilitaristas, tendo então a sociedade uma visão cega focada apenas num elemento. “O mercado somente inclui os pobres que apresentam alguma utilidade econômica, por menor que seja, ou mesmo na posição de contrapeso para rebaixamento salarial” (DEMO, 1998, p. 49)

No capitalismo, o processo de inclusão social passa pelo mercado; tornando-se cada vez mais problemática na globalização competitiva, soa o alarme mais alto, a ponto de se imaginar uma nova questão social (DEMO, 1998, p. 34).

O sentido de racionalidade, da forma como foi posto pela ciência ocidental reconfigurou seu antigo significado, “[...] na sociedade moderna, a racionalidade se transformou num instrumento disfarçado de perpetuação da repressão social, em vez de ser sinônimo de razão verdadeira” (RAMOS, 1981, p. 08).

A racionalidade que prepondera atualmente (chamada pelo autor de razão instrumental) é voltada exclusivamente para o mercado, e com isso tornou a sociedade utilitarista. “Sua principal preocupação passou a ser a prosperidade material, de preferência ao bom ordenamento da associação humana” (RAMOS, 1981, p. 35). Neste tipo de conduta que se baseia precipuamente na prosperidade material, o comportamento não é pautado na ética comum, mas em valores do

exterior, do mercado. O comportamento pode mudar conforme a situação, sendo “um tipo de conduta mecanomórfica, ditada por imperativos exteriores” (RAMOS, 1981, p.51). No comportamento, o ser humano pode até realizar uma conduta pautada na ética de validade geral, porém esse não será o porquê de seu comportamento. Visto que, a decisão para o comportamento será realizada segundo um cálculo utilitário das consequências, em que o que importa é o que é útil. E o que não é útil é lixo, é descartado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Objetivo geral desta dissertação foi verificar como tem sido implementadas as políticas públicas de inclusão social de catadores de material reciclável na cidade de Florianópolis. Considerando o período de 2003 (criação do Comitê Interministerial) até a data atual.

Verificou-se, especificamente, a atuação da ACMR, e, complementarmente, iniciativas de outras organizações que se destacam nesse sentido, como a COMCAP e o Movimento Nacional dos Catadores. E, ainda, transversalmente a AREsp, o Ministério Público e a Prefeitura Municipal de Florianópolis, cujas funções ou iniciativas certas vezes influenciam a ACMR, principal foco deste estudo.

Percebeu-se que a UFSC, bem como outras universidades e entidades tiveram sua participação muito diminuída em relação ao tema proposto, de 2003 até então. Apesar de estarem no objetivo principal, percebeu-se que não há motivos para estudar as iniciativas destas outras entidades, visto que não ocorre (ou não são bem recebidas pelos catadores, como será explicitado ainda nessas considerações finais) participação destas universidades.

Os objetivos específicos deste trabalho foram três. Primeiramente buscou-se identificar em que sentido a política governamental federal tem influenciado a atuação da ACMR, desde que foi criado o Comitê Interministerial para a Inclusão Social de Catadores de Lixo em 2003. Percebeu-se que não há uma grande movimentação nem da ACMR, nem da sociedade neste sentido.

Apenas quinze do total de quarenta e nove respondentes conheciam o Programa Pró-Catador. Mostra-se preocupante a ampla maioria (69%) dos questionados declararem que não conhecem o Programa, sendo que o seu maior objetivo é a melhora da qualidade de vida e do seu trabalho do catador.

A maioria (somando trinta e cinco) dos questionados afirmaram indiferença em relação ao Programa Pró-Catador. Nove responderam considerar o Programa bom e cinco afirmaram considerar o Programa muito bom. Nenhum respondente afirma que o PPC é ruim ou péssimo. A indiferença dos questionados é inquietante visto que o comitê Pró-Catador está totalmente inserido na discussão de ver o coletor de resíduos como figura humana, fortalecendo-o. Todos os projetos do Governo Federal que objetivam a melhoria da qualidade de vida do catador se originam dentro do Comitê Interministerial. Porém os associados não sabem disso, não fazem a conexão entre a sua condição e alei que os protege.

Muitas das Propostas do Programa são em benefício de melhorias para as associações de catadores, como capacitação, maquinário e estrutura física. Por este motivo, entra em contradição o discurso do catador em ser indiferente ao Programa Pro-Catador, pois dezoito dos quarenta e nove questionados (somando 37 %) responderam esperar melhorias na associação referentes à infraestrutura física. Dentre os que responderam que desejam melhor estrutura física, alguns mencionaram especificamente algumas máquinas que deveriam ser compradas, tais como: um caminhão, um moinho, uma empilhadeira e mais uma máquina de prensa. Todas essas máquinas podem ser adquiridas através do Programa Pro-Catador, pois este tem como objetivo a melhoria das condições de trabalho do catador segundo o artigo primeiro da lei⁹.

Assim, nota-se que muitos dos aspectos que os triadores aguardam melhorias na Associação estão ligados às diretrizes estabelecidas pelo Programa Pró-catador, pelo qual eles não demonstram interesse.

Em seguida, objetivou-se analisar a atuação da ACMR no contexto da atuação do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), destacando em que sentido a ACMR adere ou não às reivindicações e propostas do movimento. Em relação a este objetivo foi descoberto que a ACMR encontra-se (pela sua ótica) desvinculada do Movimento Nacional. O presidente da Associação afirma estar fora do movimento.

O líder do movimento, por sua vez, informou que a ACMR pediu para se retirar do Movimento no início de 2013.

Ainda em relação a este tema, foram observadas muitas queixas dos dois entrevistados de fora da Associação referentes à partilha dos valores (da venda do material triado) e ao descumprimento (por parte da associação) das normas do Movimento.

Já em relação aos associados questionados, foi percebido que a maioria não procura informações sobre o Movimento, fato que os

⁹Fica instituído o Programa Pró-Catador, com a finalidade de integrar e articular as ações do Governo Federal voltadas ao apoio e ao fomento à organização produtiva dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, à melhoria das condições de trabalho, à ampliação das oportunidades de inclusão social e econômica e à expansão da coleta seletiva de resíduos sólidos, da reutilização e da reciclagem por meio da atuação desse segmento. (BRASIL, 2010, art. 1º).

mantêm mais alheios ao seu próprio processo de exploração, visto que o Movimento dispõe de muitas propostas e apoios aos catadores.

Os questionados não procuram informações sobre o Movimento Nacional e alguns chegam a responder que o Movimento não é importante. Vinte e três por cento dos Respondentes afirmaram ser da opinião de que o Movimento Nacional (MNCR) não tem importância alguma e dezesseis por cento dos questionados afirmam considerar o Movimento pouco importante.

Apesar da maioria (61 %) dos questionados admitirem que o Movimento Nacional é muito importante para suas vidas, mostra-se pequena a quantidade de associados que se mantêm atualizados sobre o Movimento. Setenta e dois por centos dos questionados disseram nunca pesquisar notícias sobre o Movimento Nacional.

Segundo a funcionária da COMCAP, a separação deles em relação ao movimento é crônica aqui em Florianópolis, segundo ela os associados delegam tudo para o presidente e não sabem o que acontece. Percebe-se aqui um processo de delegação de poder decisório da maioria para o presidente sendo assim, a autonomia da ACMR existiria se houve forte participação no processo decisório. O que existe é o oposto de autonomia, é alienação política.

Tem-se como dado empírico, para interpretação em nível 1, segundo Alvesson e Sköldbberg (2001): a separação da Associação do movimento apedidos da própria ACMR. Segundo o líder do MNCR a ACMR pediu pra se afastar, porque a política que eles têm é interna. Deste dado empírico pode-se partir para um terceiro nível de interpretação, segundo Alvesson e Sköldbberg (2001), pois foi percebida insistência por parte da ACMR (que pode ser apenas da diretoria ou de toda a associação) em desacreditar o Movimento. A partir dessa negativa em relação ao Movimento pode-se concluir que os associados preferem ter a sua autonomia (não os membro sem geral, mas a diretoria, visto que houve uma delegação de decisões para a mesma) ao invés de seguir os dizeres de outrem (ou do Movimento).

Uma segunda hipótese é que eles não querem críticas externas. Por falta de efetiva cultura associativa, por predomínio de uma cultura hierárquica, de uma visão meramente delegativa do poder decisório, que faz com que a ACMR se feche de críticas.

Porém, mesmo tendo pedido afastamento do Movimento, a ACMR consegue muitos projetos com ajuda do Movimento. Entretanto isso não fica muito claro para os integrantes, que geralmente não sabem de onde procede a verba. Sabe-se também que os associados não

vinculam o recebimento das verbas com a participação ativa do Movimento em Brasília¹⁰.

Considerando o terceiro nível de análise (Alvesson e Sköldberg, 2001), percebe-se uma falta de informação e o desinteresse dos catadores, e estes fatores os tornam mais vulneráveis às manipulações.

O terceiro objetivo deste trabalho foi descrever iniciativas locais (acordos, convênios, parcerias) que envolvem a ACMR no que se refere ao Programa Pró-Catador, considerando-se a efetividade do mesmo segundo a percepção dos catadores.

Mostra-se preocupante a falta de parcerias com outras instituições. A ACMR mantém a “autonomia”¹¹, mas em contrapartida fica mais fraca por estar sozinha. Do mesmo modo, em relação ao terceiro objetivo específico deste trabalho (ao envolvimento da sociedade e projetos de parcerias), percebeu-se que não existem mais como era há alguns anos.

A parceria que existe ocorre em relação ao material. Atualmente a ACMR tria algum material que é trazido de convênios (esse material vai diretamente para os triadores). Percebe-se que acabou quase que totalmente a relação direta do catador com a sociedade civil. Atualmente a relação é do catador com a COMCAP, ou com a prefeitura, com o governo.

Porquanto se antes o catador pretendia ser reconhecido pela sociedade, agora ele não é mais visto por esta, ele fica parado no galpão dependendo da COMCAP, de onde eles afirmam que vem toda a sobrevivência deles. Apesar dos associados prestarem um serviço para a COMCAP (e para sociedade também) eles se isolaram muito da comunidade. A ACMR tornou-se um cliente da COMCAP, no sentido do clientelismo político.

O próximo passo para uma parceria mais igualitária entre COMCAP e ACMR, seria aquela pagar por tonelada para os associados o mesmo valor que paga para a Proactiva, para eles triarem o resíduo.

Ainda sobre o engajamento da sociedade civil e associações em relação à ACMR. Tem-se que a transferência para o Itacorubi melhorou

¹⁰Na ausência de movimento dentro da ACMR ela acaba vendo os benefícios através da COMCAP, mas eles não têm a percepção de que a COMCAP consegue essas coisas através do Movimento Nacional e do comitê interministerial. (Entrevistada 1, 2014).

¹¹Embora não seja mesmo autonomia. Pela percepção dos associados eles consideram ter autonomia, porém como as decisões são feitas pela diretoria conclui-se que não há autonomia dos associados.

em partes o desgaste físico do Associado, porém dificultou a sua inserção em parcerias com a comunidade. Há cerca de 10 anos a sociedade, sociedade, que principalmente por intermédio de universidades e ONGs, estava interessada nos catadores, quando eles estavam nas ruas. Agora que eles estão no galpão não há mais o envolvimento da sociedade.

Considerando o terceiro nível de análise, segundo Alvesson e Sköldbberg (2001), a pesquisadora percebeu que a sociedade civil era mais engajada com a questão o catador quando este estava visível. Ocorre que agora o catador se tornou triador e está num galpão afastado do movimento da rua (a ACMR fica atrás da COMCAP, não passa carro na frente e muitas pessoas nem ao menos sabem se há uma Associação naquele local) e dos moradores da cidade. O fato de eles terem saído do centro foi ruim porque eles eram mais ativos no centro.

Em relação ao terceiro nível de análise, segundo Alvesson e Sköldbberg (2001), nota-se que falta o envolvimento da sociedade da cidade de Florianópolis com a situação do catador, das Associações e do resíduo em si, visto que muito do material que chega na ACMR vem sujo das residências.

Atendendo ao quarto nível de análise, segundo Alvesson e Sköldbberg (2001), não se pode concluir se foi a sociedade que excluiu o catador ou se ele mesmo que não está mais deixando a sociedade se aproximar dele. A pesquisadora percebeu através de suas Observações (vide Apêndices) que há uma grande desconfiança por parte dos associados em receber pessoas de fora, mesmo os que queiram ajudar. A mesma suspeita sente a entrevistada que apesar de ter participado da história da associação desde seu fundamento (tendo ajudado neste) se sente muitas vezes vítima de dúvida por parte dos coletores. Comprovou-se posteriormente que há esta desconfiança, o que foi observado na fala do entrevistado 4, quando afirmou que apesar de os associados terem considerado no passado “ela nossa madrinha, alguém que ajudou muito a associação”, eles cortaram relações com ela porque certo dia ela questionou a diretoria, a partilha de bens e a política interna da ACMR.

Há uma divisão entre alguns que recebem um valor semanal referente à sua produção individual e outros associados que recebem um percentual do lucro coletivo. Segundo o Presidente da ACMR, alguns trabalham no individual porque rendem mais e outros rendem menos e trabalham no grupo, recebendo um percentual. Há uma diferença então entre alguns membros que trabalham de forma cooperativa e outros trabalham individualmente.

O valor recebido pelos associados é tão somente proveniente da venda do material, não há pagamento pelo trabalho em si, nem por conta da Prefeitura nem por conta da COMCAP. Mesmo sem receber salário o Associado continua realizando o seu trabalho, pois precisa sobreviver. Conclui-se que há entre a COMCAP e a ACMR uma relação que foge às normas de uma relação de trabalho, assemelhando-se a uma situação de clientelismo, em que o cliente é o associado e o *patron* a COMCAP. Lembrando que a situação de clientelismo é baseada num acordo em que uma das partes é mais forte e a outra é subordinada, mais fraca e se sente apoiada pela outra (a parte forte, no caso a COMCAP). Sentiu-se dos associados que apesar de serem oprimidos pela COMCAP eles se sentem como que agradecidos por esta estar cedendo parte do terreno dela e entregando o material. É uma situação de troca de favores, em que a COMCAP cede o terreno e doa o material e o associado em troca oferece, de graça, seu trabalho.

Percebe-se que a definição de catador, escrita em lei, coloca o catador como uma pessoa de baixa renda e responsável pelo processo de triagem. A definição do catador que será abrangido pelo Programa foi definida no parágrafo único do mesmo artigo primeiro do decreto nº 7.405. Ocorre que em países mais desenvolvidos a triagem inicial é feita pelo próprio cidadão, na casa dele, e o lixo é mandatoriamente colocado em recipientes separados, ao contrário de países (como o Brasil) onde a triagem é delegada para outros.

A princípio, uma análise não tão profunda das respostas poderia levar à conclusão que os catadores são vítimas e concorrem para sua própria condição de vítima: não estudam, não se informam em relação aos assuntos que lhe influenciam (Movimento Nacional, leis em prol dos catadores, etc). Uma análise rasa poderia concluir que essas 50 pessoas que trabalham em meio ao lixo (em pé, sem carteira assinada ou qualquer outro benefício social) não procuram uma saída para tal situação. Então, deve-se prestar atenção nos detalhes, na complexidade em que eles se encontram dentro de um contexto social brasileiro. Esmiuçando mais os questionários, podem ser percebidos depoimentos chocantes, emocionantes, revoltantes e comoventes. Gráficos mostraram sim uma realidade. Porém além dos questionários (cujos dados coletados foram transformados nos gráficos) foram feitas outras perguntas, foi ouvido o catador para saber o motivo das respostas, saber da sua vida, o que ele pensa.

Desta forma, um gráfico com quarenta e quatro por cento de respostas “não sei” (vide gráficos 11 e 12) ou com 8% de respostas “não tenho sonho” (vide gráfico 31) podem parecer a princípio um descaso,

uma falta de interesse em mudar a própria vida. Porém ao serem questionados em relação às respostas que apresentaram, alguns respondentes revelaram seus pensamentos mais profundos, onde um “não sei” pode ter sido acompanhado por muitos desabafos: desde “não tenho outra opção, então são sei mesmo” até um silêncio longo, acompanhado por uma respiração profunda, dizendo “olha, eu tenho pensado muito sobre isso, sabe?”.

Após uma análise mais densa, tem-se um lado oculto: um trabalhador que se inquieta, sim, se questiona, sim, se mobiliza, sim, mas que esbarra em diversos pilares antigos de uma sociedade que é opressora e que apesar de parecer aparentemente estar ajudando o catador (dando-lhe renda e verbas governamentais), depende do trabalho dele para fazer a limpeza e não lhe paga nada amais por isso, não reconhece monetariamente a profissão (que existe na CBO, mas não há carteira assinada ou pagamento pelo trabalho).

Ao contrário do que muitos podem concluir num rápido olhar, os catadores não estão contra a carteira assinada¹². Apesar de muitos se referirem a “autonomia e liberdade no trabalho” como um motivo de se manter na ACMR, muitos responderam que estão atrás de um trabalho com carteira assinada. E, mais uma vez, os números não revelam toda a grandeza de suas aflições, pois algumas das respostas para a pergunta “você já pensou em trabalhar em outro lugar?” foram “não tenho estudo”, “não arrumo mais outro, já estou acostumado a fazer isso aqui”, “agora é tarde demais, já não sei fazer outra coisa”.

Dessa forma, uma questão extremamente importante é a alienação do trabalhador. Além de ser uma questão global e que pode atingir qualquer trabalhador, ela é ainda mais forte em relação aos catadores. Porque um catador, apesar de não ser um criminoso, ele é tão marginalizado pela sociedade quanto um. O catador é visto como um “outsider” um indesejado¹³ e depois de trabalhar no lixo, ele dificilmente

¹²Um trabalho formal, com vínculo empregatício e todas as garantias trabalhistas. As Associações são organizações sem patrões.

¹³ Realmente, as classes subalternas são aquelas selecionadas negativamente pelos mecanismos de criminalização. As estatísticas indicam que, nos países de capitalismo avançado, a grande maioria da população carcerária é de extração proletária, em particular, de setores do subproletariado e, portanto, das zonas sociais já socialmente marginalizadas como exercito de reserva pelo sistema de produção capitalista. Por outro lado, a mesma estatística mostra que mais de 80% dos delitos perseguidos nestes países são delitos contra a propriedade. Estes delitos constituem reações individuais e não políticas às contradições

se reinsere na sociedade. É quase como a discriminação que sofre um ex-presidiário (nas suas devidas proporções) tanto porque a sociedade o percebe ainda com preconceito (como mendigo, malandro, etc), mas também porque muitos (ver anexos, depoimentos sobre isso nas entrevistas) procuram outro emprego, eles tentam se inserir, mas acabam voltando porque estão de alguma forma presos àquele sistema.

Em relação às limitações deste trabalho, muitas em relação à delicadeza de alguns temas, que não seria conveniente nem prudente serem tratados de forma direta com os entrevistados ou questionados. Uma das complexidades da pesquisa diz respeito a ser uma pesquisa que envolve pessoas, e não apenas aspectos superficiais das pessoas, mas questões financeiras, e até mesmo questões familiares e de exploração ou subordinação.

A ACMR é uma associação que tem um histórico de brigas, inclusive um dos entrevistados afirma já ter havido até briga envolvendo disparos de arma de fogo dentro da associação. Nesse sentido muitas das visitas para observação que a pesquisadora realizou foram visitas feitas com muita cautela. Sempre com permissão do presidente. Inclusive nas visitas em que a pesquisadora fez fotos do local, a pesquisadora teve que pedir autorização do presidente da ACMR antes, e explicar os motivos da pesquisa. Nem sempre os motivos convenciam o presidente, de forma que a pesquisadora argumentava e insistia, visto que uma pesquisa com os associados não é de todo bem-vinda. A pesquisadora teve cuidado para não tirar fotos dos associados e quando necessário procurou esconder os rostos dos mesmos, pois os próprios não gostam de ser reconhecidos como pessoas que trabalham no lixo.

Outra limitação da pesquisa foi a diferença entre conceito e realidade. Antes de ir profundamente a campo as questões eram menos polêmicas, menos paradoxais, menos controversas. Quando da realização das primeiras visitas na ACMR e da primeira entrevista (história oral com funcionária da ACMR) o cenário era outro. A ACMR, apesar de nunca ser totalmente aberta à visitação, era antes mais aberta. As conversas eram mais amenas e a desconfiança era menor.

A própria entrevista com a funcionária da COMCAP foi mais pró-forma no primeiro encontro, visto que ela se ateu a questões da história da ACMR e não se abriu em relação aos conflitos. As críticas

sociais próprias da sociedade capitalista: é natural que as classes mais desfavorecidas deste sistema de distribuição estejam mais particularmente expostas a esta forma de desvio. (BARATTA. 2002, p. 198)

(em relação à ACMR) realizadas pela funcionária da COMCAP na sua primeira entrevista não foram tão graves e tão incisivas quanto as críticas que a mesma fez na segunda entrevista.

Ou seja, conflitos que estavam escondidos, adormecidos (como o conflito entre o líder do movimento e a diretoria da ACMR) foram revelados ao longo do levantamento de dados. Porém a pesquisadora se ateve aos objetivos da pesquisa e não teve também condições de ir adiante em algumas questões por não ter a confiança da diretoria da ACMR. Quanto mais a pesquisadora aparecia na sede da ACMR para fazer perguntas aos catadores (durante a realização dos questionários) mais a diretoria parecia querer que a pesquisa terminasse logo a pesquisa.

Era do interesse da pesquisadora fazer uma nova entrevista com o atual presidente da ACMR para questioná-lo em relação às divergências da sua entrevista em relação aos outros entrevistados, porém esta entrevista se mostrou inviável pelo motivo que o Presidente passou a não mais estar disposto a conversar sobre certos temas polêmicos. Para tentar sanar esta questão a pesquisadora realizou uma última entrevista, então com um antigo membro da ACMR, a fim de conseguir esclarecer alguns pontos obscuros. A pesquisadora assume que ficou, no entanto, receosa de fazer tal pesquisa, que só realizou por virtude do membro da ACMR ser muito disposto a conversar. Porém após realizar a entrevista a pesquisadora pensou, inclusive, em não transcrevê-la (e eliminá-la do trabalho) por receio de estar se envolvendo demais em problemas pessoais e intrigas relativas à ACMR e outros abrangidos. E também com receio do entrevistado ter sido ingênuo em expor tantos conflitos para a pesquisadora. Esta ficou, inclusive, com medo de o entrevistado ter se arrependido depois. Motivo pelo qual a pesquisadora voltou ao local no dia seguinte apenas para falar com o entrevistado e perceber se este dizia algo que mostrasse arrependimento. Porém a pesquisadora foi bem recebida.

Percebeu-se que o presente trabalho merece aprofundamento em relação aos aspectos referentes ao estudo da autonomia tanto do indivíduo catador (autonomia individual) como da associação em relação à sua autonomia coletiva. Um estudo sobre a autonomia humana é o ponto de partida para entender não somente o movimento cooperativado, mas sim os empreendimentos humanos.

Outra questão que merece aprofundamento (preferencialmente com entrevistas na COMCAP) é acerca do não pagamento dos associados. Apesar de existirem projetos no sentido dos associados serem pagos por tonelada triada, nada tem sido feito neste sentido. Isso

porque os em virtude do acordo que fizeram com o ministério público através do TAC, os membros das ACMR são impedidos de paralisarem suas operações. Desta forma a COMCAP fica segura e resguardada em relação à triagem do material. Porém se os associados pudessem fazer paralizações chamariam a atenção da COMCAP, e até mesmo da sociedade para o serviço que prestam à comunidade.

Voltando ao segundo nível de reflexão (ALVESSON; SKÖLDBERG, 2001), sendo que a racionalidade preponderante atualmente, a razão instrumental (RAMOS, 1981), é voltada para aspectos econômicos das relações. Os membros da ACMR são vistos agora em função do dinheiro que eles economizam aos cofres públicos. Assim sendo, a COMCAP, a Prefeitura Municipal e o Ministério Público focam em ações que envolvam o trabalho dos coletores (a manutenção de condições de trabalho para eles) e não as questões voltadas aos seus anseios sociais ou psíquicos. Apesar de não serem trabalhadores desses órgãos, estes interferem (ou interferiram em algum momento de forma decisiva) na vida dos catadores em função do trabalho que estes desempenham e a relação desses órgãos com os catadores é meramente uma relação com objetivos econômicos, de produção. A importância da ACMR (segundo relatórios da COMCAP analisados nessa pesquisa) ocorre devido a sua produção e a preocupação da Companhia é em manter a produção da Associação ou procurar outra Associação que faça o mesmo trabalho. Não há vínculo *paraeconômico* (RAMOS, 1981) entre a ACMR e os outros parceiros.

As organizações estão cada dia mais focadas numa abordagem unidimensional, em que o foco principal é o interesse na produção, relembrando Ramos (1981).

Os problemas referentes à partilha dos valores, bem como, em relação à produção individual (modelo adotado pela ACMR) levam a crer que apesar da associação ser uma forma alternativa de organização, ela possa estar muito envolvida com a noção unidimensional de economia, voltada para a produção. A ação voltada para o mercado é uma abordagem unidimensional, enquanto a *Para economia* pressupõe uma abordagem multidimensional.

Aparentemente, o Movimento Nacional poderia ter um foco *para econômico*(e não apenas econômico) nos membros da ACMR. Porém não se pode fazer uma conclusão assertiva referente a isto, visto também que houve uma ruptura com o Movimento e os motivos não estão totalmente claros. Apesar de dois entrevistados afirmarem que a ruptura tenha se dado em função de problemas com a partilha (divisão de valores).

Fazendo uma reflexão conforme o nível quatro (ALVESSON; SKÖLDBERG, 2001), nota-se que, por este prisma é possível concluir que a própria ACMR faz um cálculo utilitário em relação aos seus membros. Posto que há (segundo apontam dois entrevistados) problemas relativos à partilha de valores de produção, e que o Movimento Nacional foi pedido a se retirar da ACMR ao tentar interferir nesta questão, pode se concluir que talvez haja uma visão da diretoria em utilizar dos próprios membros para ganhos próprios.

Desta forma, em última análise percebe-se que a Associação, embora tenha uma história ligada à economia marginal e seja uma associação aparentemente moldada por uma visão diferente de cultura organizacional, ainda assim fica a dúvida se esta não tenha se tornado uma organização similar às demais.

Pela falta de envolvimento dos associados com a política, com o Movimento e com outras parcerias (que seriam possíveis e inclusive incentivadas pela nova lei) observa-se também que talvez o foco dos próprios membros da ACMR seja um foco utilitarista, voltado para o fim de sua atividade, e não para os meios. Que o fim para os associados seja o lucro, a sobrevivência e a melhoria de vida, ao contrário de um fim maior que poderia ser a reciclagem, ou o desenvolvimento de uma forma de organização diferenciada, mais isonômica, mais autônoma, mais voltada a soluções alternativas.

Muitas dessas inquietações ficam em aberto para futuras pesquisas. Interessante agora, partindo já dos dados coletados, análise e reflexões deste estudo, é pesquisar mais a fundo (através de entrevistas com outros membros e com foco específico neste tópico) o que é mais importante na associação: a forma de gestão alternativa ou o lucro? Apesar de algumas perguntas realizadas (e muito material coletado) tenham certa ligação com este tema, não se pode fazer uma conclusão precisa, visto também que esta inquietação não fazia parte dos objetivos desse trabalho.

Fica também uma lacuna em relação a estudos sobre os saberes dos triadores, sobre como estes vêem seu trabalho e como é o método de trabalho. Se há algum método. Quando perguntado sobre isso o Presidente pouco falou, não demonstraram que este assunto fosse algo com muitas questões. Porém um trabalho mais aprofundado pode ser realizado com mais membros e também com outras associações. Uma boa opção quanto a este tópico seria acompanhar durante um tempo significativo o trabalho dos catadores, com foco na engenharia de conhecimento ou na administração de produção. Ainda como sugestões para pesquisas futuras, ficaram em aberto, nesta dissertação, questões

acerca de leis e estudos em outras associações do gênero em Florianópolis e região.

6 REFERÊNCIAS

ALVESSON, Mats; SKÖLDBERG, Kaj. **Reflexive Methodology: New Vistas for Qualitative Research**. London: Sage Publications, 2001.

ALTER, Norbert. Inovação, riscos e Transgressão nas organizações. In:DAVEL, Eduardo; VERGARA, Sylvia Constant (Org.). **Gestão com pessoas e subjetividade**. 1. Ed.4.reimpr. São Paulo: Atlas, 2007.

AQUINO, Israel Fernandes de. **Proposição de uma rede de associações de catadores na região da grande Florianópolis: alternativa de agregação de valor aos materiais recicláveis**. Florianópolis, 2007. 238 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico. Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental.

ARISTÓTELES, **Ética a Nicômaco**. São Paulo: Martins Claret, 2004.

ARRUDA, Angela. Despertando do pesadelo: a interpretação. In: MOREIRA, Antonia S. P.; CAMARGO, Brígido V.; JESUÍNO, Jorge C.; NÓBREGA, Sheva M. (Orgs). **Perspectivas teórico-metodológicas em representações sociais**. 2 ed. João Pessoa: UFPB/Editora Universitária, 2005. p. 229-258.

AZAMBUJA, Eloisa Amábile Kurth de. **Proposta de gestão de resíduos sólidos urbanos: análise do caso de Palhoça- SC**. Florianópolis: UFSC (dissertação Engenharia da produção), 2002.

BARATTA, Alessandro. **Criminologia crítica e crítica do direito penal: Introdução à sociologia do direito penal**, 2002, p. 198

BASTOS, Antônio Virgílio Bittencourt. Cognição e ação nas organizações. In:DAVEL, Eduardo; VERGARA, Sylvia Constant (Org.). **Gestão com pessoas e subjetividade**. 1. Ed.4.reimpr. São Paulo: Atlas, 2007.

BELLIA, Vitor. **Introdução à economia do Meio Ambiente**. Brasília: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, 1996.

BEM, Judite Sanson; GIACOMINI, Nelci Richter; SCHUTZ, Fernanda. A nova política pública de resíduos sólidos no Brasil e a perspectiva de adequação do município de Canoas/RS. **Diálogo**, Canoas, n. 21, p.151-172, 2012. Jul-dez. Disponível em: <<http://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Dialogo/article/view/369>>. Acesso em: 10 mar. 2013.

BOEIRA, Sérgio Luís; SILVA, Wanessa Célia. Capital social e resíduos sólidos: organizações e multissetorialismo em Florianópolis - SC. CAYAPA **Revista Venezolana de Economía Social**. Ano 4, Nº 7, Jun. 2004.

BOEIRA, Sérgio Luís; CAMPOS, Lucila Maria de Souza; FERREIRA, Elaine. **Redes de catadores-recicladores de resíduos em contexto nacional e local: gerencialismo instrumental à gestão da complexidade?**. Revista organizações e Sociedade, v 14. N 43 out \dez 2007.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. **O novo espírito do capitalismo**. Tradução Ivone Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

BRASIL, República Federativa do. **Decreto nº 7.405**, 23 de dezembro de 2010.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. **Projeto reciclando**: programa de apoio às organizações de catadores de materiais recicláveis nas regiões metropolitanas e capitais. Florianópolis: Klimata, 2004.

CAIRNCROSS, Francês. **Meio ambiente**: custos e benefícios, tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Nobel, 1992.

CERVO, Amado L; BERVIAN, Pedro A; DA SILVA, Roberto. **Metodologia científica**. 6 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CHAMON, Edna Maria Querido de Oliveira(Org). **Representação Social e práticas organizacionais**. Rio de Janeiro: Brasport, 2009.

COMCAP – COMPANHIA MELHORAMENTOS DA CAPITAL. **Relatório Anual (2012)**. Florianópolis, 2009. Disponível em:

<http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/documentos/pdf/26_03_2013_12.53.07.83ef93963c7fd5b11cc4c2d5b383ef4d.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2013.

CUNHA, Sandra Baptista da; GUERRA, Antonio José Teixeira (org.). **A questão ambiental:** diferentes abordagens. 6. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2010.

DEBALI, Juan Carlos. **Indicadores de sustentabilidade.** Apresentação de palestra. 2011.

DE MASI, Domenico. **Criatividade e grupos Criativos.** Tradução Léa Manzi e Yadyr Figueiredo. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

DEMO, Pedro. **Charme da exclusão social:** polêmicas do nosso tempo. Campinas: Autores associados, 1998

DURKHEIM, Émile. **Suicide:** a study in sociology. New York: Free Press, 1979.

DOMINGOS, Diego de Campos. **Logística reversa e resíduos sólidos urbanos domiciliares:** cenário atual e perspectivas da Companhia Melhoramentos da Capital (COMCAP). Graduação em Administração: Universidade federal de Santa Catarina, 2013.

ETKIN, Jorge. **Bases conceptuales de la gestión socialmente responsable:** la superación de los criterios pragmáticos y utilitario sin la función directiva. Buenos Aires: SaberEs, n. 1., 2009, p. 5-21.

JUNCA, Denise; GONÇALVES, Marilene Parente; AZEVEDO, Verônica Gonçalves. **A mão que obra no lixo.** Niterói: Universidade Fluminense, 2000.

FARIA, Alexandre Agripa. **Metodologia científica e educação.** Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2009.

FARIA, José Henrique de. **Gestão Participativa:** relações de poder e de trabalho nas organizações. São Paulo: Atlas, 2009.

FLORIANÓPOLIS, Prefeitura Municipal de. **Catadores:** diagnóstico da produção, coleta formal e informal e comercialização de resíduos

sólidos recicláveis no município de Florianópolis. Florianópolis: Prefeitura Municipal, 2004.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. **Decifrando a noção de paraeconomia em Guerreiro Ramos**: a atualidade de sua proposição. Organização e Sociedade. Salvador, v.17,n.52, Janeiro, p. 175-197.

FROMM, erich. **Ter ou ser**. 4 ed. Zahar rio de janeiro, 1982.

GIROLETTI, Domingos. **Administração no Brasil**: potencialidades, problemas e perspectivas. RAE vol. 45. Edição especial Minas gerais.

GODOI, Christiane Kleinübing; BANDEIRA-DE-MELLO, Rodrigo; SILVA, Anielson Barbosa da (Org.). **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais**: paradigmas, estratégias e métodos. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

GODOY, Arilda Schmidt; COELHO, Diego Bonaldo. **De catadores de rua a recicladores cooperados**: um estudo de caso sobre empreendimentos solidários. RAP. Rio de Janeiro. 45(3):721-49, Maio/jun. 2011.

GRECA, Aislan Ribeiro; ALMEIDA, Paul Edman de. **Representações sociais e comunicação no espaço organizacional**. In: CHAMON, Edna Maria Querido de Oliveira(Org). Representação Social e práticas organizacionais. Rio de Janeiro: Brasport, 2009.

GUIMARÃES, Leandro Belinaso; SAMPAIO, Shaula Maíra Vicentini; NOAL, Fernando Oliveira. **Educação, meio ambiente e sustentabilidade**. Florianópolis: EaD UFSC, 2009.

HAWKEN, Paul; LOVINS, Amory; LOVINS, Hunter. **Natural capitalism**: Criating the next Industrial Revolution. New York: LLC books, 2008.

JUNCÁ, Denise; GONÇALVES, Marilene Parente; Azevedo, Verônica Gonçalves. **A mão que obra no lixo**. Niterói: EdUFF, 2000.

LEAL, A. C. etall. **A reinserção do lixo na sociedade do capital**: uma contribuição ao entendimento do trabalho na catação e na reciclagem.

Revista Terra Livre, Presidente Prudente, v. 18, n. 19, pp. 177-190, 2003. p.180.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Petrópolis: Vozes, 2001.

LEIS, Héctor Ricardo; VIOLA, Eduardo. **A emergência e evolução do ambientalismo no Brasil**. In: LEIS, Héctor Ricardo. O labirinto: ensaios sobre ambientalismo e globalização. São Paulo: Gaia, 1996.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo, EPU, 1986.

LUSTOSA, Maria Cecília. Industrialização, meio ambiente, inovação e competitividade. In: MAY, Peter H; LUSTOSA, Maria Cecília; VINHA Valéria da (organizadores). **Economia do meio ambiente**: teoria e prática. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

MACEDO, Antônio Odilon (coord.). **Prêmio Expressão de Ecologia**: a onda verde no Sul. Florianópolis: Expressão, 2002.

MAGERA, Márcio. **Os empresários do Lixo**: um paradoxo da modernidade. Campinas: Átomo. 2.ed, 2005.

MARX, Karl. **O Capital - Crítica da Economia Política**. Volume I - O Processo de Produção do Capital. São Paulo, Nova Cultural, 1987.

_____; ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã**. Tradução de Marcelo Backers. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MICHAELIS, **dicionário online de português**. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/>. Acessado em 12 de outubro de 2013.

MINEIRO, Procópio. A era da responsabilidade social. **Revista ecologia e desenvolvimento**, ano 12, n.100, mar.2002, p. 38-46.

MISOCZKY, Maria Ceci Araújo; PEREIRA, Ilidio Medina; BREI, Vinicius Andrade. **Poder, produção social e análise crítica do discurso**: aproximações em busca de maior potência teórico-metodológica. In: CARRIERI, Alexandre de Pádua (org). Análise dos discurso em estudos organizacionais. Curitiba: Juruá, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

NIKELS, William G; WOOD, Marian Burk.**Marketing: relacionamentos, qualidade, valor**. Rio de Janeiro: LTC, 2000.

OLIVEIRA, Fátima Bayma de; SAUERBRONN, Fernanda Filgueiras.**Trajatória, desafios e tendências no ensino superior de administração e administração pública no Brasil: uma breve contribuição**. RAP Rio de Janeiro Edição Especial Comemorativa 149-70, 1967-2007.

PEREIRA, Júlia Cristiane Schultz. **Qualidade de vida dos catadores de materiais recicláveis da ACMR: um estudo etnográfico**. Acesso em 25 de março de 2013. Disponível em: <<http://siaibib01.univali.br/pdf/Julia%20Cristiane%20Schultz%20Pereira.pdf>>. Acesso em 08 de fevereiro de 2013.

PERIN, Adenilson.**Geração de renda a partir de resíduos recicláveis: análise a partir de duas associações de Florianópolis, Florianópolis: UFSC (Mestrado Engenharia de produção)**, 2002.

POUPART, Jean; DESLAURIERS, Jean-Piere; GROULX, Lionel-H; etall.**A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Tradução de Ana Cristina Nasser. Petrópolis: Vozes, 2008.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **A nova Ciência das organizações: uma reconceituação da riqueza das nações**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1981.

RIBEIRO, Simone Aparecida. **Associação de recicladores esperança: uma alternativa de geração de trabalho e renda**. Florianópolis: Monografia Serviço Social (UFSC), 2002.

RODRÍGUEZ, César. À procura de alternativas econômicas em tempos de globalização: o caso das cooperativas de recicladores de lixo na Colômbia. In: SOUSA SANTOS, Boaventura (Org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 327-367.

RZATKI, Diego Simão. **Autonomia humana em Karl Marx**. Florianópolis: Monografia Ciências Econômicas (UFSC), 2008.

SACHS, Ignacy. **Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente**. Tradução Magda Lopes. São Paulo: Studio Nobel: Fundação do desenvolvimento administrativo, 1998.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. Vol1. 7. Ed. São Paulo: Cortez, 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O fórum social mundial: manual de uso**. São Paulo: Cortez, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências**. Revista crítica de Ciências Sociais. 63. Out 2002, p. 237 -280.

SANTOS, Boaventura de Sousa; RODRÍGUEZ, César. **Introdução: para ampliar o Cânona da produção**. In: SOUSA SANTOS, Boaventura de. **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**, 2002, p.23-77.

SANTOS, Lucy Woellner dos; ICHIKAWA, Elisa Yoshie. **Contribuição da história oral à pesquisa organizacional**. In: GODOI, Christiane Kleinübing; BANDEIRA-DE-MELLO, Rodrigo; SILVA, Anielson Barbosa da (Orgs.). **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**.2.ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

SCHENINI, Pedro Carlos. **Gestão ambiental e sustentabilidade**, Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração - UFSC, 2009.

SCHMIDT, Monique Carina Caliri. **Rede de catadores e gestão socioambiental de resíduos sólidos recicláveis: experiência contemporânea no município de Itajaí – SC**. Itajaí: UNIVALI (Mestrado - Gestão de políticas públicas) , 2007.

SCHIMITZ, Simone. **Trabalho informal: estratégias de sobrevivência dos catadores de lixo de Toledo** – PR. Marechal Cândido Rondon: TCC/Unioeste, 2003, p. 21.

SILVA, Maria Amélia Rodrigues da Silva. Economia dos recursos naturais. In: MAY, Peter H; LUSTOSA, Maria Cecília; VINHA Valéria da (organizadores). **Economia do meio ambiente: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

SILVA, Guilherme Nunes. **Modernização ecológica versus ambientalismo multisetorial no setor empresarial brasileiro: estudo de caso de adoção de tecnologias limpas**. Florianópolis: Dissertação (UFSC), 2000. Disponível em <<http://www.tede.ufsc.br/teses/PSOP0245.pdf>> Acesso em 01 de julho de 2013.

SINGER, Paul. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SOUSA SANTOS, Boaventura de. **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**, 2002, p.81-129.

SINGER, Paul. **Crise do trabalho e economia solidária**. Seminário de Tropicologia. V reunião Ordinária. Recife, 22 de setembro de 1998. Texto não publicado *apud* RIBEIRO, Simone Aparecida. Associação de recicladores esperança: uma alternativa de geração de trabalho e renda. Florianópolis: Monografia Serviço Social (UFSC), 2002.

TAKEDA, Adalberto Koodi. **Análise de gestão dos resíduos sólidos urbanos da cidade de Curitiba, com abordagem na coleta seletiva e domiciliar**. Florianópolis: UFSC (Mestrado - Engenharia ambiental), 2002.

THOENING, Jean-Claude. **Recuperando a ênfase na dimensão pública dos estudos organizacionais**. Rio de Janeiro: Rap, Edição Especial Comemorativa de 40 anos, 2007, p. 9-36.

TOURAINÉ, Alain. **Um novo paradigma: para compreender o mundo de hoje**. Tradução de Gentil Avelino. Petrópolis: Vozes, 2007.

TRIGUEIRO, André. **Mundo sustentável**: abrindo espaço na mídia para um planeta em transformação. São Paulo: Globo, 2005.

VERGARA, Sylvia Constant. **Começando a definir a metodologia**. São Paulo Atlas, 1997.

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de pesquisa em administração**. 4.ed. São Paulo Atlas, 2010.

VIANA, Nildo. **Catadores de lixo: renda familiar**: consumo e trabalho precoce. Revista Estudos. Vol 27. n. 3, 2000.p. 509 – 537.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O capitalismo Histórico**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

APÊNDICE I

OBSERVAÇÕES DE CAMPO

Nas observações de campo foi utilizada a primeira pessoa do singular, visto que são os relatos da pesquisadora.

Observação I

Primeira observação do local, realizada dia 26 de março de 2013 no período da tarde.

Neste dia o presidente não estava, porém foi possível reconhecer o local de trabalho da ACMR bem como seu funcionamento. Neste mesmo dia foi observado também o local onde se encontra a COMCAP.

Na COMCAP entram e saem caminhões quase a cada 10 minutos, estes caminhões menores vão até o fim do terreno onde despejam o lixo num caminhão menor. Após isso, na saída os caminhões são pesados numa balança que fica na saída da empresa. Os caminhões pequenos que entram na COMCAP cheios são os que recolhem o lixo nas residências. Já os caminhões maiores são os que levam o lixo (em maior quantidade) para a empresa Proactiva que aterra o lixo num terreno localizado na cidade de Biguaçu (SC).

Imagem 14: Fotografia de caminhão da COMCAP



Imagem 15: Fotografia de caminhão da COMCAP2



No galpão da ACMR há poucas pessoas trabalhando hoje, cerca de vinte. Algumas crianças. Na frente do galpão há alguns homens separando papelão. As pessoas são muito fechadas e desconfiam do que eu esteja fazendo no local. Abaixo fotografia que fiz neste dia:

Imagem 16: Fotografia da frente do galpão da ACMR antes da reforma



Observação II

Observação realizada no dia vinte e sete de novembro de 2013.

A associação está em reforma e o Presidente da ACMR explica que ela vai durar até janeiro. O galpão onde eles trabalhavam antes está vazio de pessoas, apenas os que estão ajudando na reforma permanecem nele. A maioria está fora, numa grande tenda improvisada onde agora trabalham.

Assim, conversei com alguns associados sobre a reforma. A maioria pensa que a reforma é boa, pois vai trazer organização.

Observação III

Realizada no dia vinte e oito de novembro de 2013, parte da manhã.

Falei com alguns associados e aproximei-me de uma moça, que parecia ter quase a minha idade, 28 anos, (procurei alguém com quem pudesse atingir alguma identificação) e perguntei-lhe sobre o onde estava o Presidente. Ela não entendeu, pois perguntei pelo nome dele, então lhe perguntei novamente utilizando, desta vez, o apelido: “o P. tá aí?” Desta vez obtive resposta. Ele não estava, mas eu poderia falar com a esposa dele. Fui até ela, uma mulher morena clara de cabelos bem pretos e não muito alta. Apresentei-me e disse que era da Universidade, que precisava falar com o Presidente, se ela poderia me passar o telefone dele. Ela não sorriu, nem parou de trabalhar, apenas ditou os números numa voz baixa que dificultou meu entendimento, perguntei os números mais uma vez pra confirmar, porém continuei na dúvida se eram os números certos, porque o jeito que ela falava era muito difícil entender. Mais tarde liguei para o número de telefone móvel e consegui falar com o Presidente, que disse que iria me receber.

Observação IV

Realizada no dia vinte e nove de novembro de 2013, parte da manhã e a tarde até às quinze horas.

Fiquei na ACMR da manhã até o período da tarde. Na hora do almoço (que compreende do meio dia até cerca de uma hora e meia da tarde) resolvi não entrevistar ninguém, para deixar todos à vontade para descansarem, comerem, e fazerem seu intervalo. Durante este tempo a

pesquisadora fiz um trabalho de observação e realizei algumas conversas informais com os associados mais abertos a conversas.

Em relação às negativas de responder os questionários, foram poucas. Cerca de quatro pessoas se negaram a responder. Algumas porque alegaram não ter tempo, outras não deram motivo. Algumas não quiseram responder por que são menores de idade e disseram que não trabalham na ACMR, que estariam apenas “fazendo um trabalho nas férias”. Em relação aos menores, um episódio ocorrido foi que a pesquisadora estava entrevistando uma menor de idade e o pai da mesma veio impedir que a entrevista continuasse alegando que “ela não trabalha aqui não, é só quando ela quer, nas férias”.

Observação V

Realizada dia seis de dezembro de 2013, quando foram feitas as seguintes fotografias abaixo:

Imagem 17: Fotografia de parte do novo galpão, durante a reforma



Imagem 18:Fotografia (2) de parte do novo galpão, durante a reforma.



Imagem 19:Fotografia (3) de parte do novo galpão, durante a reforma.



Imagem 20: Fotografia galpão da ACMR durante a reforma.



Imagem 21: Fotografia de contêineres na parte de trás do galpão.



Imagem 22: Fotografia Associado trabalhando com máquina.



Imagem 23: Fotografia de máquinas da ACMR.



Imagem 24: Fotografia de dentro do galpão para o lado de fora, vista dos fundos.



Observação VI

Realizada dia onze de dezembro de 2013, quando foram feitas as seguintes fotografias abaixo:

Imagem 25: Fotografia de plásticos tipo “PET”- embalagens de refrigerante.



Imagem 26: Fotografia da vista interna do galpão, feita da parte dos fundos para dentro.



APÊNDICE II

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

EU _____ CONCORDO EM RESPONDER QUESTIONÁRIO DE PESQUISA ACADÊMICA DO MESTRADO DA UNIVESIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, ELABORADO POR ALESSANDRA KNOLL, SOBRE MEU TRABALHO NA ASSOCIAÇÃO DE COLETORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS.

SEI QUE MEU NOME NÃO SERÁ REVELADO NA PESQUISA.

ASSINATURA

FLORIANÓPOLIS, _____ DE _____ DE 2013

APÊNDICE III

VERSÃO FINAL DO QUESTIONÁRIO

Questionário sobre condições de vida e trabalho

- () homem () mulher
- 1) Idade: _____ anos completos
- 2) Estado civil:
- () Casado (a)
 - () Solteiro (a)
 - () Divorciado (a)
 - () Viúvo (a)
- 3) Escolaridade:
- () nunca estudou
 - () primeiro grau incompleto
 - () primeiro grau completo
 - () segundo grau incompleto
- Outra: _____
- 4) Há quanto tempo trabalha na ACMR? _____ anos completos. () menos de um ano.
- 5) O que fazia antes de trabalhar na ACMR?
- _____
- _____
- 6) Pretende continuar trabalhando na ACMR? () sim () não
- Motivo:
- () melhor renda possível no momento
 - () autonomia ou liberdade no trabalho
 - () ambiente da associação é positivo
 - () ambiente da associação é negativo
 - () gosto do que eu faço
 - () para ficar perto da família
 - () até encontrar um trabalho com carteira assinada
 - () outro.

Qual?

7) Se você pudesse ter outro tipo de trabalho, qual seria?

8) Você conhece o Programa Pró-Catador, do governo federal? () sim
() não

O que acha do Programa Pró-Catador?

- () péssimo
() ruim
() indiferente
() bom
() muito bom

Explique:

9) Você sente alguma dor ou mal-estar durante o trabalho? () sim () não

10) Poderia informar o que você sente?

11) Com que frequência você tem essas dores ou mal-estar?

- () todos os dias.
() pelo menos uma vez nesse mês.
() ___ vezes nesse mês.

12) Você faz algum tratamento médico atualmente?

- () Sim () Não

13) Usa algum tipo de remédio toda a semana?

- () Sim () Não

14) O que você pensa que pode ser melhorado na associação?

- estrutura física
- agregação de valor ao material
- formação de redes de comercialização do produto
- capacitação técnica e de gestão
- formação de líderes para exigir direitos
- outro. Qual? _____

- 15) Qual a importância do movimento nacional no futuro da associação?
- muito importante
 - pouco importante
 - nenhuma

- 16) Você busca informação sobre o movimento nacional?
- Sim, com frequência
 - Raramente
 - Não

17) Sua renda mensal pelo trabalho na ACMR é de R\$ _____

- 18) Você tem alguma outra fonte de renda além da que obtém na ACMR?
- sim não

Caso tenha outra fonte de renda, poderia informar qual é o valor e qual é a fonte?

- 19) Você tem filho(s)? Sim Não

Quantos filhos? _____

- 20) Qual é o seu maior sonho, seu maior ideal na vida?

ANEXO I

TABELAS REFERENTES AO RELATÓRIO COMCAP 2012

Tabela 08: Plano de adequação da COMCAP à PNRS

Obra, Ação, Programa ou Projeto	Título da Obra, Ação, Programa ou Projeto		Descrição		Local
Associação de Recicladores de Materiais	Melhorias na infraestrutura da Coleta Seletiva		Ampliação no número de associações de coletores de materiais recicláveis em apoio às bases operacionais norte e sul e continente		Florianópolis
Objetivo	Previsão Início	Previsão Término	Parceiros Internos	Parceiros Externos	Observação
Gerenciamento dos resíduos sólidos recicláveis	Jan/13	Dez/13	SMHSA / SEMAS	SEBRAE	Escoamento da produção da coleta seletiva / Adequação Plano Municipal de Saneamento, à Política Nacional de Resíduos Sólidos e à Política Nacional de Erradicação da Miséria

Fonte: COMCAP, 2012.

Tabela 09: Plano (2) de adequação da COMCAP à PNRS

Coleta Seletiva de Orgânicos	Implantação da coleta seletiva de orgânicos na bacia do Itacorubi		Reaproveitamento da fração orgânica dos resíduos com o objetivo de reduzir a quantidade enviada para o aterro sanitário		Itacorubi
Gerenciamento dos resíduos sólidos orgânicos e consequentemente redução de custos com transporte e aterro	Jun/13	Dez/13	-	UFSC	Adequação à Política Nacional de Resíduos Sólidos e ao Plano Municipal de Saneamento

Fonte: COMCAP, 2012.